



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - FAJUS

FÁTIMA CRISTINA DE OLIVEIRA

**O RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL COMO
REQUISITO LEGAL PARA A ADOÇÃO: UM ESTUDO
QUANTI/QUALITATIVO**

**BRASÍLIA - DF
2013**

FÁTIMA CRISTINA DE OLIVEIRA

**O RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL COMO
REQUISITO PARA A ADOÇÃO: UM ESTUDO
QUANTI/QUALITATIVO**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Direito do
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Professora Dra. Neide Teresinha
Malard

**BRASÍLIA – DF
2013**

FÁTIMA CRISTINA DE OLIVIERA

**O RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL COMO
REQUISITO LEGAL PARA A ADOÇÃO: UM ESTUDO
QUALITATIVO**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Direito do
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

BRASÍLIA, 22 DE OUTUBRO DE 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Neide Teresinha Malard
Orientadora

Prof^ª.
Examinadora

Prof^ª.
Examinador

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. ADOÇÃO.....	3
1.1 O Instituto da Adoção.....	3
1.2 Principais aspectos da Lei de Adoção – Cleber Matos (Lei Nº 12.010/2009).....	5
1.3 Modalidades de Adoção.....	10
1.4 As fases procedimentais da adoção.....	13
1.5 Os aspectos biológicos e psicossociais no contexto jurídico da adoção.....	16
2. O RELATÓRIO TÉCNICO NO PROCESSO DE ADOÇÃO.....	20
2.1 Histórico e evolução do relatório técnico.....	20
2.2 O relatório técnico: exigência legal e critérios de elaboração.....	22
2.3 A relevância do relatório técnico psicossocial.....	24
2.4 A atuação da equipe interprofissional na produção do relatório técnico.....	25
3. ESTUDO DOS CASOS REFERENTES À ADOÇÃO.....	31
3.1 Abordagem do estudo.....	31
3.2 Procedimentos metodológicos.....	32
3.3 Relatos dos casos.....	34
3.3.1 Casos relativos à circunstância 1.....	35
3.3.2 Casos relativos à circunstância 2.....	38
3.3.3 Casos relativos à circunstância 3.....	52
4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	67
4.1 Primeiras Análises.....	67
4.2.1 Avaliação dos relatórios técnicos/estudos psicossociais pelo Ministério Público.....	68
4.1.2 Segunda Subcategoria analítica.....	69
4.1.3 Prescrição legal caracterizadora da fundamentação jurídica	70

4.2	Quantificação e análises.....	72
4.2.1	<i>Avaliação dos relatórios técnicos/estudos psicossociais pelo Ministério Público.....</i>	<i>73</i>
4.2.2	<i>Análise do resultado da subcategoria perfil do responsável técnico.....</i>	<i>77</i>
4.2.3	<i>Análise do resultado da categoria manifestação do MP relacionada à subcategoria requisitos objetivos.....</i>	<i>78</i>
4.2.4	<i>Análise do resultado das razões da contestação do relatório técnico - relacionada à subcategoria ausência dos requisitos objetivos.....</i>	<i>80</i>
4.3	Outras Análises.....	81
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	88
	ANEXOS A – QUADROS PREENCHIDOS.....	91

“Lembrando que cada um pode produzir uma espécie de refração ordenada de um raio de luz seu arco-íris onde reza a lenda ao fim existe um pote de ouro. Na minha opinião o grande momento de um pesquisador empírico não é quando ele confirma o que já sabia, mas quando ele se surpreende com algo que não sabia. [...] O que posso dizer que bem ao fim da presente pesquisa é que achei não só uma moeda, mas o tal arco-íris.”

Marcelo Cortês Neri

RESUMO

O presente trabalho visa analisar *relatório técnico/estudo psicossocial que fundamenta a decisão judicial nos casos de adoção, elaborado nos termos do art. 197-C, do Estatuto da Criança e do Adolescente e verificar se o mesmo relatório preenche os requisitos legais, constituindo, assim, componente jurídico relevante à decisão do julgador*. Para tanto, a monografia analisa alguns processos de adoção, ainda em trâmite, identificando os critérios constitutivos do relatório técnico, a partir dos pareceres do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, que se tem mostrado diligente observador do referido documento. O presente estudo identifica os requisitos legais que o relatório técnico/estudo psicossocial deve observar em matéria de adoção; inventaria e categoriza os dados coletados no relatório técnico e no parecer do Ministério Público; identifica os casos em que o Ministério Público recomenda ou não a adoção tomando como base o relatório técnico; identifica os critérios atinentes adotados pela equipe interprofissional e sua compatibilidade com as exigências legais.

Palavras-chave: Adoção. ECA. Requisitos objetivos. Requisitos subjetivos. Relatório Psicossocial.

ABSTRACT

The present work aims to check into the psychosocial technical report according to the legal requirements in the Child and Adolescent Statute, as a relevant juridical component to the procedural decision. The question in which measure the specificities of the technical report or judicial psychosocial study is relevant in the legal context in adoption cases. It is pertinent to investigate the specificities of the criteria that constitute the technical report, initially, because there are legal exigencies in the adoption cases framework. The Public Cabinet – *parquet* – is integrated to study context once it is the law inspector, and, inasmuch as diligent observer of the technical report – psychosocial study – which can unveil elements capable to assist the except conviction of the judge. The procedures aligned in the present study are consistent with the general object and the particularities of the proposed research, which are identify the analysis requirements of the psychosocial report on the adoption; inventory and categorize the collected data in the psychosocial technical opinion; identify the elements present in the technical report: the legal requirements registered in the Child and Adolescent Statute, the criteria regarding the technical aspects raised by the inter professional team.

Keywords: Adoption. Child and Adolescent Statue, Objective requirements. Subjective requirements. Judicial Psychosocial report.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASPTJ-SP	Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
CMM	Código Mello Mattos
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MP	Ministério Público
PPF	Perda do poder familiar
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund)
VII	Vara da Infância e Juventude

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, trouxe inovações no tocante à adoção, sendo uma delas o cadastramento obrigatório tanto de adotantes como de adotandos.

Posteriormente, a Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009, trouxe inovações, como por exemplo, a necessidade de os postulantes à adoção se submeterem a um período de preparação psicossocial e jurídica, acompanhado e orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude.

Em face dessa exigência, a atuação da equipe interprofissional tornou-se de fundamental importância para o juízo da infância e da juventude, razão pela qual a legislação reconheceu o trabalho, denominado no presente estudo como relatório técnico/estudo psicossocial, elaborado por essa equipe, requisito legal a ser atendido obrigatoriamente nos processos de adoção, cujo acompanhamento deve ser feito pelo Ministério Público.

Nessa linha o tema “o relatório técnico psicossocial como requisito para a adoção: um estudo quanti/qualitativo” diz respeito ao estudo dos requisitos objetivos e subjetivos constituintes do relatório técnico em atendimento aos requisitos legais inscritos no Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando verificar quais deles se fazem presentes no aludido documento e com qual frequência isso ocorre.

A intervenção técnica da equipe interprofissional tem por objetivo auxiliar o julgador na busca da situação mais benéfica para o menor, o que certamente envolve critérios subjetivos, como interesse futuro, ambiente familiar adequado e afetividade por exemplo. Assim, o papel da equipe interprofissional é o de analisar tais critérios, a fim de orientar de forma mais técnica possível a decisão relativa à adoção.

A monografia estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo ocupa-se do instituto da adoção e da Lei de Adoção, identificando as modalidades e as fases constitutivas do processo de adoção.

O segundo capítulo trata do relatório técnico/estudo psicossocial em seus aspectos sociais, em seus fundamentos históricos constitutivos do relatório técnico a partir do contexto

legal. Assim, objetivando tratar o assunto referente ao documento, importa recuperar, ainda que de maneira concisa, o respaldo legal historicamente constituído.

O terceiro relata o estudo dos casos de adoção, leque investigativo tomando-se por base os autos dos processos de adoção nos quais constam os relatórios técnicos/estudos psicossociais integrantes dos processos judiciais que tramitam na 1ª Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal.

O quarto capítulo traz a análise dos dados e a discussão dos resultados do estudo dos casos após a catalogação, categorização e sistematização desses dados. Estes foram analisados mediante os resultados obtidos com o preenchimento dos quadros analíticos e dos valores percentuais respectivos, observando-se a frequência regular em que eram citados nos relatórios técnicos e no parecer do Ministério Público.

Na análise dos relatórios técnicos/estudos psicossociais se verificou o importante papel do Ministério Público enquanto fiscal da lei no sentido de conferir se cada relatório técnico/estudo psicossocial cumpre o dever de observar os requisitos estatuídos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

1. ADOÇÃO

1.1 O Instituto da Adoção

O instituto da adoção, na atualidade, encontra-se disciplinado no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 2009, contendo as alterações introduzidas pela Lei Cleber Matos¹ – Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009, nos artigos 39 a 52; 165 a 170; 197-A a 197-D.

É importante localizar a regulamentação normativa dos procedimentos, providências e medidas que devem ser seguidas, no sentido de visualizar o *microssistema legal* que trata das medidas protetivas como observa Dias:²

O ECA dispõe de centro de gravidade autônomo, na medida em que compõe um **microssistema**. Trata-se de legislação específica, havendo a prevalência de regras especiais que atendem, de forma criteriosa, ao melhor interesse de quem necessita de proteção integral.

A Constituição da República, promulgada em 1988, construto angular da garantia de proteção da família pelo Estado (arts. 226 e 227), preconiza o princípio da prioridade absoluta, no sentido de assegurar direitos fundamentais à criança e ao adolescente, primordialmente, quanto à convivência familiar.

Os comandos constitucionais serviram de inspiração para a abertura do Estatuto da Criança e do Adolescente previsto em seu art. 1º, *verbis*: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”.

O princípio da proteção integral disposto no art. 227 da CF/88, eixo norteador do Estatuto, cuja essencialidade reside em um sistema protetivo de direitos e garantias fundamentais assegurados à criança e ao adolescente, imposto ao Poder Público, à família, à sociedade e à comunidade, consiste em enunciado de *dever-ser*, prescrito, por exemplo, por meio de o imperativo assegurar.

¹A Lei, resultante do projeto de lei 1.756/2003 do deputado João Matos do PMDB/SC que foi analisado na Comissão Especial presidida pela deputada Maria do Rosário na Câmara dos Deputados, e no Senado, sendo relator o Senador Aloísio Mercadante do Partido dos Trabalhadores; dispõe sobre a Lei Nacional da Adoção e dá outras providências, alterou ainda as Leis nº 8.069, de 1990; 8.213, de 1991 e 10.406, de 2002; e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1943. A Lei Nacional de Adoção ficou conhecida Cléber Matos em homenagem ao filho por adoção do deputado João Matos. Cléber faleceu aos 15 anos de idade.

²DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2011, p.483.

Assegurar significa, em livre compreensão, tornar certo, garantir algo (direito), firmar como certo. Nesse diapasão, o dispositivo constitucional enumera os agentes – família, sociedade, comunidade e Estado – protagonistas do *dever-ser* no sentido de assegurar o que está tutelado no art. 227 da CRFB/88:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à *convivência familiar e comunitária*, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (grifo nosso).

Nessa linha, o comando constitucional abrange não só a sociedade em todas as suas configurações de modo amplo, mas uma gama de profissionais: advogados, assistentes sociais, médicos, pedagogos, psicólogos, que, até então, não eram visualizados em suas potencialidades como equipe interprofissional junto à Vara da Infância e da Adolescência, não obstante os relevantes trabalhos de aporte pericial por eles desenvolvidos.

Um dos instrumentos dessa proteção é a adoção que, segundo Silva Filho:³

[...] na esteira da *mens legis* do ECA, é medida excepcional, uma vez que estabelece princípios e subministra elementos e metas visando priorizar a manutenção da criança no seio de sua família natural. Porém, [...] na hipótese de abdicação de sua família natural, (existe a previsão legal) inserção no seio de uma família substituta. Essa substituição, por intermédio de uma das suas formas, qual seja a adoção, tem por escopo não só a proteção da pessoa em desenvolvimento, mas também o de garantir o direito de viver em família.

Chama a atenção nesse conceito a expressão *medida excepcional* em referência à adoção, dado que a regra é a manutenção da criança e do adolescente no seio da família natural. Poder-se-ia fazer uma provocação ao se questionar: — família natural é concebida pelo legislador como aquela que mantém os laços sanguíneos biológicos? Se é assim, qual a concepção da família afetiva?

Contudo, tal provocação encaixa-se apenas como exercício cognitivo no presente momento.

Com o objetivo de esclarecer o *instituto da adoção*, dedica-se, inicialmente, o presente estudo monográfico, a apontar os principais aspectos na Lei de Adoção, sobretudo as modalidades e as fases constitutivas do processo de adoção.

³SILVA FILHO, Artur Marques da. *Adoção: regime jurídico, requisitos, efeitos, inexistência, anulação*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 118.

1.2 Principais aspectos da Lei de Adoção – Cleber Matos (Lei Nº 12.010/2009)

A partir da vigência da Lei nº 12.010 de 3 de agosto de 2009, que deu nova redação ao Capítulo da Adoção na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 2009, o entendimento acerca do tema se consubstanciou em um *standard jurídico*,⁴ segundo o qual a proteção integral rompeu com a tradição filantrópica e assistencialista imputada ao ato de se adotar alguém.

Essa significativa alteração de foco ensejou, concernente à legislação menorista, a passagem do *ser objeto* para o foco do *sujeito de direito* à adoção, alteração esta que materializa o eixo basilar principiológico da proteção integral – *standard jurídico* – acolhido pelo Estatuto.

No dizer de Berenice Dias,⁵

A doutrina da proteção integral e a vedação de referências discriminatórias (CF/88, art. 227 § 6.º) alteraram profundamente a perspectiva da adoção. Inverteu-se o enfoque dado à infância e à adolescência, rompendo a ideologia do assistencialismo e da institucionalização que privilegiava o interesse e a vontade dos adultos.

A ideia predominante decorrente dessa perspectiva é de que a criança e o adolescente, na condição de sujeitos de direito, podem pleitear direitos, inclusive o da convivência familiar pela adoção.

Em termos legais, a adoção é uma das formas de colocação de criança e adolescente em família substituta, como inscrito no art. 28 do ECA. Trata-se de medida excepcional, pois o melhor seria manter essas pessoas em suas famílias biológicas originárias.

Dessume-se, então, o caráter protetivo da adoção, cuja essencialidade consiste no cumprimento do direito fundamental de que todo ser humano tem de se desenvolver no seio de uma família, tendo como parâmetro a convivência familiar e, assim, possuir uma identidade de filiação construída a partir da singular relação de afeto.

Surge, assim, um contexto sócio-histórico novo no curso das conformações entre adotantes e adotados, filiação e parentalidade para todos os efeitos jurídicos e sociais, conformações essas que passam do estranhamento entre pessoas desconhecidas entre si, na

⁴ Entendido como um padrão a ser seguido e bandeira jus-filosófica a ser defendida.

⁵ DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 8 ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 483.

maioria das vezes, à convivência, em um mesmo ambiente familiar, sob o manto de decisões⁶ judiciais, buscando-se, ao longo dessa convivência, os laços afetivos e parentais. Nessa linha, a adoção é historicamente redimensionada.

Caracteriza-se a adoção, nessa perspectiva, como forma “germinativa de vínculo socioafetivo” inerente às relações e aos sentimentos de maternidade, paternidade, parentalidade e de estado de filho.

A propósito, vale registrar, trecho do artigo “Coexistência entre a socioafetividade e a identidade biológica – Uma reflexão”, escrito pela Ministra Fátima Nancy Andrighi e por Cátia Krüger,⁷ acerca das relações socioafetivas:

A afetividade como elemento que diferencia uma família de outros grupos sociais tem orientado decisões e firmado posições no universo jurídico-familiar, não se podendo falar de filiação ou de paternidade/maternidade se o afeto não estiver presente como termo de ligação entre pais e filhos, vale dizer, em reciprocidade.

Partindo-se do pressuposto de que as relações socioafetivas englobam os vínculos de sangue e aqueles nascidos puramente do afeto, há de se encontrar um ponto comum de equilíbrio entre o biológico e o afetivo, porque de sua coexistência é formada a maioria das relações familiares. [...].

A evolução do conceito de adoção, nos diplomas legais, tem a ver com a visão socio-histórica de crianças e adolescentes, assentada, inicialmente, na formatação binomial “carência-violência”, consubstanciada nos diplomas legais de 1927 e 1979.

O “Código Mello Mattos”, de 1927, instituído pelo Decreto nº 17.943-A, que foi o primeiro diploma legal a situar o menor em norma específica, pautado na teoria da situação irregular, tinha como objeto de tutela do Estado os menores carentes.

O fato de os menores serem objetos de direito dissimulava a verdadeira situação de exclusão social das situações de abandono, o que demandava do Estado uma atuação no sentido de manter o convívio social no campo da “normalidade”.

⁶A sentença que defere a adoção possui natureza constitutiva, tratando-se do estado de filiação legítima e irrevogável (interessante consultar o informativo de n. 435, do STJ, referente à decisão acordada no Resp. 1.112.265-CE, Rel. Min. Massami Uyeda, julgado em 18/5/2010).

⁷ANDRIGHI, Fátima Nancy; KRÜGER, Cátia Denise Gress. Coexistência entre a socioafetividade e a identidade biológica: uma reflexão. In: BASTOS, Eliene Ferreira; LUZ, Antônio Fernandes da. (Coord.). *Família e Jurisdição II*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 83. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/18894>> <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18894/Coexist%c3%aancia_Entre_Socioafetividade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 abr. 2013.

Visava o instituto da adoção a inserção da pessoa propensa à *chaga social do abandono*, como política pública de exclusão da patologia e da compensação cultural dos que se inseriam na categoria de situação irregular.

Destarte, voltava-se a norma para a institucionalização do menor nas casas de internação. Para tanto, bastava a segregação e a repressão de menores abandonados, para que ocorresse a solução assistencialista.

Em síntese, em um primeiro momento, segregavam-se os menores desvalidos e carentes, em locais específicos, para depois, em um segundo momento, promover a adoção como ato misericordioso de cidadãos de direito, a fim de agregar ao ambiente familiar um filho adotivo.

O espírito da lei de 1927 acentuava tal ato como assistencialista e, delimitava juridicamente, a relação de parentesco ente adotado e adotante.

Em 1979, entrou em vigor o “Código de Menores”, Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, cujo art. 1º expressava, de forma clara: “Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores”. Subjacente ao diploma menorista, percebe-se o poder do Estado exercido com vistas à manutenção da ordem social, em que os menores ‘irregulares’ constituíam ameaça à família, à sociedade e ao Estado.

Nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei em comento, as “medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação”. Nessa perspectiva, a situação irregular refere-se aos que estão *expostos* (CMM, art. 14 e seguintes); aos *abandonados* (CMM, art. 26); e aos *delinquentes* (CMM, art. 69 e seguintes).

A orientação doutrinária, por sua vez, fundada no melhor interesse de pessoa em situação peculiar de desenvolvimento e na proteção integral, elimina a distinção entre adoção e filiação, consoante prescrição constitucional.

A Constituição da República iguala os direitos dos filhos, eliminando assim a distinção entre filiação natural e adotiva. Portanto, direitos e garantias dos filhos biológicos e dos filhos socioafetivos são os mesmos no âmbito jurídico.

Com efeito, o adotado experiencia direitos civis como os direitos inerentes à personalidade, a identidade parental, por exemplo, pelo nome dos pais.

Do mesmo modo, adquire obrigações atinentes a qualquer filho: nome, parentesco, alimentos, sucessão. Destarte, assegurados estão os mesmos direitos e qualificações aos filhos, quer por nascimento, quer por adoção.

O redimensionamento sociológico e jurídico do instituto da Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente, não obstante reconhecidos os méritos anteriormente abordados, levantou críticas e reações negativas de setores da sociedade e de alguns doutrinadores no tocante ao denso procedimento instituído pelo Legislador no processo de adoção.

Nesse sentido, Maria Berenice Dias⁸ registra no texto intitulado *O lar que não chegou*,⁹ a preocupação quanto ao excesso de cautela, imposto pelo Estado, aos adotantes, aos adotados e, no meio deles, o trabalho da equipe interprofissional.

De fato, a crítica se volta, sobretudo, aos obstáculos desnecessários à própria exequibilidade da lei, como é o caso da exigência da presença de uma equipe interprofissional no processo de adoção e da obrigatoriedade de frequência, dos possíveis adotantes, a encontros preparatórios para a adoção, que, quando não cumprida, sujeita os postulantes à pena de cassação da inscrição no Cadastro Estadual e Nacional de Adoção.

Em outro momento, a autora demonstra preocupação quanto aos empecilhos procedimentais instituídos pela Lei n. 12.010/2009. Acentua Dias:¹⁰

[...] Assim, a chamada Lei da Adoção não consegue alcançar os seus propósitos. *Em vez de agilizar a adoção, acaba por impor entraves para sua concessão*, tanto que onze vezes faz referência à prioridade da família natural (Lei 12.010/09 1.º § 1.º e ECA 19 § 3.º, 50 § 13 II, 92 I e II, 100 parágrafo único, 101 §§ 1.º, 4.º, 7.º, 9.º). [...]
A celeridade desse processo é o que garante a convivência familiar, direito constitucionalmente preservado com absoluta prioridade (CF 227). Para esse fim – e infelizmente – não se presta a nova legislação, que nada mais fez do que *burocratizar e emperrar o direito à adoção* de quem teve a desdita de não ser acolhido no seio de sua família biológica. (grifo nosso)

⁸ Vale esclarecer que o texto escrito pela Dra. Berenice Dias permite perceber que a “Lei 12.010/2009 - chamada de Lei da Adoção - que busca reduzir o tempo de crianças e adolescentes institucionalizados, está cheia de propósitos, mas poucos são os avanços e quase nulas as chances de se esvaziarem os abrigos onde se encontram depositados mais de 80 mil seres humanos à espera de um lar. O **consentimento para a adoção deve ser precedido de esclarecimento prestado por equipe interprofissional**, em especial, sobre a irrevogabilidade da medida (ECA 166, § 2º). [...] sendo que o estágio de convivência precisa ser acompanhado por **equipe interprofissional**, preferencialmente **com apoio de técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, os quais deverão apresentar relatório minucioso** (ECA 46, § 4º). [...] Com todas essas cautelas se afigura uma demasia condicionar a inscrição dos candidatos a um período de preparação psicossocial e jurídica (ECA 50, § 3º), mediante frequência obrigatória a programa de preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção interracial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências, e de grupos de irmãos (ECA 197-C, § 1º). Aliás, a título de disposições transitórias, é imposta a todos os figurantes no cadastro, no prazo máximo de um ano, **a obrigação de sujeitarem-se à preparação psicossocial e jurídica**, sob pena de cassação da inscrição (§6º).” (grifo nosso)

⁹ DIAS, Maria Berenice. *O lar que não chegou*. IBDFAM. Belo Horizonte - MG, 2009. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/novosite/artigos/detalhe/527>>. Acesso em 15 mar. 2013.

¹⁰ DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 8 ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 489.

No mesmo sentido, Silva Filho¹¹ observa que a norma esbarrará em problemas de interpretação, precisando sofrer modificações muito rápidas: “é o que sentimos no regulamento da adoção, cujos princípios fundamentais persistem regulados pelo ECA, sem grandes inovações”.

Destaca, ainda, o mesmo autor,¹² que tais modificações levaram sete anos para serem efetivadas com a final revogação da “matéria adocional” do Código Civil, levada a cabo pela Lei nº 12.010, de 03.08.2009, a qual já deve ser objeto de discussão.

Em que pese haver regramento peculiar na Lei Cleber Matos, a fim de prestar reverência ao princípio da legalidade, preocupação salutar inclusive, as críticas levantadas pela doutrina não buscam invalidar as garantias defendidas na Lei de Adoção.

No calor da discussão, observa Silva Filho:¹³

Salienta-se a crise vivida pelo judiciário para atender às exigências e expectativas sociais contemporâneas por celeridade fica exacerbada ao se lhe atribuírem maiores encargos, passíveis de serem entregues a outros órgãos do Poder Público.

Acrescente-se ademais, que, o Constituinte Originário, no texto constitucional, não exigiu a atuação do judiciário no processo de adoção, dispondo o art. 227, § 5º, da CF que “A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros”.

No entanto, o art. 227 da CRFB/88¹⁴ impôs a assistência do Poder Público para a adoção, enquanto o ECA, em seu art. 47 *caput*, estabeleceu o procedimento da adoção no âmbito do Judiciário.

Percebe-se, então, por meio das observações de alguns doutrinadores, a investida do Legislador em desfavor da desburocratização do judiciário,¹⁵ ao arrogar deveres ao Estado-juiz, atinentes à vida privada, como é o caso da filiação e da adoção, em que pese às limitações de ordem pública.

¹¹ SILVA FILHO, Artur Marques da. *Adoção: regime jurídico, requisitos, efeitos, inexistência, anulação*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 37.

¹² SILVA FILHO, op. cit., p. 37.

¹³ SILVA FILHO, op. cit., p. 162.

¹⁴ Art.227, § 5º, CF - A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

¹⁵ Esclarece Maria Berenice Dias (2009) que a habilitação à adoção transformou-se em um processo (ECA 197-A), inclusive com petição inicial que deve ser acompanhada de uma série de documentos.

1.3 Modalidades de Adoção

A classificação quanto à modalidade de adoção, inserta no presente trabalho, concentra-se em unilateral e bilateral, consoante entendimento de Rossato e Lépure,¹⁶ não obstante, diferentes classificações tipológicas serem sustentadas pela doutrina.

O art. 41 do ECA admite que o cônjuge ou companheiro adote os filhos do outro na parceria conjugal. Um vínculo de filiação é consanguíneo e o outro é afetivo. Eis a modalidade unilateral.

Segundo Rossato e Lépure¹⁷ a espécie de adoção unilateral configura-se pela manutenção do vínculo de filiação com apenas um dos pais biológicos, dito de modo diferente: “seria como se aquele que requer a adoção unilateral ocupasse o lugar de um dos pais biológicos”. Indicam os mencionados autores as seguintes hipóteses de ocorrência da adoção unilateral:

A adoção unilateral poderá ocorrer em três hipóteses, quais sejam: a) quando no registro de nascimento constar tão somente o nome do pai ou da mãe; b) quando no registro de nascimento constar também o nome do outro pai ou mãe; e c) adoção pelo cônjuge ou companheiro, quando o pai ou a mãe for falecido.

A primeira hipótese elencada acima prevê a possibilidade de adoção, por um dos cônjuges, do filho do outro, nos termos do § 2º do artigo 41 do ECA. Assim, caso a criança tenha sido registrada apenas pela mãe, aquele que passa a conviver com ela pode, ainda que não seja o genitor, adotar unilateralmente o menor.

A legislação impõe que haja a manifestação declarada de vontade, ou seja, concordância de um dos pais biológicos na hipótese de o registro de nascimento conter somente o patronímico de um genitor.

Na sequência, a situação hipotética na qual consta o nome de ambos – pai e mãe – no registro de nascimento, far-se-á necessário o procedimento próprio de destituição do poder familiar de um deles. Nesse caso ocorrerá o fim do vínculo de filiação por decisão judicial, mantendo-se a relação familiar e consanguínea com um dos pais.

A hipótese seguinte, elencada no item ‘c’, trata da adoção unilateral como forma de extensão do poder familiar, no caso de morte de um dos genitores. O genitor

¹⁶ ROSSATO, Luciano Alves; LÉPURE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 193.

¹⁷ ROSSATO, Luciano Alves; LÉPURE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 194-195.

sobrevivente deverá consentir com a adoção. Não há que se falar em perda do poder familiar nesta situação, porquanto houve extinção¹⁸ pela morte.

Observa-se, portanto, no texto do Estatuto, o preceito da expressa manifestação de vontade dos diversos atores sociais envolvidos no processo de adoção, quer unilateral ou bilateral: a dos pais biológicos, a dos pais pretendentes à adoção, a do adolescente com doze anos completos, a manifestação do Ministério Público e a manifestação do judiciário.

A adoção bilateral se caracteriza pela ausência de vínculo biológico entre adotante e adotado. Ocorre necessariamente a destituição do poder familiar dos pais biológicos, caso ainda não tenha sido extinta a vinculação paterno-filial.

Nessa modalidade é possível se deparar com a adoção pronta,¹⁹ dirigida ou *intuitu personae*. Tal modalidade de adoção se dá pelo acerto entre os genitores (ou um deles) e os adotantes (ou adotante).

Evidencia-se, nesse tipo de adoção, a ocorrência de os genitores confiarem a guarda do bebê ao nascer ou da criança de tenra idade a pessoa ou pessoas do núcleo familiar ou conhecidas. Nesse caso, em um primeiro momento, não há ingerência do Estado.

Em tese, a adoção pronta/dirigida/*intuitu personae*, materializa-se na prática social de acolhimento realizado por terceiros, sem ligação biológica, chegando esses casos ao judiciário após algum tempo da situação de fato, com vista à regularização jurídica.

Verifica-se a aquiescência das vias legais quanto à adoção pronta no caso de o requerente já possuir a tutela ou a guarda da criança maior de 3 (três) anos prioritariamente.

Impende ressaltar que essa modalidade de adoção é permitida legalmente, desde que supridos os requisitos expendidos no §13 do art. 50 do ECA, bem como a comprovação dos requisitos subjetivos evidenciados na relação de afetividade, nos laços de afinidade e quando a adoção apresentar reais vantagens para o adotando.

Dentre as modalidades de adoção bilateral,²⁰ avista-se o *Cadastramento*, conforme disposto no § 5º do art. 50 do ECA: “serão criados e implementados cadastros

¹⁸Existe diferença entre a perda do poder familiar e a sua extinção; a primeira ocorre por meio de sentença judicial transitada em julgado, fruto de sanção imposta pelo Estado-juiz. A extinção, segundo o art. 1.635 Código Civil, dar-se-á pela morte, pela emancipação da pessoa, pela maioridade, pela adoção e por decisão judicial.

¹⁹Não se configura crime como é o caso da prática ilegal nominada ‘adoção à brasileira’, em cuja caracterização se evidencia pela ciência do adotante de que não existe relação biológica de filiação, e, mesmo assim, registra, como seu, filho alheio (de outro genitor).

²⁰ Existe a possibilidade de dispensa do cadastramento dos postulantes, consoante redação do § 13 do art. 50 do ECA.

estaduais (regionais) e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção”.

Os requerentes habilitados e admitidos para se inscreverem no Cadastro Estadual e Nacional de Adoção serão acompanhados por equipe técnica da Vara da Infância e da Juventude, cujo procedimento tem amparo no princípio constitucional ancorado no art. 227 da CF/88. No Estatuto firmou-se em seção especial intitulada “dos serviços auxiliares, seção III, capítulo II”.

Os requisitos objetivos referentes ao adotante – pessoa que deseja adotar – estão insculpidos no art. 42 do ECA, quais sejam, idade mínima de 18 (dezoito) anos; diferença mínima de 16 (dezesesseis) anos entre adotante e adotado; inequívoca manifestação de vontade em vida, no caso de adoção pós-morte; idoneidade comprovada por meio de certidões cíveis e criminais e demais documentos; estágio de convivência; preparação psicossocial e jurídica.

Outros requisitos relativos aos adotantes podem ser dispensados consoantes o caso concreto, sendo eles: estágio de convivência com a criança ou adolescente que se pretende adotar; período de preparação psicossocial e jurídica (art. 50 § 3º); e cadastramento prévio (art. 50 § 13).

No tocante aos requisitos objetivos atinentes ao processo de adoção, destaca-se o relatório técnico elaborado por equipe interprofissional, nos termos do art. 197-C do ECA:

Intervirá no feito, obrigatoriamente, equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, que deverá elaborar estudo psicossocial, que conterá subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos requisitos e princípios desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

O dispositivo acima aborda sobre os requisitos subjetivos a serem aferidos no estudo psicossocial, como a “capacidade” e o “preparo dos postulantes” à adoção. Há, ainda, outros requisitos procedimentais, como o consentimento dos pais ou responsável legal; o consentimento dos adotandos maiores de 12 anos; a manifestação do Ministério Público.

Os requisitos subjetivos explicitados no art. 43 do Estatuto se referem às reais vantagens para o adotando e quando a adoção fundar-se em motivos legítimos. Entendem-se como reais vantagens para o adotando, tendo em vista a natureza excepcional da adoção, a real condição de convivência familiar, que deverá proporcionar os direitos e garantias inerentes à pessoa em estado peculiar de desenvolvimento, como os listados no art. 227 da CRFB/88.

Já os motivos legítimos seriam aqueles justificadores da vida em família, tanto para o adotante como para o adotado, como por exemplo, o exercício da maternidade e/ou paternidade responsável e eficiente de acordo com o dever de cuidar.

O art. 29 do ECA veda a adoção quando a família substituta não desfrutar de ambiente familiar adequado ao adotando.

A legislação não define o que vem a ser ambiente inadequado, contudo o art. 19 do Estatuto indica que a convivência familiar deve ser em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes, situação que o trabalho da equipe interprofissional pode identificar, assim como outras situações, como alcoolismo, dependência química, e prostituição.

Cabe acrescentar que a adoção tem caráter personalíssimo, irrevogável, irretratável, indelegável e afetivo.

Para melhor visualização das modalidades de adoção estruturou-se o quadro abaixo:

SITUAÇÕES DE ADOÇÃO UNILATERAL	SITUAÇÕES DE ADOÇÃO BILATERAL
Crianças (menores de doze anos), cujos pais são titulares e exercem o poder familiar.	Crianças menores de doze anos sem pais, ou cujos pais tenham sido destituídos do poder familiar.
Adolescentes (maiores de doze anos), com pais titulares e exercendo o poder familiar.	Adolescentes (maiores de doze anos), sem pais, ou cujos pais tenham sido destituídos do poder familiar.
Crianças e Adolescentes com um dos pais biológicos exercendo o poder familiar.	Crianças e adolescentes que já convivem com terceiros (pessoas sem vínculo biológico).
	Via Cadastramento Estadual e Nacional de Adoção

1.4 As fases procedimentais da adoção

As fases procedimentais da adoção são 6 (seis), no entendimento de Bernardi,²¹ Assistente Social da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AASPTJ-SP–, quais sejam:

[...] orientação e pedido de habilitação; estudo psicossocial; decisão judicial sobre o pedido de habilitação; experiência e avaliação; amadurecimento e consolidação do projeto adotivo, que compreende o tempo de espera para acolhimento e acompanhamento e orientação de grupos de candidatos à adoção, e registro de dados sobre as crianças e adolescentes atendidos e, por

²¹ BERNARDI, Dayse César Franco. Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AASPTJ-SP. *O sistema de justiça da infância e da juventude nos 18 anos do estatuto da criança e do adolescente: desafios na especialização para garantia de direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: AASPTJ, 2008. p. 10.

fim, o pedido de adoção com a devida apresentação de documentos e o relatório psicológico e psicossocial.

Não obstante o texto insculpido pela AASPTJ-SP datar de 2008, ou seja, antes da Lei nº 12.010/2009, contendo significativas alterações quanto ao procedimento adocional é possível a sua aplicação sob a égide da nova lei, pois como bem observa Silva Filho²² acerca dos passos procedimentais:

Há um conjunto ordenado de providências e formalidades essenciais a serem cumpridas, tanto no que se refere ao cadastramento dos envolvidos no processo adotivo, como na apuração de todos os elementos que cercam os aspectos da legalidade e da conveniência da própria adoção.

O autor acima referenciado²³ concebe, por via interpretativa, duas fases do procedimento adotivo, quais sejam: o credenciamento de crianças e adolescentes em condição de serem adotadas e dos pretendentes a adotante; e a fase do procedimento judicial. Considera ademais que, em ambas as fases procedimentais, a participação do Ministério Público está assegurada, bem como a possibilidade de interposição de recursos.

É no contexto procedimental que atua a equipe interprofissional, como auxiliar do Poder Judiciário. Na fase precedente o pedido de adoção, ou seja, no credenciamento, a equipe interprofissional levanta os dados necessários à aproximação das possíveis famílias substitutas para aquelas crianças inscritas no Cadastro Nacional e Regional de Adoção. Consiste tal procedimento em uma espécie de conjugação entre as características delineadas dos possíveis adotantes com as dos possíveis adotandos, respeitada a ordem do cadastramento.

Na fase judicial, o trabalho da equipe técnica tem como principal objetivo assessorar o juiz da Vara da Infância e da Juventude na decisão quanto ao vínculo adotivo. Para tanto, são apontados todos os fatores pessoais, morais, econômicos e outros que possam esclarecer o juiz na tomada de sua decisão.

Para esta monografia²⁴ interessa-se, especificamente, pela *fase procedimental na qual se insere o relatório psicossocial*, que irá subsidiar a sentença da adoção.

²²SILVA FILHO, Artur Marques da. *Adoção: regime jurídico, requisitos, efeitos, inexistência, anulação*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 149.

²³SILVA FILHO, op. cit., 2011. p. 235.

²⁴ Proposta de identificar os elementos objetivos e subjetivos constitutivos do relatório técnico psicossocial, condizentes com os requisitos legais inscritos nos Estatuto da Criança e do Adolescente como componente jurídico relevante à decisão processual.

Nessa perspectiva, as fases procedimentais apontadas contêm sua própria dinâmica, não sendo, contudo, estanques, verificando-se uma construção dialógica entre elas.

A primeira fase, segundo o Estatuto, diz respeito ao procedimento de inscrição/registro, da habilitação e do cadastramento nos termos dos artigos 50 e 165 e do art. 29 do ECA²⁵ se configurando, nesta fase, os momentos primeiros e segundos anteriormente mencionados.

A segunda fase abrange a habilitação dos pretendentes à adoção e a participação do Ministério Público, nos termos dos artigos 197-A e 197-B do ECA.

Na terceira fase, deflagra-se o processo do pedido de adoção em si. Após acompanhar os *Autos de Inscrição para Adoção*, o juiz defere ou não o pedido, passando-se então à fase seguinte, a quarta fase, que é o cadastramento, se deferido o pedido.

Na quinta fase se inicia o processo de adoção propriamente dito, na qual está inserido o *objeto de estudo da presente pesquisa*. É nessa fase que, em regra,²⁶ acontece o estágio de convivência, previsto no art. 46 do ECA: “a adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso”.

Esse estágio de convivência é acompanhado pela equipe interprofissional,²⁷ por expressa determinação legal, prevista no § 4º do art. 46:

O estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, que apresentarão relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

²⁵ Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um **registro de crianças e adolescentes** em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção. (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência.

§ 1º O **deferimento da inscrição** dar-se-á após prévia consulta aos órgãos técnicos do juizado, ouvido o Ministério Público.

§ 2º **Não será deferida a inscrição** se o interessado não satisfazer os requisitos legais, ou verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 29.

§ 3º A **inscrição de postulantes à adoção** será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º Serão criados e implementados cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e de pessoas ou casais habilitados à adoção. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Art. 29. Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, **incompatibilidade com a natureza da medida** ou **não ofereça ambiente familiar adequado**. (grifo nosso)

²⁶ Pode ocorrer a dispensa do estágio de convivência nas hipóteses descritas no § 1º do art. 46 e no § 13 do art. 50 do Estatuto, em síntese, quando for possível comprovar o vínculo familiar socioafetivo, por intermédio da convivência já existente.

²⁷ Ver os artigos 197-C a 197-E do ECA incluídos pela Lei nº 12.010, de 2009.

O estágio de convivência, período singular fixado por decisão do magistrado, fornece subsídios subjetivos, primordialmente, pautados na idoneidade do adotante, nas reais vantagens para o adotando, bem como os motivos legítimos para a adoção.

Revela-se, portanto, o lócus do estudo e da análise da equipe interprofissional, que se dedica a entrevistas periódicas, como base de seu estudo.

O acompanhamento realizado no período de convivência resulta em um relatório técnico²⁸ que serve para fundamentar a decisão do juiz, favorável ou não à concessão da adoção.

1.5 Os aspectos biológicos e psicossociais no contexto jurídico da adoção

Os aspectos biopsicossociais dizem respeito aos elementos físico, psíquico, emocional, cognitivo e social, que caracterizam a situação da criança e do adolescente em fase peculiar de desenvolvimento, bem como a dos diversos atores sociais envolvidos na adoção, todos eles de grande complexidade, por se tratarem de questões de cunho afetivo e relacional.

Com efeito, a adoção envolve questões psicossociais relevantes no contexto social, o que resultou em sua detalhada abordagem legal. A esse respeito, Cury²⁹ assevera:

A adoção, por suas características e implicações, possui um caráter personalíssimo, demandando a análise de certos requisitos, como o estabelecimento de uma relação de afinidade e afetividade entre adotante(s) e adotado, a adaptação deste ao convívio da nova família, dentre outros, que tornam indispensável o contato prévio entre eles, permitindo assim, a *adequada avaliação da situação em concreto pela autoridade judiciária*, a partir de um criterioso estudo de caso que deve ser *levado a efeito por uma equipe técnica interprofissional*, a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, nos moldes do previsto nos arts. 150 e 151 do ECA. (grifo nosso).

A participação da equipe interprofissional no processo adotivo visa identificar os interesses aparentes e ocultos na relação entre adotantes e adotados, enfrentando, portanto, questões que envolvem caráter subjetivo no tocante à moral, ao interesse familiar, às reais vantagens para o menor, a afinidade, a afetividade e outros. Tal participação, no entanto, se

²⁸Outras denominações são encontradas no texto do Estatuto: consulta (art, 50, §1º), estudo social e, em especial, laudo, perícia (art. 161, §1º, 162, §1º, e 167) e o “relatório”, de que trata o art 186, §4º.

²⁹CURY, Munir (org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. 10 ed., São Paulo: Malheiros, 2010. p. 195.

desenvolve ao amparo da lei, e não deve cingir-se a subjetivismos dos profissionais da equipe, uma vez que seu objetivo maior não é a avaliação em si dos envolvidos na adoção, mas o indispensável apoio técnico que dará ao juiz para tomar a sua decisão.

A partir desse entendimento, pretende-se visualizar o instituto da adoção no ambiente social e a conveniência da atuação da equipe interprofissional.

A adoção, modo incontroverso de vínculo familiar, é um instituto jurídico, construído sobre bases sociológicas e, psicológicas, entre outras de elevada complexidade, o que exige, naturalmente, na sua análise e abordagem jurídica o apoio de profissionais especializados.

Segundo o disposto no art. 2º do ECA, o critério diferenciador entre as fases do desenvolvimento da infância e da adolescência é o etário, baseado no fator biológico. A adolescência inicia-se aos 12 (doze) anos completos, considerando-se criança, portanto, a pessoa com até doze anos incompletos. Vale registrar, por relevante, o que escreve, acerca do tema, Fiorelli e Mangini:³⁰

A adolescência inicia-se, segundo a legislação (ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 2º.), aos 12 anos. A lei deve determinar de modo específico e objetivo este marco. Entretanto, sob a ótica biopsicológica, os parâmetros não são determinados de acordo com uma data específica, mas de acordo com mudanças psicológicas e fisiológicas variáveis que ocorrem em torno dessa idade.

A fase biológica se identifica por meio das transformações hormonais ocorridas na puberdade até a conformação da estrutura física corpórea completa, o que ocorre entre os 10 (dez) e 20 (vinte) anos de vida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 9.394/96, do mesmo modo que o Estatuto – ECA apresenta, inicialmente, parâmetro etário³¹ indicativo da infância para a educação infantil. A infância é composta por crianças de 0 a 6 anos; a primeira infância se conforma entre 0 a 3 anos e a segunda de 4 a 6 anos.

³⁰ FIORELLI, José Osmir e MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. *Psicologia Jurídica*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 151.

³¹ **Art. 29.** A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (grifo nosso).

O referido texto legal, somente adota o critério etário para a educação infantil, como visto, sendo o objetivo demarcar as fases da primeira etapa da educação formal.

No ensino fundamental, segunda etapa da educação básica, a legislação indica apenas a idade cronológica de início dos estudos, que é aos seis anos de idade, que marca o término da primeira infância.

Percebe-se que no campo da educação não existe a preocupação de se evidenciar a idade como marco divisor entre a infância e a adolescência. Entende-se, portanto, a primazia do desenvolvimento humano calcado nos aspectos *psico-constitutivos* do ser.

Nessa perspectiva é assente o redimensionamento do olhar sobre a fase da infância e da adolescência nas áreas do conhecimento que estudam o comportamento, o desenvolvimento e a cognição humanos. Insere-se nesse contexto o parâmetro etário.

Esse novo olhar foi contemplado no texto legal — art. 3º do ECA — ao afirmar que crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, com o propósito de resguardar o desenvolvimento do ser por inteiro e de forma holística:

Art. 3º do ECA - A criança e o adolescente gozam, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, *assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.* (grifo nosso)³²

Deflui-se do texto legal que o meio social em que a pessoa convive, o desenvolvimento físico/biológico, psicológico, emocional e cognitivo tanto da criança quanto do adolescente, bem como os respectivos direitos fundamentais, são fontes de estudo das diversas áreas de formação dos membros que compõem a equipe interprofissional.

Nesta linha de pensamento, por meio do olhar da pedagogia e da psicologia, o estudo da infância e da adolescência circunscreve-se ao enfoque biopsicossocial. Significa dizer que as características biológicas, psicológicas, cognitivas e sociais deveriam ser analisadas e refletidas pelos profissionais, a fim de compreender como seria possível ajustar as pessoas em estado peculiar de desenvolvimento ao ambiente físico e emocional da adoção.

Justifica-se nesse sentido, a atuação da equipe por meio da interface entre ambientes presentes na adoção, com vistas a ressaltar, no documento técnico que instrui os

³² BRASIL. *Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 06 ago. 2013.

autos, o melhor interesse da criança e do adolescente no âmbito da ambiência vivencial da adoção.

O direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária justifica, assim, e de forma plena, o estudo psicossocial pela equipe técnica interprofissional, que irá auxiliar o juiz a compreender a interface entre os pretendentes adotantes e a pessoa em fase especial de desenvolvimento. Tal estudo apresentará ao magistrado as dimensões intersubjetivas captadas e estudadas pelos profissionais técnicos. Assim, é de grande importância entender a metodologia utilizada pela equipe técnica interprofissional na confecção do relatório técnico/estudo psicossocial, o que se pretende fazer no capítulo seguinte.

2. O RELATÓRIO TÉCNICO NO PROCESSO DE ADOÇÃO

Este capítulo aborda os aspectos históricos e a institucionalização do documento denominado Relatório Técnico ou Relatório do Estudo Psicossocial, o qual deve, necessariamente, integrar os autos do processo de adoção. Esse relatório estabelece pressupostos técnicos; requisitos legais; conhecimentos profissionais específicos para cada caso analisado pela equipe profissional.

2.1 Histórico e evolução do relatório técnico

A Lei nº 2.059, de 31 de dezembro de 1924, dispunha sobre a competência do juiz no Juizado de Menores no tocante à atuação junto aos menores abandonados e delinquentes.

Para assessorar o trabalho do juiz, introduziu-se no art. 2º, inciso 3º, a figura do profissional médico que verificasse o estado físico e moral dos menores:

Artigo 2.º - As suas atribuições serão;

2) - proceder á verificação do estado physico e moral dos menores sujeitos ás suas deliberações, e, ao mesmo tempo da situação moral social e econômica dos paes, tutores e responsaveis pelos alludidos menores;

3) - O juízo privativo de menores se comporá, além do respectivo juiz, dos seguintes funcçionarios: 1 medico; [...]

O Juizado Privativo de Menores afirmou ser indispensável o auxílio ao juízo de um profissional de medicina, a fim de que, nos casos em que o juiz devesse decidir sobre a delinquência do menor, o profissional realizaria exames, observações e perícia nos próprios menores e as respectivas famílias.

Um comissariado, previsto no art. 2º - 4, da referida Lei, tinha a competência para nomeação, atribuir função e retribuir no âmbito da administração, aqueles que se oferecerem ao comissariado.

Os Comissários desempenhavam o papel, inicialmente, de vigilância dos menores nas instituições de correição e em ambientes públicos. Essa postura se coadunava com a doutrina da Situação Irregular, que defendia o controle dos menores descritos como delinquentes e abandonados.

A dinâmica social desse momento histórico enfocava o agravamento das questões sociais decorrentes de mudanças socioeconômicas, processos migratórios europeus, falta de

trabalho nas cidades e, também no campo, ausência de infraestrutura na habitação, na educação e de garantias laborais.

Nesse contexto, percebe-se a aproximação dos textos normativos às questões relativas à Assistência Social, o que é parte de um quadro jurídico delineado em uma época em que se fazia presente o Estado na garantia dos direitos fundamentais de segunda geração.

Propugnou-se por uma legislação específica, fora da codificação civil; criou-se, então, o primeiro Juízo de Menores no Distrito Federal, como se lê no art. 146 do Decreto n° 17.943-A de 12 de outubro de 1927: “e' creado no Districto Federal um Juizo de Menores, para assistencia, protecção, defesa, processo e julgamento dos menores abandonados e delinquentes, que tenham menos de 18 annos” (sic).

O primeiro Código de Menores instituído pelo Decreto acima referido ficou conhecido como Código Mello Mattos, em homenagem ao primeiro Juiz de Menores da América Latina, José Candido de Albuquerque Mello Mattos.

Mello Mattos, baiano de Salvador-BA, nasceu em 19 de março de 1864. Foi o 1° juiz de Menores do Brasil,³³ nomeado na Capital da República no Estado do Rio de Janeiro, em dois de fevereiro de do ano de mil novecentos e vinte e quatro, cujo exercício no cargo se deu até o seu falecimento em 1934, na cidade do Rio de Janeiro.

O primeiro Código instituiu, no âmbito do Judiciário, cargos de auxiliares voltados para a questão do menor; além do médico, havia os Comissários de Vigilância, posteriormente denominados Comissário de Menores.

Os Comissários exerciam o ofício voluntariamente, promovendo a vigilância do menor e encaminhando por escrito os casos ao juiz, no intuito de providenciar internação e punição de crianças, de adolescentes e de jovens abandonados.

Os Comissários eram pessoas leigas, de vários ofícios. Que atuavam como representantes administrativos do Estado, dispostos a auxiliar o trabalho desenvolvido junto aos menores pobres, abandonados, desamparados e infratores, primordialmente. A linha ideológica a ser seguida era a da vigilância, correção e assistencialismo dos menores.

Os casos eram levados ao conhecimento do juiz, por meio de relatos para apreciação e decisão, dando início à sistematização de documentos, posteriormente conhecido como relatório técnico. No tocante à assistência ao menor, criou-se a “Agência de Família da

³³ Poder Judiciário do Rio de Janeiro. Notícias do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/museu/divulgacao/noticias/outubro/231012-museu-lanca-terceiro-num-serie-caderno-expo>>. Acessado em 6 ago. 2013.

Legião Brasileira de Assistência”, junto ao Juizado de Menores, regularizando-se, assim, a situação do profissional da Assistência Social nos quadros funcionais do Judiciário.

Essa postura “empreendedora” de Mello Mattos revela a preocupação com um Brasil voltado ao desenvolvimento social à época da cultura cafeeira em uma época em que o Estado se deparou com a dicotomia crescimento e miserabilidade, chamando para si a atribuição de minorar as consequências da pobreza e da desigualdade social, das quais o menor abandonado era o principal exemplo.

O Código vigorou por meio século, até o ano de 1979, data em que foi substituído pela Lei nº 6.697, de 10 de outubro, que mantendo a nomenclatura “Código de Menores”, dispôs sobre a atuação estatal nas áreas da assistência, proteção e vigilância aos menores.

2.2 O relatório técnico: exigência legal e critérios de elaboração

A Lei nº 6.697/1979 – Código de Menores – consagra a doutrina da situação irregular, segundo a qual os menores são objeto de direito, portanto merecedores da tutela do Estado.

Assim, ampliou-se o quadro de auxiliares da justiça, acrescentando-se profissionais encarregados da realização de estudo social em cumprimento à prestação positiva de assistência, de proteção e de vigilância. A respeito do tema, observam Penso e Almeida³⁴:

Sobre o aspecto técnico, o trabalho dos assistentes sociais, psicólogos e pedagogos era realizado, naquela ocasião, com crianças e adolescentes em atividades de caráter pericial estrito. Assim, visava-se oferecer subsídios ao juiz para a decisão considerada justa: elaboração de estudos de caso, indicação de internações, colocação em famílias substitutas e reintegração familiar, fiscalização de instituições sociais, participação de audiências e atuação junto aos casos considerados de *situação irregular*, de *menores infratores* e de adoção. (grifo nosso)

No tocante à competência e determinação do procedimento de atuação, do Código de Menores³⁵, dispunha que o Juiz de Menores seria a autoridade legalmente investida na

³⁴ PENSO, Maria Aparecida e ALMEIDA, Tânia Mara Campos de (org.). *Direitos e conflitos psicossociais: ações e interfaces disciplinares*. São Paulo: Roca, 2012. p. 200.

³⁵ Art. 7º Parágrafo único. A fiscalização poderá ser desempenhada por comissários voluntários, nomeados pela autoridade judiciária, a título gratuito, dentre pessoas idôneas merecedoras de sua confiança.

Art. 9º As entidades de assistência e proteção ao menor serão criadas pelo Poder Público, segundo as diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, e terão centros especializados destinados à recepção, triagem e observação, e à permanência de menores.

§ 1º O estudo do caso do menor no centro de recepção, triagem e observação considerará os aspectos social, médico e psicopedagógico, e será feito no prazo médio de três meses.

localidade, cujo trabalho jurisdicional deveria ser assistido por servidores efetivos ou voluntários, visando cumprir as decisões judicantes.

Infere-se, portanto, que a alteração proposta relativa ao estudo social do caso do menor, manteve-se na linha do levantamento de informações técnicas, subsidiadas por uma visão *patologizada* da criança e dos adolescentes carentes economicamente, com vistas ao assistencialismo de modo excludente do convívio com os cidadãos.

Assim, no âmbito dos centros especializados, as informações seguiam um padrão uniforme de levantamento informacional, com vistas a categorizar a criança ou o adolescente em campos determinados. Para tanto o formulário do estudo contemplava aspectos sociais, aspectos médico e psicopedagógicos.

No caso do formulário, no tocante aos “menores assistidos ou acolhidos”, deveria constar a data e circunstâncias do atendimento, o nome do menor e de seus pais ou responsável, o sexo, a idade, a ficha de controle, a relação de seus pertences, e demais dados que possibilitassem sua identificação e a individualização de seu tratamento a pedido da autoridade judiciária, na intenção de realizar o estudo social do caso ou à perícia por equipe *interprofissional*.

Assim, com vistas a auxiliar a decisão judicial acerca da situação das crianças e adolescentes acolhidos pelo Estado, determinou a lei o estudo social, a ser realizado por equipe interprofissional, cuja tarefa seria a de indicar e categorizar a condição humana dos menores em situação irregular:

Art. 97. § 2º da Lei nº 6.697/1979 - Apresentada, ou não, a resposta, a autoridade judiciária mandará proceder ao estudo social do caso ou à perícia por equipe *interprofissional*, se possível.

Art. 97, § 3º Requerida prova testemunhal ou se for conveniente e possível ouvir o menor, juntado aos autos o relatório do estudo social, a autoridade judiciária designará audiência.

§ 4º Cumpridas as diligências, presente o relatório do estudo do caso e ouvido o Ministério Público, os autos serão conclusos à autoridade judiciária que, em dez dias, decidirá definindo a situação do menor e aplicará a medida cabível ou requerida. (grifo nosso)

Com isso, proporcionou-se abertura para que a equipe auxiliar do juízo passasse a ser integrada, também, por psicólogos e pedagogos e assistentes sociais, profissionais capazes de dar encaminhamento aos problemas sociais afetos às crianças e adolescentes.

§ 3º *Das anotações sobre os menores assistidos ou acolhidos constarão data e circunstâncias do atendimento, nome do menor e de seus pais ou responsável, sexo, idade, ficha de controle de sua formação, relação de seus pertences e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização de seu tratamento.* (grifo nosso)

2.3 A relevância do relatório técnico psicossocial

Até o presente tópico discorreu-se historicamente sobre a legislação, o conteúdo, a situação e os profissionais encarregados de realizarem o estudo da situação do menor, com vistas a entender a importância do relatório técnico psicossocial no processo de adoção, uma vez que aporta aos autos o conhecimento técnico específico de profissionais capazes de auxiliar o juiz na tomada de decisão.

Nesse sentido, os artigos 150 e 151 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, determinam o papel subsidiador das atividades desempenhadas pelos auxiliares técnicos, no campo específico da Vara da Infância e da Juventude. E, com o advento da Lei de Adoção de 2009, foi inserida a obrigatoriedade do registro da atividade do estudo psicossocial nos autos do processo de adoção, como se verifica na letra do art. 197-D do ECA:

Certificada nos autos a conclusão da participação no programa referido no art. 197-C desta Lei, a autoridade judiciária, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, decidirá acerca das diligências requeridas pelo Ministério Público e determinará a juntada do estudo psicossocial, designando, conforme o caso, audiência de instrução e julgamento. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

A equipe interprofissional desempenha diversas atividades, dentre elas o estudo psicossocial, categorizada como atividade de execução, bem como o acompanhamento psicológico, de orientação, de prevenção e de encaminhamentos. Emite, também, parecer técnico, que é processado como laudo pericial. Nessa linha, esclarece Silva:³⁶

[...] a equipe não só assessorará o juiz, funcionando nas perícias e laudos, mas a lei de organização judiciária poderá atribuir-lhe outras funções. Como por exemplo, acompanhar as medidas de proteção, realizar tratamento social, orientar e supervisionar a família promover o entrosamento dos serviços do juizado com os técnicos do Conselho Tutelar; acompanhar a execução das medidas socioeducativas etc. [...]

Quando atua processualmente, seus laudos podem ser impugnados, cabendo os mesmos princípios que informam a prova judiciária. Trata-se de garantia do princípio do contraditório.

A relevância do relatório técnico decorre de seu próprio conteúdo, que se volta para as constatações sociais, econômicas, ambientais, físicas, biológicas e psicológica, envolvidas na situação de adoção, eis que o seu objetivo é verificar se os requisitos objetivos e

³⁶ SILVA, Antônio Fernando do Amaral e. Comentários Art. 150 e 151 do ECA. In: CURY, Munir (org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. 10 ed., São Paulo: Malheiros, 2010. p. 480.

subjetivos postos na lei estão sendo preenchidos para o fim de subsidiar a decisão do magistrado.

Sobre o papel do relatório em questão, vejamos o que disse a Ministra Nancy Andrigue:

PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ADOÇÃO. COMPROVAÇÃO DE VANTAGENS PARA O ADOTANDO. AVALIAÇÃO DOS ADOTANTES E ADOTANDOS. NECESSIDADE. ATO JUDICIAL. DIREITO DO ADOTANDO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - *O Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 29 e 43 da Lei n.º 8.069/90) exige a comprovação de vantagens reais para a criança ou adolescente como condição ao deferimento da adoção. Essa comprovação se faz através da avaliação psicossocial dos adotantes e adotandos. - Ato judicial que determina a submissão dos adotantes à avaliação psicossocial não fere direito líquido e certo dos adotantes. - O direito de adoção não é dos pais biológicos, nem dos pais adotivos, mas do adotando. [...] Portanto, o Estatuto da Criança e do Adolescente exige a comprovação de vantagens reais para a criança ou adolescente como *conditio sine qua non* ao deferimento da adoção, bem como a fundamentação em motivos legítimos. Tal determinação demonstra a função social da adoção, objetivando a constituição de um lar para o adotado, **além de possibilitar ao julgador decidir sobre a oportunidade e conveniência para o deferimento do pedido de adoção. Essa comprovação se faz através da avaliação psicossocial dos adotantes e adotandos. Assim, na esfera da adoção, incumbe à equipe técnica proceder a seleção/avaliação dos aspectos de aptidão com a função materna/paterna, inseridos aí os condicionantes psicológicos, sociais e a capacitação física e econômica de lidar com a criança ou adolescente, sem se descuidar da adequação do ambiente familiar.** É também o momento para indagar cautelosamente acerca dos motivos legítimos que levaram ao pleito de adoção. Tal investigação prévia ao convívio da criança com os pretendentes, nada mais é do que o respeito aos artigos 29 e 43, do Estatuto da Criança e do Adolescente. (TJSC – Proc. 2005/0003208-3 – Rec. MS Nº 19.508 – STJ - Relª Ministra Nancy Andrigue - DJSC: 27/06/2005). (grifo nosso)*

Verifica-se, assim, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o relatório é *requisito legal objetivo* em todos os casos de adoção.

2.4 A atuação da equipe interprofissional na produção do relatório técnico

A atuação da equipe interprofissional é forma de concretizar a garantia constitucional à adoção assistida pelo Poder Público, prevista no art. 227, § 5º da CF/88, *verbis*:

Art. 227 § 5º - A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, [...].

§ 6º - Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º - No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

Nessa linha, os artigos 150 e 151 do ECA impõem ao Poder Judiciário elaborar proposta orçamentária com vistas a manter as atividades dos serviços atinentes aos auxiliares da justiça.

Veja-se a redação dos artigos supracitados:

Art. 150. Cabe ao Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, *prever recursos para manutenção de equipe interprofissional*, destinada a assessorar a Justiça da Infância e da Juventude.

Art. 151. Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico. (grifo nosso)

Assim, assegurada a autonomia do Poder Judiciário, nos termos do art. 99 da Constituição da República, cabe-lhe orçar o ‘quantum’ necessário à atuação da equipe.

Nessa linha, vale transcrever algumas diretrizes insculpidas no documento³⁷ intitulado Diretrizes Políticas do Plano Nacional pela Primeira Infância:

*Atenção à prioridade absoluta dos direitos da criança na Lei de Diretrizes Orçamentária-LDO, no Plano Plurianual – PPA e no Orçamento. A **determinação constitucional e a opção política de situar a criança (como também o adolescente) no topo das prioridades do Estado** acarretam a obrigação de incluir e manter na LDO e no PPA as **determinações para que os Orçamentos anuais assegurem os meios financeiros para que essa prioridade seja efetivada na prática.** As crianças estão nos nossos corações, nas leis e no discurso..., mas se não estiverem no orçamento, suas vozes e as nossas ecoarão no vazio.*³⁸

Nos termos da lei, cabe à ‘equipe interprofissional’, a responsabilidade de assessorar tecnicamente o Magistrado, por meio de laudos, relatórios ou manifestações verbais em audiência, tanto nos casos de adoção, de guarda ou de tutela quanto nos de destituição ou suspensão do poder familiar.

³⁷ DIDONET, Vital (Coordenador de elaboração). *Plano Nacional pela Primeira Infância*. Brasília, 2010. p. 15. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/PPNI-resumido.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2013.

³⁸ O documento nominado Plano Nacional Pela Infância é uma Carta de intenções e compromisso do Governo e da sociedade brasileira com suas crianças e se insere no conjunto das ações que visam cumprir o Art. 227 da CF/88, com prioridade absoluta, os seus direitos.

Atenções especiais, por parte da equipe, devem ser dadas nos casos de necessidade de consentimento do adolescente; diferença de idade entre adotantes e adotado; irregularidade em entidades de acolhimento, além do acompanhamento em todas as diligências solicitadas pelo juízo.

Interessante, nesse sentido, conhecer o documento do Fundo das Nações Unidas para a Infância – *UNICEF* – “Regras de Beining”,³⁹ *voltado à Administração da Justiça da Infância e da Juventude*, discurso das Nações Unidas sobre a responsabilidade do Estado em preparar e capacitar equipes que devem atuar junto a *peessoas em estado peculiar de desenvolvimento*:

- 22.** Necessidade de profissionalismo e capacitação
22.1 Serão utilizados a educação profissional, o treinamento em serviço, a reciclagem e outros meios apropriados de instrução para estabelecer e manter a necessária competência profissional de todo o pessoal que se ocupa dos casos de jovens.
22.2 O quadro de servidores da Justiça da Infância e da Juventude deverá refletir as diversas características dos jovens que entram em contato com o sistema. Procurar-se-á garantir uma representação equitativa de mulheres e minorias nos órgãos da Justiça da Infância e da Juventude.
30.4 A prestação de serviços na administração da Justiça da Infância e da Juventude será sistematicamente planejada e executada como parte integrante dos esforços de desenvolvimento nacional.

Com efeito, as políticas públicas em matéria de adoção se caracterizam, primordialmente, pelo atendimento qualificado aos postulantes adotantes e possíveis adotados, em consonância com o ordenamento jurídico, para o que é absolutamente indispensável uma equipe de profissionais qualificados no trato das complexas questões subjetivas envolvidas no processo, desde a fase de credenciamento até aquela de constituição do ‘vínculo adocional’.

Nesse sentido, Silva Filho⁴⁰ observa acerca da equipe profissional:

Sua função consiste em interpretar a comunicação inconsciente que ocorre na dinâmica familiar e pessoal, em processos jurídicos que envolvem: separação (consensual ou litigiosa), divórcio (consensual ou litigiosa), modificação da guarda, tutela, curatela, pensão alimentícia, vitimização em qualquer de suas formas (física, sexual, psicológica), perda ou suspensão do poder familiar, entre outras.⁴¹

³⁹Regras de Beijing - **Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude**. Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 40/33, de 29 de novembro de 1985.

⁴⁰SILVA FILHO, Artur Marques da. *Adoção: regime jurídico, requisitos, efeitos, inexistência, anulação*. 3. ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 31.

⁴¹SILVA FILHO, op. cit., p. 31.

Com efeito, no processo de adoção, cabe um olhar holístico sobre o ser humano, deixando-se de vê-lo apenas como um número conformado em cadastros e autos processuais. Para tanto, é importante que os técnicos apontem os indicadores mais apropriados para aferir fenômenos psíquicos como a afetividade, o amor ou a dignidade das intenções.

Percebe-se a dificuldade de se delegar ao Estado-juiz o dever de cadastrar pessoas, crianças, adolescentes, pais, mães e encaixá-las em situações jurídicas, ou seja, em uma vida em família. É precisamente aí que reside a missão da equipe interprofissional, se debruçará, de forma holística, na totalidade do ser, para elaborar estudo técnico em auxílio à atividade judicante.

A intervenção da equipe, diante dessa constatação, deve ser a de minimizar insucessos e sentimentos de fracassos no desenvolvimento do processo de adoção, com vista a uma adequada solução do problema que se coloca diante do Estado juiz: concordar ou não com a relação adotiva.

Nesse contexto, o papel fundamental da equipe, consoante previsto no Estatuto (arts. 29 e 50, § 2º), está em analisar a compatibilidade dos pretendentes à adoção com a natureza da medida, de sorte a oferecer ao adotado um ambiente seguro, acolhedor e adequado. Em outras letras, trata-se de averiguar junto aos pretendentes a sua “capacidade de estabelecer relações afetivas” compatíveis à de pais gestados pela afetividade.

Tendo em vista ser a adoção constituída a partir de vínculos diversos da consanguinidade, revela-se como instituto complexo do ponto de vista das relações interpessoais, socioafetivas e culturais.

Daí ter a equipe profissional de se deparar com representações simbólicas de adotantes, genitores, adotados, membros componentes de a equipe auxiliar do judiciário e do próprio magistrado, representações estas influenciadas pelos mais diversos contextos vivenciais.

Vale consignar, por relevante, que essa mesma percepção é ressaltada por Eunice Granato⁴² ao tratar das vulnerabilidades sociais inerentes à adoção:

Na adoção, contrariamente à paternidade/maternidade biológica, na qual o homem e a mulher são os únicos responsáveis pela geração de uma criança, são vários os que atuam na sua realização: os pais biológicos, que não puderam, ou não quiseram, assumir suas responsabilidades, a criança que viveu o abandono, os técnicos que atuam nessa difícil passagem, os pais adotivos que se mostram disponíveis para acolher uma criança. Esse movimento revela a expressão marcadamente social de uma adoção, e aponta

⁴² GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção: doutrina e prática*. Curitiba: Juruá, 2005. p. 14-15.

para um percurso complexo porque reúnem diferentes pontos de vista: *dos adotantes que desejam um filho, da criança que será colocada em uma outra família, dos técnicos que trabalham para tornar possível esse encontro*. O não-reconhecimento da complexidade inerente a essa construção está frequentemente na base dos conflitos produzidos pelo embate entre diferentes interesses e valores.

Com efeito, o olhar “caleidoscópico” sobre o *lócus* da adoção, o qual é permeado de valores, (auto)referências e (pré)conceitos que, por certo, serão refletidos pela equipe especializada na produção do relatório técnico.

Tal olhar deve primar pela técnica indicada nas normas e informativos dos Conselhos Profissionais, que se constitui em referência para o exercício ético e adequado da profissão. Menciona-se, por exemplo, o guia⁴³ para o exercício profissional do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região e a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 007/2003, documentos que objetivam informar e orientar os profissionais quanto às peculiaridades legais inerentes ao exercício da profissão.

Com efeito, o exercício profissional dos componentes da equipe interprofissional rege-se por normativa própria da organização judiciária local, bem como pelas normas dos Conselhos regulamentadores de cada profissão.

A Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ-SP),⁴⁴ disciplina a atuação e apontam o instrumental necessário às ações técnicas dos Assistentes Sociais e Psicólogos quando da realização do estudo social:

O Assistente social e o Psicólogo se utilizam de um instrumental próprio para realizar o estudo social e elaborar os laudos, pareceres ou relatórios sociais. Faz o acompanhamento de situações cujas avaliações são imprescindíveis, e/ou quando a determinação judicial considera como necessária. [...]

O estudo social se apresenta, atualmente, como suporte fundamental para a aplicação de medidas judiciais dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na legislação civil referente à família. Para o desenvolvimento deste trabalho, geralmente o assistente social estuda a situação, realiza uma avaliação, emite um parecer, por meio do qual pode apontar medidas sociais e legais que poderão ser tomadas.

Compreende-se, então, que a equipe deve acompanhar todas as etapas do processo de adoção tanto para orientar quanto para apurar e relatar os fatores pessoais (biológicos e

⁴³BRASIL. Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região. *Guia para o exercício profissional: psicologia: legislação, orientação, ética, compromisso social*. 3. ed. Minas Gerais: CRP, 2011.

⁴⁴Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *O sistema de justiça da infância e da juventude nos 18 anos do estatuto da criança e do adolescente: desafios a especialização para garantia de direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: AASPTJ-SP 2008. p. 9.

psíquicos), morais, econômicos e comunitários, entre outros, pautando-se nos regulamentos dos Juizados e dos Conselhos profissionais.

Importa destacar que a relevância do aspecto jurídico dessa intervenção está na segurança do procedimento registrado, conferindo ao Ministério Público e ao juiz as necessárias condições de se manifestarem tecnicamente sobre determinado pedido de adoção, à vista do que dispõe o art. 43 do Eca, ou seja, que a adoção somente será deferida quando apresentar reais vantagens ao adotado – vantagens estas levantadas e documentadas pelo trabalho interventivo da equipe interprofissional – e satisfizer o interesse da criança e do adolescente, bem como de quem adota. Essas condicionalidades só podem ser evidenciadas por intermédio do documento de natureza técnica, denominado, *relatório psicossocial*.

3. ESTUDO DOS CASOS REFERENTES À ADOÇÃO

O objeto de estudo da presente pesquisa, o relatório técnico-psicossocial no processo de adoção, enseja abordagem quanti/qualitativa de cunho descritivo. Inicialmente o foco estava nas decisões judiciais em matéria de adoção tendo como subsídio o relatório técnico/estudo psicossocial.

No decorrer da pesquisa, manteve-se o objeto, contudo não mais a partir de decisões judiciais, mas da manifestação do Ministério Público quanto ao relatório elaborado pela equipe interprofissional.

A partir da proposta investigativa, buscou-se elucidar a produção do conhecimento além do modelo orgânico e cartesiano proposto pela dogmática para as pesquisas no campo jurídico. A perspectiva dogmática de investigação se impõe diretiva, procurando influenciar ou dirigir a conduta científica no campo do direito.

Destarte, a investigação científica no âmbito jurídico pode nortear-se pelos instrumentos linguísticos, os postulados jurídicos, bem como pelas definições e redefinições no campo do Direito, de forma dialógica com a realidade social.

Assim, o presente capítulo abre o leque investigativo com documentos, ou seja, os relatórios técnicos/estudos psicossociais, parte integrante dos processos judiciais de adoção, em curso na 1ª Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal.

3.1 Abordagem do estudo

A abordagem proposta pauta-se na perspectiva “zetética”⁴⁵ cuja essencialidade investigativa pressupõe a indagação por meio de questões reflexivas. Não há a preocupação em consignar respostas prontas, pré-definidas e definitivas.

Significa dizer que tudo pode ser objeto de investigação, questionamento e “requestionamento”, até mesmo o relatório técnico/estudo psicossocial. As considerações, portanto, possuem caráter, problemático e questionador principalmente.

A Abordagem “zetética empírica aplicada”, aquela em que a investigação tem como enfoque conhecer o objeto para mostrar seu desempenho jurídico e social, embasou o presente estudo monográfico.

⁴⁵O termo zetética origina-se na palavra grega *zetein* que significa perquirir, questionar, perguntar, consubstanciando-se em método de investigação da razão e da natureza das coisas.

A organização metodológica da pesquisa se ancora no método quanti/qualitativo-descritivo, tendo como aporte investigativo o estudo de caso.

Completa, ainda, esta monografia uma análise de conteúdo documental, relativa ao conjunto de documentos investigados: —. No dizer de May,⁴⁶: “Os documentos não existem isolados, mas precisam ser situados em uma estrutura teórica para que o seu conteúdo seja entendido” e, segundo o mesmo May,⁴⁷ “para que os pesquisadores aprendam a sua significação (dos documentos), eles devem se concentrar no que o autor pretendia ao produzir o documento”.

À vista dessa breve exposição, são descritos a seguir, os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados por intermédio do levantamento documental.

3.2 Procedimentos metodológicos

O local, a natureza da fonte do material, a população, a amostra e os instrumentos metodológicos utilizados para a coleta de dados são elementos relevantes a serem tratados a seguir.

Preocupou-se em levantar e inventariar dados com base nos relatos extraídos dos autos dos processos de adoção, precisamente o parecer psicossocial.

Os procedimentos alinhados no presente estudo condizem com o objeto geral e os específicos da pesquisa proposta, que são: a) identificar requisitos de análise do relatório psicossocial em matéria de adoção; b) inventariar e categorizar os dados coletados no parecer técnico psicossocial; c) identificar os elementos constituintes do relatório técnico: os requisitos legais inscritos nos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, os critérios atinentes aos aspectos técnicos levantados pela equipe interprofissional.

O objetivo, portanto, é verificar se os requisitos legais para a adoção se acham presentes no relatório técnico/estudo psicossocial e com que frequência são indicados, tomando por base os dispositivos 29 e 43 do ECA.

O *lôcus* da atividade de pesquisa é a 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, devendo-se ressaltar a natureza confidencial da documentação examinada, razão por que não são os documentos passíveis de identificação.

⁴⁶MAY Tim. *Pesquisa social*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 223.

⁴⁷MAY, op. cit., p. 223.

Solicitou-se a permissão⁴⁸ para acesso aos autos dos processos de adoção, de natureza cível, instruídos com os relatórios técnicos da equipe interprofissional.

Obteve-se acesso aos processos de adoção, de natureza cível conforme solicitado. De posse desse material, procedeu-se à separação, inicialmente, por meio de descritores característicos dos fatos situacionais encontrados nos autos.

A proposta metodológica, no tocante às características das fontes de dados, ateuve-se a seguinte caracterização:

- a) Documental, por meio de conteúdos de documentos oficiais, ou seja, os autos processuais;
- b) Primária, porquanto os dados inseridos nos documentos não foram submetidos a estudo e análise anteriormente;
- c) Textual, por se tratar de relatórios psicossociais que integram o procedimento de adoção.
- d) Aleatória, porque os documentos foram selecionados sem a interferência da Aluna-pesquisadora.⁴⁹

No que tange aos instrumentos de coleta de dados, tendo em vista a compreensão do documento técnico psicossocial, procedeu-se ao inventário dos relatos com a devida adaptação, visando manter o sigilo conforme compromisso assumido perante a 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal - VIJ.

A necessidade de se manter o sigilo das informações constantes dos autos processuais revelou-se elemento disciplinador do trabalho inventariado, porém não delimitador cognitivo na construção do conhecimento.

O plano de trabalho elencou como população alguns “componentes amostrais típicos”, contidos em processos cíveis de adoção, que continham relatórios técnicos psicossociais.

A população desta pesquisa localiza-se nos processos de adoção, de natureza cível, em trâmite na 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

⁴⁸Para a realização do procedimento a Aluna-pesquisadora, bem como a Professora, na qualidade de Orientadora do presente estudo monográfico, comprometeram-se observar os procedimentos éticos de guardar sigilo absoluto sobre assuntos pertinentes à 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF e daqueles relativos aos documentos manuseados.

⁴⁹Documentos selecionados pela equipe de assessoramento do Juiz da 1ª Vara da Infância e da Juventude cujos relatórios psicossociais integravam o procedimento processual. Os documentos inseridos nos autos processuais são descrições de profissionais que gozam de fé pública.

A opção, no trabalho em tela, em relação à população e amostra, segue a proposição de Quivy e Van Campenhoudt,⁵⁰ segundo a qual o pesquisador tem a possibilidade de escolher a forma como irá tratar e analisar os dados, de acordo com o foco amostral.

Seguiu-se ao estudo, portanto, do foco amostral, que trilhou uma das três propostas apresentadas pelos autores acima citados, qual seja: “Recolhem-se os dados os quais incidirão sobre os estudos de alguns componentes muito típicos, mesmo não sendo estritamente representativos da população em foco”⁵¹.

Diante disso, a investigação científica no estudo ora apresentado, independe de representação amostral quantitativa estrita, no tocante a análise do objeto; dito de outra forma: a representação pautada em alguns componentes característicos ou típicos dos documentos *sub examine*, restou significativo e suficiente, independente do tamanho da amostra. Isso porque a expressão quantitativa não se consubstanciou em elemento de destaque no âmbito do estudo realizado.

3.3 Relatos dos casos

Cumprе destacar, inicialmente, os casos caracterizados de acordo com a descrição dos cenários situacionais encontrados nos autos inventariados, que foram:

- a) Descrição do cenário situacional 1: relatório psicossocial à vista da contestação do processo de adoção por parte dos pais biológicos ou de terceiros interessados;
- b) Descrição do cenário situacional 2: relatório psicossocial contestado por parte do Ministério Público;
- c) Descrição do cenário situacional 3: relatório psicossocial a não contestado

Cabe ressaltar que as descrições situacionais de número 1 e 2 poderiam ser catalogadas de forma repetida, como por exemplo, no caso de haver contestação tanto por parte do(s) genitor(es) ou de terceiros interessados no processo de adoção, quanto por parte do Ministério Público. Contudo não se procedeu assim.

Situação possível, ademais, ocorreria na hipótese de o relatório técnico/estudo psicossocial apresentar descritores característicos de fatos situacionais que não ensejariam contestação a princípio; contudo, no curso do processo judicial haveria desdobramentos, como

⁵⁰QUIVY, Raymond e VAN CAMPENHOUDT, Luc. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005. p. 160.

⁵¹Ibidem, p. 160.

recurso, por exemplo, que poderia requerer novo relatório técnico. Essa situação ficou consignada nos relatórios.

3.3.1 Casos relativos à circunstância 1

Descrição do cenário situacional 1: relatório psicossocial à vista da contestação quanto ao processo de adoção por parte dos pais biológicos ou de terceiros interessados.

Caso I –

- a) Relatório técnico contendo 6 (seis laudas), assinado por apenas um servidor analista em saúde, Assistente Social, subscrito, também, por estagiário na área de serviço social;
- b) A contestação foi oferecida pelo filho natural, curador do pai, inconformado com o processo de adoção, tendo o Ministério público ratificado o parecer do relatório técnico psicossocial.

Trata-se de pedido de adoção de jovem de 17 (dezessete) anos de idade, no ano de 2009, residente na casa dos postulantes à adoção, sob situação jurídica de guarda legal, desde o ano de 1996. A relação familiar constituiu-se pelo casal postulante de adoção, um filho maior de 21 (vinte e um) anos, e a Adotanda.

O casal relatou que a mãe biológica trabalhava na residência dos postulantes prestando serviços domésticos à época do nascimento da criança.

O relatório técnico/estudo psicossocial constante dos autos, em parecer de seis laudas, foi assinado por um servidor analista em saúde, assistente social, acompanhado de estudante estagiário na área de serviço social.

Conforme o relatório, a pessoa em situação de ser adotada tinha um ano de idade quando a mãe biológica partiu sem deixar endereço e nunca mais se soube dela. A jovem cresceu no seio familiar como filha.

No ano de 2009, os detentores da guarda manifestaram a vontade de adotar legalmente a jovem. Foi ajuizada ação de adoção e durante o trâmite processual, o cônjuge postulante foi internado em a unidade de terapia intensiva e veio a óbito. Além disso, a adotanda alcançou a maioridade civil.

Com a doença e posterior falecimento do cônjuge postulante, o filho biológico do casal interveio em juízo, por meio da curatela provisória do pai, requerendo a desistência do feito.

Nos autos constam dois relatórios: o primeiro relatório técnico/estudo psicossocial, de quatro laudas, avaliou a importância de considerar a vontade do casal adotante e da adotanda, bem como o estudo das condições de convivência e vínculo afetivo. O segundo foi elaborado por determinação do juiz, após requerimento do Ministério Público, com vistas a verificar a presença dos requisitos legais no caso de adoção pós-morte do cônjuge falecido, já que o cônjuge sobrevivente manifestou-se pela não adoção.

O Ministério Público se manifestou pela adoção, tendo como suporte fático a posse de estado de filho, consagrada pela paternidade/maternidade socioafetiva, que estaria caracterizada cabalmente nos autos.

No decorrer do processo, o filho do casal postulante, na qualidade de terceiro interessado, herdeiro, interpôs recurso, alegando que: a) foi ignorado o pedido de desistência da ação formulado; b) os pais biológicos da adotanda deveriam integrar a lide como litisconsortes passivos necessários, porque a ação interfere nos seus direitos; c) a declaração da vontade de seu pai/adotante, já estava viciada em face de seus problemas de saúde (debilidade mental progressiva).

O Ministério Público oficiou pelo não provimento do recurso, alegando a ilegitimidade do recorrente, filho do casal.

Posteriormente a cônjuge sobrevivente interpôs recurso alegando que desistira da adoção.

O recurso foi conhecido, tendo o Ministério Público manifestado pela realização de novo estudo psicossocial e, no mérito, pelo não provimento do recurso.

Foi realizado novo relatório técnico/estudo psicossocial, que apresentou as impressões acerca dos vínculos familiares entre a adotanda e o cônjuge falecido, entre a adotanda e o cônjuge sobrevivente e entre a adotanda e o filho biológico do casal, tendo sido verificados os requisitos da convivência familiar e comunitária; apontados os motivos legítimos da real vantagem para o adotando e, principalmente, o vínculo afetivo entre a adotanda e o cônjuge falecido.

Consignou-se não haver impedimentos de ordem pessoal por parte do falecido, em razão de ter manifestado a vontade de adotar à adotanda em vida. Aduziu-se, ainda, que entre o falecido e a adotanda desenvolveram-se significativas ligações afetivas, o que teria sido confirmado pelo cônjuge falecido.

No entanto, o relatório técnico/estudo psicossocial afirmou que a adoção poderia trazer sofrimento para o cônjuge sobrevivente, que, sozinha, teria de arcar com a

responsabilidade da adoção, após o falecimento do esposo. Além disso, a adoção iria contrariar o filho do casal, que a ela se contrapunha.

No entanto, para o relatório técnico/estudo psicossocial, seria importante para a jovem oficializar a sua condição de filha do casal; contudo, conclui pela adoção pelo cônjuge falecido, pois esta representava mais dos direitos sucessórios.

O processo ainda não foi decidido.

Caso II –

- a) Relatório técnico contendo 4 (quatro) laudas;
- b) Assinado por apenas um servidor analista em saúde, profissional Assistente Social, acompanhado de estudante estagiário na área de serviço social;

Contestação por parte do suposto genitor;

- c) O Ministério Público ratificou o parecer psicossocial descrito no relatório técnico.

Trata-se do caso de pedido de adoção unilateral de criança de 10 (dez) anos de idade residente na casa do casal. O postulante/adotante à adoção convive com a Adotanda desde o ano de 2000, quando ela tinha um ano de idade.

Cuida-se ainda de Apelação Cível interposta pelo suposto genitor, contra a r. sentença exarada à fl. 37, nos autos da Ação de Adoção proposta pelo Adotante em favor da Adotanda, filha de sua atual esposa, pela qual o MM. Juiz de Direito da Primeira Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal julgou procedente o pedido formulado na inicial.

O Adotante é casado com a genitora há 4 (quatro) anos. Conviveram sob o manto da união estável por 5 (cinco) anos. O casal tem dois filhos em comum, um menino de três anos de idade e um menino de um ano de idade.

Em entrevista o casal se pronunciou no sentido de que a menor, nascida em 1999, tem no requerente o referencial paterno, chamando-o de pai, e, este, por sua vez, assumiu os encargos inerentes ao poder familiar.

Foi percebido pela Assistente social, por ocasião de visitas domiciliares, que a Adotanda se reconhece integrante do núcleo familiar em relacionamento contínuo com a família extensa incluindo tios, primos, avós da parte do Adotante. Ademais no ambiente familiar existe sintonia no convívio com os irmãos.

A família possui casa própria. O Adotante é funcionário público e a genitora é professora, contudo, no momento atual, cuida dos afazeres domésticos.

Quanto à contestação da ação de adoção arguida pelo supostos genitor, a genitora noticia que o genitor da Adotanda não a registrou, não a reconheceu como filha. Após o nascimento da criança desapareceu – até o presente momento – nunca prestou qualquer assistência material e emocional.

Observou o Ministério Público que, às fls. 29/33, o relatório técnico/estudo psicossocial demonstrou o completo distanciamento do pai biológico da menor, comprovado por diversas tentativas da genitora de contatá-lo (documentos acostados aos autos).

Em via oposta, o envolvimento do requerente com a criança é evidente, mediante consistente e consolidado vínculo paterno-filial, comprovado por meio de fotos, de registros em aniversários, atividades de lazer, registro de reuniões na escola aonde a Adotanda estuda.

Sugeriu o representante do MP que tais ações são demonstração clara e inequívoca do benefício para a Adotanda em seu desenvolvimento educacional, físico e emocional.

A notícia trazida, em sede de recurso, da oposição do suposto genitor, segundo a manifestação do MP, não interfere no vínculo estabelecido entre a Adotanda e o Adotante, pois a relação entre a menor e o Adotante é benéfica e já está consolidada, devendo ser mantida a r. sentença da adoção em prol do princípio da proteção integral do menor e do princípio da afetividade.

Transcreveu-se trecho do parecer ministerial, considerando-o didático e de valor jurídico-educativo:

Registre-se, inicialmente, que a Constituição Federal define a família como a base da sociedade, razão por que tem proteção especial do Estado, conforme disposto no artigo 226. O direito de família, entretanto, deve ser regulamentado em face dos interesses do menor, uma vez que vulnerável na relação familiar, de modo que lhe seja propiciado bem-estar e bom desenvolvimento físico, afetivo, moral e psicológico, elementos integrantes da dignidade da pessoa humana, princípio fundamental do ordenamento jurídico pátrio, ao qual se atribui o caráter personalíssimo, indisponível e imprescritível. Tanto é que, em seu artigo 227, a Carta Magna impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de ‘assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.’ E acrescenta, em seu § 6º, que ‘Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Nesta linha de raciocínio, em atenção ao princípio constitucional implícito da afetividade, o Estatuto da Criança e do Adolescente, nos termos do § 2º do artigo 41, prevê a possibilidade de adoção, por um dos cônjuges, do filho do outro. Assim, caso a criança tenha

sido registrada apenas pela mãe, aquele que passa a conviver com ela pode, ainda que não seja pai biológico, adotar unilateralmente o menor, caso em que o padrasto alcançará a condição de pai adotivo. Vale dizer, os critérios que definem família e maternidade/paternidade extrapolam a biogenética, sendo a socioafetividade elemento essencial para se proporcionar ao menor a convivência familiar salutar e o bom desenvolvimento emocional, de personalidade, educativo, dentre outros.

Nestes termos, à vista do exposto e por tudo o mais que consta dos autos, o Ministério Público se manifestou pela adoção com fulcro no melhor interesse do estado de filiação e no princípio da afetividade. Referiu que o vínculo familiar salutar está estabelecido consoante as provas colacionadas aos autos, portanto, tem fundamento jurídico-constitucional a adoção.

O processo estava tramitando até a data do presente levantamento.

3.3.2 Casos relativos à circunstância 2

Descrição do cenário situacional 2: relatório técnico/estudo psicossocial contestado por parte do Ministério Público no processo de adoção

Caso I –

- a) Relatório técnico contendo 4 (quatro) laudas;
- b) Assinado por apenas um servidor, profissional Psicólogo;
- c) O Ministério Público não ratificou o parecer psicossocial descrito no relatório técnico.

Trata-se de pedido de adoção bilateral deduzido por casal, ele com 37 (trinta e sete) anos e ela com 34 (trinta e quatro), em face de criança do sexo feminino.

Evidenciou o relatório técnico/estudo psicossocial a estabilidade do lar, formado pelo casal, ambos trabalhadores – ela policial civil, ele professor da Fundação Educacional –, pelas duas crianças – a Adotanda com 2 anos e 11 meses e a filha natural, com 9 (nove) anos de idade.

O cônjuge postulante/requerente asseverou não poupar esforços para manter condignamente as filhas, propiciando-lhes uma vida feliz e completa, em ambiente agradável, na companhia de pessoas sãs – mental e fisicamente – e idôneas.

Segundo o relatório técnico/estudo psicossocial, o casal demonstrou condições financeiras e emocionais condizentes com a medida para o melhor interesse da criança, concluindo que nada havia que desabone a conduta do casal postulante/requerente. Registrou-se também que a menor não possui qualquer vínculo emocional com a mãe biológica.

No relatório consta que o casal alegou que a genitora, por sua vez, “possui conduta incompatível com a boa moral, sendo perniciososa para a vida da criança”. O casal postulante/requerente informou que tal afirmativa se embasou no fato de que, a genitora da menor, possui passagem policial por tráfico de drogas, registrada junto à Delegacia de repressão a entorpecentes – DRE, (fl. 11).

Acrescentou ainda constarem dos autos, na inicial, Boletim de Ocorrência, registrado pelo pai biológico, sob o n.º _/2009, cujo relato discorre sobre a tentativa de aborto da genitora no início da gravidez. A genitora tentou abortar com “medicação ilegal”, o que poderia, inclusive, provocar danos à criança.

Destacou-se que o pai biológico, após o nascimento da menor nunca apareceu para ver ou buscar a menor. Apenas os avós paternos procuraram saber da criança, contudo deixando claro que não podiam ficar com ela.

Prosseguiu o relatório técnico/estudo psicossocial reiterando a total falta de interesse da genitora, bem como do genitor para com a menor desde os primeiros dias de vida.

Com base nos fatos deduzidos na inicial, os documentos acostados aos autos e por meio de entrevista com o casal, o relatório técnico/estudo psicossocial indicou a adoção e requereu a alteração do nome da Adotante.

O MP reiterou a obrigatoriedade da perda do poder familiar dos genitores da menor, conforme procedimento previsto no art. 155 do ECA, medida preparatória para a instauração do procedimento de adoção.

Questionou a ausência de informação acerca da relação de convivência e de conhecimento entre o casal postulante à adoção, a genitora e o genitor.

Observou o membro do MP, no tocante ao pedido de adoção, que “o corte repentino e irreversível das relações familiares da menor com a genitora, o possível pai biológico, como também com os familiares maternos, poderia redundar em danos psicológicos igualmente irreversíveis para a mente em formação da menina, não sendo admissível que ao casal seja conferido o direito de adotar a criança com base, tão somente, no vínculo afetivo com ela mantido”.

O Ministério Público solicitou um segundo estudo social com o casal postulante/requerente, a genitora, o genitor, os avós, bem como a coleta de dados relativos à maternidade e paternidade biológica.

Requereu ainda, o representante do MP ao Meritíssimo Juiz, audiência para colher a oitiva do genitor e da genitora.

Ademais, o MP justificou a não indicação da adoção, tendo por base que o casal requerente não satisfaz o requisito legal atinente à idade da criança: “só se admite a adoção por pessoas não cadastradas quando alguém tiver a guarda ou tutela de criança maior de três anos de idade e, durante o período de convivência, tiver sido criado vínculo de afinidade e afetividade”. Além desse requisito outros dois são apontados no artigo 50, § 13º, do ECA: a) quando se tratar de adoção unilateral (o companheiro adotar o filho da companheira, por exemplo; b) quando for um parente da criança com o qual ela tenha afinidade e afetividade.

Por todo exposto, o MP se manifestou pelo não prosseguimento da ação para que, após “minuciosa instrução”, pudesse ser alcançada “a solução que melhor atendesse o interesse da criança”.

O processo estava tramitando até a data do presente levantamento.

Caso II –

- a) Relatório técnico contendo 4 (quatro) laudas;
- b) Assinado por um profissional Psicólogo;
- c) O Ministério Público contestou o relatório técnico psicossocial.

Trata-se de processo de adoção de adolescente de 12 (doze) anos e um mês de idade, do sexo feminino, no qual não fora ouvida a genitora em nenhuma fase do processo, pela equipe interprofissional inclusive.

Conforme abordagem do relatório técnico/estudo psicossocial foi considerada a plena adaptação da adolescente, criada com todo o cuidado, carinho, proteção, suporte material e emocional com muito amor por todos os familiares ao longo de mais de dez anos, conforme relatado no documento.

Nesse sentido, o relatório técnico sugeriu a modificação do instituto da guarda pela a Adoção, aos Requerentes, como a única medida indicada e desejada, com a consequente alteração do nome da Adotanda, o qual, de acordo com seus pais substitutos, deverá ser...

O Ministério Público contestou a indicação favorável à adoção, pois não seguiu os trâmites legais. Questionou ainda, o relatório técnico/estudo psicossocial e a não ocorrência do procedimento de destituição prévia do poder familiar.

O membro do MP relatou que a presente adoção não contou com a anuência expressa da genitora, razão pela qual deveria assumir o rito previsto no art. 155 do ECA: “o procedimento para a perda ou a suspensão do pátrio poder terá início por provocação do

Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.” O Ministério Público com base no art. 202 do ECA,⁵² postulou a designação de audiência para oitiva dos Adotantes e das testemunhas já arroladas.

Conforme, também, dispõe o art. 169 do referido diploma legal, haveria obrigatoriedade de destituição prévia do poder familiar para posterior análise do pedido de adoção.

Ressaltou o Membro do Ministério Público que o art. 1635, IV do Código Civil não revogou o art. 169 do ECA, no tocante à necessidade de prévia da destituição do poder familiar para a concessão de adoção quando não contar com o consentimento dos genitores. Prova disso, firmou o MP, é que a Lei n. 12.010/2009 alterou a redação do art. 169 do ECA, porém, manteve a exigência da prévia da destituição do poder familiar ali contido.

O representante do MP alegou, além disso, baseando-se no art. 157 do ECA, que não fora constatado nenhum motivo grave que levasse a se averiguar a suspensão do poder familiar, e, posteriormente, destituição do poder familiar.

Seria necessária, nesse caso, a designação de audiência de instrução e julgamento nos termos dos artigos 155 e seguintes do ECA, ouvidas as testemunhas que comprovassem a presença de uma das causas de violação dos deveres protetivos à criança, como prevê os artigos 22; 24 e 98 do ECA.⁵³ Além disso, inexistia nos autos a oitiva da genitora.

O Membro do Ministério Público contestou o relatório psicossocial, iniciado à fl. 70 e concluído à fl.74, por entender que o suposto comportamento da genitora, usuária de substâncias nocivas à saúde, como afirmou o depoimento dos Adotantes, eram incompatíveis com o exercício do poder familiar. Afirmativa esta, sem documentação probatória.

Toda a narrativa do relatório psicossocial não trouxe qualquer prova documental, sustentou-se apenas no relato dos adotantes de que inscreveram a genitora por diversas vezes

⁵²**Art. 202.** Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipótese em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências, usando os recursos cabíveis.

⁵³**Art. 22.** Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Art. 24. A perda e a suspensão do pátrio poder serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o Art. 22.

Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;

II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

III - em razão de sua conduta.

em clínicas para tratamento de dependência química e que ela, a genitora, não terminou o tratamento.

Os Adotantes não forneceram o nome e os endereços das clínicas, tampouco dos familiares da genitora segundo o relatório técnico.

O relatório psicossocial fez menção, com base nos procedimentos realizados nas instâncias judiciais, das impressões acerca dos vínculos familiares entre a adolescente e os Adotantes, os quais sempre estiveram presentes e apresentaram significativas ligações afetivas.

Ademais, não houve menção de dados biológicos paternos da Adotanda, direito que lhe é assegurado pelo art. 48 do ECA.

O MP questionou ainda a colocação no relatório técnico/estudo psicossocial de que “esta 1ª VIJ, na decisão de fl. 53/53, já anteviu sabiamente que a Adoção seria a medida mais adequada no caso, em que pese manifestação ainda em 2008, do Ministério Público à fl. 16, que pugnou pela localização da requerida, a qual já havia indicado não ter interesse pela filha, negando, por conseguinte, o sentimento maternal que o uso de substâncias químicas sufocou”.

No relatório técnico o profissional escreveu que “percebeu-se que o ocorrido não afetou a adolescente, nem mesmo o fato de a Adotanda saber as condições pelas quais chegou ao seio da sua família guardiã, tampouco a doença da adicção de sua genitora”. No relato o membro do MP criticou a superficialidade de tal descrição e de que por meio “da expressão da Adotanda” concluiu-se o seguinte: “o lindo semblante da adolescente transparece o afeto que nutre por sua família atual”.

Noticiou no relatório que, “atualmente, decorridos mais de dez anos de convivência, não se pode pensar do ponto de vista social, familiar e emocional, em quebrar o vínculo existente entre a filha considerada ‘presente de Deus’ (sic)⁵⁴, o que, se ocorresse, traria sérios transtornos para a adolescente que realmente integra a família dos Requerentes e lesão ao seu direito de continuar feliz no seio da família que a acolheu. Ao fim da narrativa de fl. 74 a responsável pelo relatório psicossocial recomendou a adoção por haver clara formação de vínculo de filiação e parentalidade entre Adotanda e Adotantes.

⁵⁴ Texto transcrito pelo Ministério Público e reescrito no presente documento, contendo erros da Língua Portuguesa apresentando inconsistência de coerência e de coesão gramaticais.

Ressentiu-se, conforme relatado pelo representante ministerial, da ausência de formatação técnica do relatório: — O relato social carece de termos técnicos que, devem, portanto estar acompanhados das explicações e/ou conceituações retiradas dos fundamentos teórico-filosóficos que os sustentam e, não, de suposições afetivas. O procedimento relativo ao estudo social não oportuniza a descrição do procedimento realizado, nem tampouco dos recursos e instrumentos técnicos utilizados para coletar as informações (números de encontros, pessoas ouvidas, local, etc.) à luz do referencial teórico-filosófico que se embasa. (...).

Ante o exposto e por tudo o mais que consta nos autos, com fulcro no melhor interesse do estado de filiação, o Ministério Público se reverberou, consoante as medidas não adotadas de acordo com prescrição legal, pelo não prosseguimento da ação. Oficiou pela contestação do mérito. Aguada designação e realização de audiência.

O processo estava tramitando até a data do presente levantamento.

Caso III –

- a) Relatório técnico contendo 6 (seis) laudas;
- b) Assinado por apenas um servidor, profissional Psicólogo;
- c) Ministério Público contestou o pedido de adoção e contestou o parecer psicossocial descrito no relatório técnico.

Trata-se de relato técnico psicossocial consignado em autos do processo de adoção do infante de 6 (seis) anos de idade pelo casal postulante: Sr. de 53 (cinquenta e três anos) e pela Sra. de 49 (quarenta e nove) anos.

O casal reside em casa própria com dois filhos, um com 19 (dezenove) anos e outro com 23 (vinte e três). Filhos estes do primeiro casamento de ambos. O casal não tem filhos em comum.

O casal postulante possui dois imóveis em Região Administrativa do Distrito Federal distinta da que residem. Mora de aluguel e mantém um pequeno comércio de onde retiram o sustento familiar.

No dia da visita domiciliar realizada pela Assistente Social e estagiário, integrantes da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, o apartamento em que residem estava limpo e organizado. A criança possui um quarto pequeno com uma cama, uma estante com computador e um guarda-roupa. O quarto do casal fica ao lado desse quarto, possui uma cama de casal, um guarda-roupa, uma televisão e um banheiro. Do outro lado,

próximo a entrada, fica o quarto dos rapazes. Em um quarto existem duas camas, dois guarda-roupas, uma bancada com computador e uma TV pequena. O banheiro fica no quarto.

O casal postulante contou que a criança está com eles desde que nasceu. Relatou que a genitora veio de outro Estado da Federação trabalhar na casa deles. Isso dois anos antes de engravidar.

A genitora trabalhava durante o dia e estudava à noite, segundo o relato do casal postulante à adoção. No início tudo ia bem, contudo após o primeiro ano, a genitora começou a apresentar comportamento estranho. O casal perguntou à genitora o que estava acontecendo e ela disse estar namorando. Eles quiseram conhecer o rapaz. Ela relutou em apresentá-lo.

Com o decorrer do tempo o comportamento da genitora ficou mais comprometido: não acordava cedo para as tarefas domésticas e não conseguia trabalhar como anteriormente. Chegava da escola por volta de uma hora da madrugada. Descobriu-se que ela usava drogas. A situação ficou insustentável e despediram a moça.

Após certo tempo a genitora procurou o casal e disse que estava grávida e que passava necessidade. Pediu-lhes a passagem para voltar ao Estado da Federação de onde viera. O casal fez isso.

Em contato com a sobrinha que mora na mesma cidade natal da genitora e a conhece, um dos postulantes soube que ela dera à luz um menino e a genitora estava procurando alguém para dar a criança.

O casal postulante entrou em contato com a genitora e a trouxe para casa com a criança que já tinha dois meses de nascida. A genitora voltou a trabalhar para o casal e cuidava do filho.

Aos fins de semana a genitora saía para passear, inicialmente sem problemas, mas logo reacendeu a situação difícil com as drogas. Os postulantes a encaminharam para tratamento em clínica para dependentes químicos, na qual ela entrava e saía por diversas vezes. Até que um dia ela foi embora e nunca mais deu notícia deixando a criança aos cuidados do casal.

O tempo passou e o pequeno cresceu no seio familiar com muito amor e carinho. Hoje, aos seis anos, o casal postulante à adoção buscou o judiciário visando legitimar a relação já existente do vínculo familiar com a criança.

Foi este o parecer técnico: “[...] durante o estudo psicossocial realizado, por meio de visitas e entrevistas, percebeu-se que os parentes são pessoas afetivas e que têm atendido plenamente o adotando em suas necessidades de cuidados, proteção e afeto. A criança está

plenamente adaptada na família e demonstrou estar bem vinculado aos requerentes, que recebe apoio da família extensa. Consideramos, portanto, que a adoção pleiteada poderá trazer reais vantagens para o infante, que terá a oportunidade de crescer em ambiente familiar saudável, no qual tem encontrado os recursos necessários ao seu pleno desenvolvimento. Ademais, não foi verificada qualquer situação que desaconselhe à permanência da criança como membro deste núcleo familiar. Por fundar-se em motivos legítimos de regularizar a situação do estado de filho do casal. Somos favoráveis ao deferimento do presente processo de adoção. É desejo dos requerentes que o adotando passe a se chamar”.

Na sequência o Ministério Público manifestou-se, em atenção aos termos da decisão interlocutória de fl. 88 e com base no art. 202 do ECA, postulando designação de audiência para oitiva dos Adotantes, das testemunhas arroladas à fl. 07 e, se possível, do ex-namorado da genitora à época em que engravidou. Este último referido a partir do último parágrafo da fl. 68, cujas informações de nome e endereço poderiam ser obtidas mediante dados registrados pelos próprios Adotantes.

Foram as razões do Ministério Público em discordância do pedido de adoção: “A presente adoção não contou com a anuência expressa da genitora (art. 45 do ECA), razão pela qual deve assumir o rito previsto nos arts. 155 e seguintes do ECA. Ademais, conforme dispõe o art. 169 do referido diploma legal, há necessidade de destituição do poder familiar da genitora antes mesmo que se proceda à análise do pedido de adoção. O documento de fl. 20 faz pressupor que o Adotando realizou consultas e exames médicos no Distrito Federal, no período “marcado”, contrapondo-se, em princípio, à informação consignada às fls. 69/70, de que estava com a genitora em outro Estado da Federação no período informado. Posteriormente foi realizado estudo social atinente à situação marital do casal e do ambiente físico em que residem com os filhos maiores e o Adotante”.

Confrontou-se o parecer técnico psicossocial assinado por profissional Psicólogo, porquanto não questionou as circunstâncias do afastamento da mãe biológica, por exemplo, através de documentos e informações de terceiros. Igualmente, não foram realizadas avaliações sobre a real motivação pela qual a genitora entregou o bebê para a família Requerente.

Referiu-se ao parecer técnico como inconcluso por desconsiderar qualquer medida acerca de informações e dados genéticos do pai biológico.

Ao derradeiro, os autos não trouxeram qualquer informação acerca dos dados biológicos paternos do adotando, direito que é assegurado ao Adotando consoante art. 48 do ECA. O MP recomendou a coleta de informações sobre o referido assunto.

O representante do MP explicitou que a natureza do procedimento de estudo social tem “natureza técnica”. No caso de adoção o foco recai sobre a família e sua ramificação, em cujo âmago analítico esmiuçaria as condições ambientais, emocionais e familiares do lar que pretende acolher a criança ou adolescente a ser adotado, não se furtando de linguagem técnica, e de dados verificáveis objetivos.

Para tanto, reafirmou o MP que deveriam ser realizadas visitas domiciliares com vistas ao conhecimento do ambiente familiar e de sua rotina vivencial a ser oferecido à criança ou adolescente, também pelo profissional psicólogo.

Recomendou ainda o levantamento e comprovação de fatores intervenientes no processo socioafetivo presente na adoção, bem como levantamento e identificação dos limites e possibilidades presentes no contexto familiar entre outros.

O representante ministerial citou a Resolução CFP nº 007/2003 que instituiu o Manual de Elaboração de Documentos Escritos a ser produzido por profissionais psicólogos diante das avaliações psicológicas.

O referido Manual tem como objetivo a orientação do profissional psicólogo na confecção de documentos decorrentes das avaliações psicológicas. Visa fornecer, também, subsídios relativos aos aspectos éticos da profissão e aspectos específicos necessários para a elaboração técnica e qualificada da comunicação escrita. O relatório psicológico deve conter, no mínimo, 5 (cinco) itens: identificação, descrição da demanda, procedimento, análise e conclusão. Reafirmou que o parecer acerca dos dados obtidos e conhecidos através do estudo tem o propósito de favorecer o suporte à aplicação da lei.

Assim, observou o MP que seria preciso tomar medidas que evidenciassem um trabalho técnico por excelência dando respaldo às justificativas das decisões judiciais. Concluiu: “*A ausência da tecnicidade e metodologia adequadas importa em imperícia do profissional*”, afirmou o representante do MP.

Tratando-se de pedido de guarda de criança, que foi entregue pela genitora, foi ponderado pelo MP que o pedido é possível juridicamente, sendo que, em tal situação, o art. 166 do ECA determina a oitiva dos pais biológicos na constância do devido processo legal relativo à destituição do poder familiar.

Pelo exposto, a Agente ministerial entendeu pela inviabilidade de oficiar pelo pleito formulado pelo casal postulante à adoção (fl. 29). Assim recomendou-se, como a medida mais adequada para a solução deste feito, a extinção do processo sem julgamento do mérito. Postulou-se, alternativamente então, a designação de audiência com a citação e intimação de todos os envolvidos.

Em que pese o conjunto de argumentos apresentados acima, o Ministério Público recomendou alternativamente, caso não fosse esse o entendimento do Julgador e entendendo em adentrar na análise do mérito do pedido de adoção, pelo indeferimento da pretensão.

O processo estava tramitando até a data do presente levantamento.

Caso IV –

- a) Relatório técnico psicossocial contendo 2 (duas) laudas;
- b) Parecer assinado por um profissional Psicólogo;
- c) O Ministério Público contestou a ausência da citação pessoal do genitor/requerido e contestou o relatório técnico psicossocial.

Trata-se de pedido de adoção de criança de 11 (onze) anos, do sexo feminino, sendo um dos Requerentes parente biológico colateral por parte de mãe – tio da infante.

Noticiou o relatório técnico/estudo psicossocial que o casal postulante a adoção, possui a guarda da menina desde o falecimento da genitora ocorrido há quatro anos, causado por atropelamento.

Segundo informação do casal, o genitor nunca prestou qualquer assistência material ou afetiva à criança após a morte da genitora.

O Juízo concedeu a guarda provisória em favor do casal postulante, após citar o requerido por edital, o qual não compareceu ao juízo. Designou-se audiência para oitiva da infante/adolescente conforme consta das fls. 35-36.

Em audiência realizada dia 16 de novembro do mesmo ano em que foi ajuizada a petição inicial, o requerido não compareceu. Ouviu-se a Adotanda como consta nas fls. 37-38.

A Seção de colocação em Família Substituta apresentou relatório de que a Adotanda, inicialmente, demonstrou certa insegurança diante do pedido de adoção pelo casal, os quais ela chama de tio e tia. Porém ao final, mostrou-se decidida a ser considerada filha.

Foram ouvidos vizinhos do casal postulante à adoção. Afirmaram que a convivência marital é pacífica que convivem como casal há 29 (vinte e nove) anos. Foi

descrito que eles residem em uma casa de quintal grande, em uma Região Administrativa do Distrito Federal, próxima a Brasília.

A Adotanda demonstrou ter relação de afinidade e de afetividade para com o casal e exprimiu sentimento de pertença à casa da família.

Fundou-se em motivos legítimos, segundo o relatório técnico/estudo psicossocial, o pedido de adoção. No relatório se firmou posicionamento de que oportunizar um lar e a continuidade de uma família eram a razão pela qual os profissionais da 1ª VIJ se colocavam favoráveis ao deferimento do processo de adoção e que seria desejo dos requerentes que a Adotanda passe a se chamar

Na sequência, o Ministério Público manifestou-se no sentido de haver insistência em verificar o endereço do genitor, com vista a que fosse realizada a citação pessoal do dele e, não por edital. Diante da informação contida nos autos de que o genitor não fora encontrado, o Ministério Público se manifestou pela citação por precatória no endereço informado à fl. 16, cujo endereço pertencia aos pais do genitor.

Além disso, necessária se fazia a realização preliminar de estudo psicossocial familiar, verificando as condições de amparo e acolhimento da criança por parte do casal postulante à adoção. Indispensável, ainda, era a verificação quanto aos atributos dos adotantes relativa à reunião das condições adequadas sob sua responsabilidade, bem como se tal criança estaria engajada na rotina dessa família e se auto-reconhecesse como membro do núcleo familiar na qualidade de filha.

Imprescindível, outrossim, disse o MP, que fosse dada à Adotanda a oportunidade de ser vista e ouvida em seus anseios e necessidades, visto que não ficou claro no relatório técnico/estudo psicossocial, o porquê da manifestação da Adotanda quando lhe foi perguntado acerca do pedido de adoção ao se ler: “a criança, inicialmente, demonstrou certa insegurança quanto ao pedido de adoção pelos Requerentes, os quais ela chama de tio e tia”.

Ressaltou o representante do Ministério Público que o psicólogo, ainda nesta parte, não demonstrou destreza profissional ao esclarecer a colocação da adolescente. Deveria “o profissional fazer afirmações tendo como aporte teorias científicas, devendo ter linguagem precisa especialmente quando se refere aos dados de natureza subjetiva, posicionando-se de maneira clara, técnica e exata”. O relatório técnico deveria prestar um olhar crítico às circunstâncias e demandas desse sujeito de direitos, postulou o MP.

Expressou também que não houve clareza de quais critérios técnicos e científicos foram utilizados para se verificar a adaptação da criança ao núcleo familiar substituto. Quais critérios foram utilizados? Questiona a representante do Ministério Público.

Ademais relatório técnico/estudo psicossocial desconsiderou informações e dados genéticos do pai biológico, não constando nenhum esforço maior para localizá-lo. Ao derradeiro, o MP colocou que o relatório está desprovido de qualquer conteúdo concreto no intuito de demonstrar informação substancial acerca dos dados biológicos paternos da Adotanda, direito que lhe é assegurado consoante art. 48 do ECA. Deveriam, portanto, ser colhidas informações sobre o referido assunto.

Pelo exposto o agente ministerial entendeu pela inviabilidade de acolher o pleito formulado pelo casal postulante à adoção (fl. 10). Postulou-se, então pela designação de nova audiência com a citação pessoal do genitor/Requerente.

Recomendou o representante do MP a relatoria de novo estudo psicossocial em que fossem verificados os requisitos legais segundo o art. 42 da Lei n. 8.069/1990 e o art. 1618 do Código Civil; os requisitos subjetivos de afinidade, afetividade, vínculo parental, além de consignar o melhor interesse da criança, os quais se destinam a verificar se os requerentes reúnem ou não condições sociais e psicológicas para assumirem a filiação nos moldes legais.

O Ministério Público posicionou-se pelo indeferimento da pretensão até o momento presente.

Caso V –

- a) Relatório técnico psicossocial contendo 1 (uma) lauda;
- b) Parecer assinado por dois profissionais um deles é Psicólogo;
- c) O Ministério Público contestou a ausência de oitiva da adolescente, bem como a oitiva da genitora.

Trata-se de pedido de adoção de adolescente de 14 (quatorze) anos, do sexo feminino por casal de meia idade.

A adolescente, hoje com 14 (quatorze) anos, mora com os Adotantes desde os três anos de idade. O casal requerente possui a guarda da menina desde os três anos de idade. Segundo informam os Requerentes, a genitora nunca prestou qualquer assistência, nem mesmo a visitou desde que a entregou ao casal para que cuidassem da criança.

Segundo o relatório técnico foi visível a relação afetiva entre o casal requerente e a Adotanda. Não obstante o período longo de convivência, o relatório técnico/estudo psicossocial sugeriu a inserção dos requerentes em preparação psicossocial e jurídica.

Essa sugestão não foi aceita como razoável pelo Ministério Público dentre outras observações como se constata no relato: “O estudo consubstanciado no relatório de fl. 30, redunda em prova técnica imprestável ao fim a que se destina, já que destituída de informações técnicas, próprios à espécie ‘estudo social ou perícia por equipe interprofissional’, por não conter elementos suficientes a possibilitarem a elaboração de conclusões analíticas, revestidas de legitimidade, não validando o relatório por si só, a qualificação e os conhecimentos subjetivos de seus subscritores, tampouco se tratando de prova a serviço da Justiça”.

O MP criticou o referido relatório técnico/estudo psicossocial embora tenha sido subscrito por dois profissionais, um dos quais, Supervisor da seção..., porquanto não se revestiu de alguns requisitos indispensáveis a um trabalho de natureza técnica, visto que não contemplou critérios técnicos como a visita domiciliar na residência dos Adotantes. O relatório técnico/estudo psicossocial baseou-se exclusivamente, em uma única entrevista com os Adotantes, acompanhados da Adotanda e que foi realizada nas dependências dessa VII.

A visita domiciliar em processos de adoção, especialmente, quando se trata de Adotantes que não se submeteram ao procedimento regular de cadastramento e etapa de convivência familiar não pode ser dispensada porque é de fundamental importância para o trabalho do Juizado.

O MP transcreveu algumas normas do Conselho Federal de Psicologia, que foram flagrantemente descumpridas, como por exemplo, na conclusão do documento, o psicólogo deveria expor o resultado e considerações a respeito de sua investigação a partir das referências que subsidiaram o trabalho, ademais deveria ser caracterizado em conclusivo ou não.

O parecer do MP verificou as condições relativas aos requisitos legais para adoção estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente: primeiramente observou que a adolescente com idade de 14 (quatorze) anos, necessitaria ser ouvida para se cumprir a manifestação quanto à concordância do pleito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 28 do Estatuto.

No que se refere à sugestão de inserção dos requerentes em preparação psicossocial e jurídica, o representante ministerial não achou cabimento, visto que esse

requisito se presta às pessoas habilitadas para adotar, não sendo esse o caso do casal requerente à adoção. Dessa forma, o Ministério Público requereu que o MM Juiz designasse audiência para oitiva da adolescente que deveria se manifestar quanto ao feito. Recomendou a citação dos requerentes.

3.3.3 Casos relativos à circunstância 3

Descrição do cenário situacional 3: relatório técnico psicossocial sem contestação a princípio. O Ministério Público anui à indicação de adoção.

Caso I –

- a) Relatório técnico contendo 3 (três) laudas;
- b) Parecer assinado por uma profissional psicóloga.
- c) O Ministério Público concordou com o relatório técnico/estudo psicossocial.

Trata-se de pedido de adoção de criança de 12 (doze) anos incompletos – 11 anos e 11 meses, sob guarda de fato desde o nascimento.

O estudo psicossocial consta dos autos, em parecer de três laudas, assinado por um servidor. O documento denominado relatório técnico qualifica os Adotantes e é baseado na leitura da análise dos autos, entrevista com adotantes, bem como a observação do comportamento e da interação entre adotante e adotando no dia da audiência.

Constou dos autos uma análise técnica, que apresentou a descrição da família e de sua residência; a qualificação profissional dos Adotantes. Relatou ainda que o Adotando frequenta uma escola pública cujo nome não foi mencionado, e de que estuda inglês, sendo conduzido a essas atividades pelo pai.

O documento reproduziu informação da cônjuge pretendente a adoção de que convive com a criança desde bebê, para concluir, afinal, pelo pertencimento socioafetivo nuclear e extenso do adotando no seio da família substituta.

O parecer, assinado por uma psicóloga, baseou-se, por último, no interrogatório do Adotando perante o juiz, do qual o profissional psicólogo participou, demonstrando que a criança se reconhece como parte do núcleo família. Contudo a criança não foi entrevistada pelo signatário do parecer.

O relatório técnico/estudo psicossocial fez menção a estudo sobre a situação vivenciada por Adotante e Adotado, estudo este que não foi localizado nos autos. Concluiu-se que os laços parentais filiais entre adotantes o adotando se encontram bem constituídos e que

sob o ponto de vista psicossocial o pedido de adoção se afigura pautado em motivos legítimos de convivência familiar e que trazem reais vantagens para o adotando.

O referido relatório técnico/estudo psicossocial foi subscrito pelo Ministério Público, tendo o juiz deferido o pedido, sem fazer menção ao parecer.

Caso II –

- a) Relatório técnico contendo 4 (quatro) laudas;
- b) Parecer assinado por um profissional Psicólogo e um profissional Assistente Social.
- c) O Ministério Público incorporou a sugestão do relatório técnico/estudo psicossocial e oficiou pela adoção.

Trata-se de pedido de adoção formulado por casal postulante à adoção. Ele com 39 (trinta e nove) anos e ela com 36 (trinta e seis) anos, em favor da criança com 3 anos e 10 (dez) meses de idade, do sexo masculino.

O relatório técnico/estudo psicossocial constou dos autos, em parecer de quatro laudas, assinado por um servidor da área da Psicologia e um profissional Assistente Social. O documento denominado relatório técnico qualifica os Adotantes e é baseado na leitura da análise dos autos, visita domiciliar, entrevista com Adotante e com a genitora. Contou ainda, como a observação do comportamento e da interação entre Adotantes e Adotando.

A criança do sexo masculino é de cor clara, olhos castanhos, aparentemente saudável, risonho. A criança apresenta certa dificuldade para andar. Ficou registrado que faz acompanhamento com fisioterapeuta.

O casal tem um filho de cinco anos que divide o quarto de dormir com o Adotando. O quarto é decorado com papel de parede, brinquedos, um berço, uma cama de solteiro e um armário.

Noticiou no referido documento, informações sobre a mãe biológica da criança. A genitora autorizou verbalmente perante a equipe psicossocial a anuência pela adoção. Ela tinha 19 anos de idade à época do estudo social. Ela não terminou o ensino básico fundamental e trabalha em área agrícola na colheita de soja.

Os dados foram catalogados e analisados no estudo realizado e apresentado no relatório técnico/estudo psicossocial. A análise auxiliou na conclusão pela adoção como indicativo do princípio do melhor interesse da criança.

Segundo o relatório técnico as informações foram prestadas pela genitora espontaneamente. Destacou-se, por oportuno, que a mãe biológica trabalha na fazenda de uma das irmãs da postulante à adoção da criança em questão.

Constou, ainda, dos autos uma análise técnica que apresenta a descrição do núcleo familiar dos Adotantes, o qual é composto pelos postulantes/requerentes, o Adotando e a filha do casal com 5 (cinco) anos de idade.

O documento reproduziu, também, informação do casal postulante à adoção de que conviveram com a criança desde o nascimento. Importante destacar a caracterização da modalidade da adoção em pauta, qual seja: *intuito personae*, adoção pronta ou adoção dirigida (ver página 11 deste trabalho).

O parecer fez menção ao estudo psicossocial realizado por meio de visitas, oportunidade em que se observou a situação marital vivenciada que, no momento, o casal mantém relação conjugal harmoniosa, pautada no apoio e respeito mútuos, apresentando destacada prontidão emocional para continuar investindo responsavelmente na manutenção dos laços de parentalidade adotiva.

Destacam-se os seguintes elementos do estudo social:

Estudo social

I- Dados de identificação

- Nome de quem entregou a criança para a adoção:
- Filiação da mãe:
- data de nascimento da mãe e idade: 18 anos
- estado civil da mãe: solteira
- grau de escolaridade: ensino fundamental incompleto
- profissão: doméstica
- naturalidade\ nacionalidade: brasiliense
- endereço:

II- Dados do acompanhamento pré-natal e parto

- Fez acompanhamento pré-natal: não
- Teve manifestação de doenças durante a gravidez: não
- Se apresentou indique quais: _____
- Local do nascimento da criança: no hospital público, aos 9 (nove) meses de gravidez.

III – Outros dados

Na sequência, juntou-se aos autos o relatório técnico/estudo psicossocial assinado por profissional Assistente Social em conjunto ao profissional Psicólogo, para concluir, afinal, pelo pertencimento socioafetivo nuclear do Adotando no seio da família substituta. O relatório técnico/ estudo psicossocial em pauta foi submetido à superior apreciação, para que, caso seja deferida a adoção, que o Adotando passasse a se chamar ..., conforme desejo dos Adotantes.

O juízo colheu autorização legal da mãe biológica, em audiência, referente à adoção do menor Determinou o MM. Juiz que o Adotando passe a se chamar....

O Ministério Público incorporou no parecer colacionado aos autos o relatório técnico/estudo psicossocial constante das fls. 39-40, na conformidade com o princípio do melhor interesse da criança. Nessa linha, oficiou o Ministério Público pelo deferimento da adoção. O juiz deferiu o pedido de adoção.

Caso III –

- a) Relatório técnico contendo 4 (quatro) laudas;
- b) Parecer assinado por um profissional Psicólogo;
- c) O Parecer do Ministério Público incorporou o relatório técnico/estudo psicossocial e fez referência favorável ao relatório técnico.

Trata-se de pedido de adoção formulado pelos postulantes à adoção do menino de 3 anos e 3 meses de idade. Há 3 (três) meses conseguiram a guarda provisória.

O documento técnico reproduziu as informações prestadas pelos Pretendentes à adoção e pela genitora de forma espontânea, em locais distintos, como por exemplo, na residência dos Pretendentes, bem como na casa da genitora e na Secretaria da 1ª Vara da Infância e da Juventude.

O casal postulante à adoção contou que conheceu a criança um dia após o nascimento, por intermédio de visita de grupo religioso que assiste pessoas em hospitais. Nutriram de pronto sentimento afetivo pelo bebê e pela mãe.

A genitora manifestou a vontade de entregar a criança para a adoção e o casal iniciou estruturação familiar para gestar a ideia.

O casal Pretendente visitou a genitora no pós-parto e durante o período de um ano, convivendo com a criança e amadurecendo as relações afetivas. Após esse período os Pretendentes e a genitora procuraram a 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.

O casal postulante à adoção foi orientado a ingressar com a ação de pedido de adoção e pedido da perda do poder familiar no caso da genitora. Antes, porém, encaminharam-se à orientação psicossocial segundo registro do relatório técnico.

A Genitora, jovem mãe de quatro filhos, além do bebê que deseja entregar a criança para adoção é solteira, mora em casa de dois cômodos com a mãe doente que faz uso de cadeira de rodas, doada por entidade filantrópica. Ainda tem dois filhos: um menino com 9 (nove anos) e uma menina com 11(onze) anos.

Relatou que os outros filhos foram entregues à adoção, cujos detalhes não são fornecidos no momento. Verbaliza estar ciente das consequências jurídicas e emocionais do ato da perda do poder familiar que lhe fora explicado e que o seu desejo é de entregar o menino para os Pretendentes que conheceu no hospital por ocasião do parto.

Percebe-se desestrutura socioeconômica, a qual prejudica a permanência da mãe com o menino. Vê-se não possuir condições emocionais para o encargo de criar o bebê, visto que entregou outros dois filhos para a adoção, cujo contexto da adoção não nos foi revelado. Além disso, cuida da mãe doente.

O casal não teve filhos por impossibilidade física e biológica até o presente momento. Demonstraram estar felizes. Arrumaram o quarto do bebê e o levaram para lá com a autorização da Genitora. Contudo visitaram-na muitas vezes levando a criança para vê-la.

Diante da difícil realidade social do caso em tela, o relatório técnico concluiu que a criança ficaria em melhores condições junto ao casal, atendendo aos requisitos subjetivos da relação de afetividade, das reais vantagens para o Adotando e do melhor interesse da criança, requisitos legais exigidos no caso da *adoção intuitu personae* ou adoção direta.

Na ordem se pronunciou o Ministério Público no sentido de que foram imprescindíveis os pareceres psicológicos realizados para o deferimento do pedido de adoção.

Não obstante a criança ser menor de 3 (três) anos, requisito legal para o deferimento do pedido de adoção nas circunstâncias apresentadas, foi constatada a posse de estado de filho na convivência do casal detentor de fato da criança com a anuência da mãe biológica.

Registrou-se que a Genitora entregou a Adotante aos cuidados do casal assim, restou comprovada a anuência da mãe biológica e, portanto, o caso não dependeria de prévia inscrição do casal adotante no cadastro de adoção, mormente considerando-se que o estudo social que deve preceder a adoção pode ser realizado durante o período de convivência no caso da adoção caracterizada como *intuitu personae*.

Como bem observou o relatório técnico/estudo psicossocial, incorporando neste o relatório de fls. 35-37, na conformidade dos requisitos legais, o cuidado afetivo do casal postulante à adoção revelou-se ademais na manutenção da relação entre a criança e a Genitora,

apoando, inclusive com atendimento médico, denota um estágio de convivência não formal, mas válido, por óbvio, constituindo paulatinamente laços afetivos, tão necessários ao suporte psicológico de todos os envolvidos.

Diante das razões acima expendidas, o Ministério Público oficiou pelo deferimento do pedido de adoção e do pedido da perda do poder familiar. O juiz deferiu o pedido de adoção.

Caso IV –

- a) Relatório técnico contendo 2 (duas) laudas;
- b) Parecer assinado por um profissional Psicólogo;
- c) O Ministério Público fez referência favorável ao relatório técnico psicossocial e anuiu o pedido de adoção.

Trata-se de pedido de adoção formulado pelo casal postulante à adoção de criança do sexo masculino, de 3 anos e 11 meses de idade, com pedido liminar de guarda - fls. 29. Para tanto noticiaram que, antes mesmo do nascimento do menor, a mãe biológica da criança, durante a gestação, manifestara sua intenção de entregar o filho aos cuidados dos pretendentes.

O documento relatório técnico/estudo psicossocial reproduziu as informações prestadas pelo casal postulante à adoção e pela Genitora de forma espontânea, em dias distintos, na Secretaria da 1ª VII: a Genitora, mãe primípara, com a idade de 20 (vinte) anos, explicitou verbalmente e por escrito, por vontade própria, a intenção de entregar a criança para adoção ao casal pretendente. Inicialmente relutou em apresentar os motivos da entrega da criança para adoção. Foi perguntado pela equipe se gostaria de ver o bebê, de pegar no colo e amamentar. A Genitora disse que não. Verbalizou que entregou a criança ao casal assim que saiu do hospital, localizado em Região Administrativa do DF, porque não queria mais contato com a criança.

A Genitora verbalizou que confiava no casal, amigo da família paterna da Genitora, tinha confiança de que seriam bons pais.

Consta ainda do relatório técnico que a Genitora trabalhava como modelo e não podia se envolver com a maternidade no momento atual.

Foi indicado acompanhamento psicológico e orientação jurídica à Genitora.

O casal postulante à adoção constituiu matrimônio há 12 (doze) anos. Tem um filho com sete anos. Moram em outro Estado da Federação. Relatou ter conhecido a Genitora desde tenra idade e que sempre foi amigo da família do pai dela.

Segundo o relatório técnico/estudo psicossocial foi possível verificar o vínculo afetivo indicado pelo carinho e cuidado que o casal dispensou à mãe biológica e ao bebê. Verificou-se assim estarem presentes os requisitos legais que comprovam as reais vantagens para a criança com o deferimento da adoção, pelo fato de traduzir-se na possibilidade efetiva do direito à convivência familiar e comunitária indispensáveis à formação e ao desenvolvimento da personalidade do Adotando.

Pronunciou-se o Ministério Público no sentido de que o cadastro de pessoas interessadas em adotar e de crianças e adolescentes disponíveis para adoção consiste em instrumento útil, pois facilita a apuração dos requisitos legais, permite o exame quanto à compatibilidade entre os interessados e garante celeridade e segurança às adoções, **contudo observou que a prévia inscrição no cadastro oficial, de que trata o art. 50 do ECA, não constitui condição *sine qua non* nem para o deferimento da guarda, nem para a adoção.**

No caso presente, o menor já se encontrava no convívio do casal requerente, situação de guarda de fato, formularam, portanto, o pedido de guarda, incidentalmente, no processo de adoção, desde o dia 14 de fevereiro deste ano, com a anuência da mãe biológica, como se vê à fl. 37. Já se encontrando em curso o processo de adoção, em que já houve manifestação da mãe biológica do menor Adotando, pela situação de adoção. Houve, portanto, dispensa do estágio de convivência, nos termos do art. 46 e seu § 1º, da Lei 8069/90.

O MP se posicionou pela validade o estudo social para a averiguação da capacidade dos pretendentes ao exercício da paternidade e maternidade, do vínculo familiar e da capacidade dos pais substitutos para a criação e educação do menor. De grande valia se revelou o estudo realizado com a mãe biológica e o acompanhamento psicológico.

Recomendou a destituição do poder familiar mesmo diante da autorização verbal da Genitora quanto ao processo de adoção.

O representante do Ministério Público ofereceu parecer, nos termos do art. 35 do mencionado diploma legal, no sentido de indicar a adoção do menor. O juiz deferiu o pedido de adoção.

Caso V –

- a) Relatório técnico contendo 2 (duas) laudas;
- b) Parecer assinado por um profissional Assistente Social;

c) O Ministério Público fez referência favorável ao relatório técnico psicossocial.

Trata-se de pedido de adoção de criança de 4 (quatro) anos, do sexo feminino, por casal que já detém a posse de fato da criança, com a anuência da mãe biológica, que a entregou aos cuidados do casal Requerente. A família é composta pelo casal, ele com a idade de 40 (quarenta) anos, ela, a esposa, com 39 (trinta e nove) anos e um filho com 9 (nove) anos de idade.

O casal postulante à adoção possui a guarda legal da menina desde o falecimento da genitora ocorrido há dois anos causado por doença de câncer (atestado de óbito nos autos); segundo informaram, a genitora trabalhava na casa deles como empregada doméstica havia dez anos. Não sabem informar acerca de parentes, dizendo que era órfã.

Em entrevista nesta 1ª VIJ o filho do casal disse gostar muito da irmãzinha, pois a viu desde quando nasceu. Disse que a irmãzinha tem um quarto ao lado do seu e que faz muita bagunça espalhando os brinquedos no quarto. Ambos estudam na mesma escola privada de Educação Básica, perto de casa.

O casal postulante à adoção trabalha no serviço público. Apresentou um rendimento médio em torno de 15 salários mínimos. Possui casa própria em Região Administrativa do DF.

O relatório técnico/estudo psicossocial indica estarem preservados os vínculos afetivos. A criança apresentou perfeita sintonia com os familiares. Demonstração por parte da Adotanda de afinidade e de afetividade para com o casal e o filho deles.

Registrou-se haver motivo legítimo do direito à adoção principalmente por ser criança órfã e não constar registro de parentes próximos. Pelo exposto o relatório técnico indicou a adoção da infante, devendo se chamar ..., conforme desejo dos Requerentes.

O MP indicou o estudo psicossocial familiar que verificou as condições de amparo e acolhimento da Adotanda por parte do casal postulante à adoção e respectivos familiares. Estavam presentes no dia da visita do profissional a residência da família os avós paternos e maternos da família Adotante. Nesse sentido, o Ministério Público firmou posição no sentido de que a criança estaria engajada na rotina da família e se auto-reconheceu como membro do núcleo familiar na qualidade de filha.

Estava presente no relatório técnico/estudo psicossocial a verificação de que a medida pleiteada de fato é a mais eficiente visando à garantia do direito à convivência

familiar e o melhor interesse da criança, pois a Adotanda é órfã e não foi reclamada por qualquer parente por mais de um ano.

Pelo exposto a agente ministerial entendeu pela viabilidade da medida de adoção e atendeu ao pleito formulado pelos Requerentes (fl. 10). Oficiou-se à adoção. O Juízo concedeu a guarda provisória em favor dos postulantes.

Caso VI –

- a) Relatório técnico contendo 4 (quatro) laudas;
- b) Parecer assinado por um profissional Assistente Social.
- c) O Ministério Público fez referência favorável ao relatório técnico psicossocial e anuiu o pedido de adoção.

Trata-se de pedido de adoção formulado pela Postulante à adoção, com 52 (cinquenta e dois) anos de idade, professora, divorciada, mãe de dois filhos, um dos quais mora/reside com o pai.

A criança Adotanda tem 3 (três) anos de idade, do sexo masculino. Há dois anos e três meses mora com a Adotante e a filha biológica.

O relatório técnico/estudo psicossocial constou dos autos, em parecer de quatro laudas, assinado por um servidor da área de Assistência Social. O documento denominado relatório técnico qualifica a Adotante e é baseado na leitura da análise dos autos, visita domiciliar, entrevista com o Adotante e os familiares e questionário.

Realizou-se uma visita no local “escola de brinquedoteca” em que o Adotante faz atividades diversas. Realiza aulas de natação no período vespertino. Contou ainda, como a observação do comportamento e da interação entre Adotante e Adotando.

O relatório técnico/estudo psicossocial foi efetivado mediante visita e questionário de levantamento de dados. Verificou-se:

I- dados de identificação do(s) requerente/candidatos

- nome
- filiação
- data de nascimento
- estado civil
- grau de escolaridade
- profissão
- naturalidade/nacionalidade

- endereço
- situação familiar/social/econômica atual

(nível de maturidade e equilíbrio pessoais do candidato à adoção, para estabelecer e manter vínculos interpessoais/condições oferecidas para o pleno desenvolvimento da criança a ser acolhida)

I- motivação para adoção

(o quê os levou à adoção? como família dos candidatos vê o projeto de adoção? expectativas e sentimentos em relação ao filho pretendido/ significado da adoção)

- conclusão - parecer sobre o pedido dos requerente/candidatos

2 - Estudo psicológico

- história de vida dos requerente/candidatos

a- constelação familiar

b- nascimento

c- infância

d- puberdade

e- adultice

2.1- relacionamento

(com os pais, irmãos, amigos, parentes, entidades, comunidade)

2.2- Motivação para adoção

a- tem parentes que foram crianças adotadas?

b- elaboração psíquica do luto vivenciado diante da impossibilidade de ter filhos biológicos

c-disposição psicológica para ter um filho não biológico

- conclusão

3- Dados de identificação de filiação da criança em condições de ser adotada

- Nome de quem entregou a criança para a adoção:

- Filiação da mãe:

- data de nascimento da mãe e idade:

- estado civil da mãe:

- grau de escolaridade:

- profissão:

- naturalidade\nacionalidade:

- endereço:

II- Dados da criança em situação de ser adotada

- Data de nascimento
- Local do nascimento da criança:
- Nasceu de parto normal ou cesariana
- Possui carteira de vacinação: _____
- Apresentou alguma doença no primeiro ano de vida:
- Frequenta escola:
- Outros:
- Levantamento social

Local da moradia/residência;

Dados físicos da residência;

Possui seguro saúde ou plano de saúde;

Outros.

Encontrou-se, acostada ao relatório, a análise dos dados levantados mediante o preenchimento do questionário com os dados acima inscritos. O documento demonstrou informações pontuais às quais deveriam ser checadas quanto à veracidade em momento posterior.

A essencialidade do parecer visou concluir pelo pertencimento socioafetivo nuclear do Adotando no seio da família substituta. Procurou-se verificar as condições socioeconômicas favoráveis, por meio das quais a família promoveria os cuidados mínimos à criança.

Somou-se à descrição da família a condição financeira da família: residência própria; a qualificação profissional da Adotante; a informação de que o Adotando frequenta uma escola pública-creche no período matutino, cujo nome não é mencionado.

Verificou-se presente o requisito objetivo do relatório técnico o qual apresenta a qualificação da Adotante, baseado na leitura da análise dos autos, questionário, visita domiciliar, entrevista com Adotante e familiares.

O documento reproduziu informação da pretendente à adoção, relativo ao contato com a criança desde bebê. Manifestou a vontade de constituição familiar com mais um membro segundo relatado. O relatório técnico/estudo psicossocial conclui pela adoção.

O Ministério Público oficiou pela adoção, sabendo-se que o pedido de guarda provisória visa tão somente regularização de situação de fato, porque o menor já se encontra em companhia da Adotante desnecessário, então, o estágio de convivência quando se trata de

adotando em convivência familiar. Por último houve registro da concordância da mãe biológica. Verificou-se estarem presentes os requisitos para a concessão da adoção.

Nesse passo, o Ministério Público junto ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal, recomendou o deferimento do pedido de adoção.

Caso VII –

- a) Relatório técnico contendo 4 (quatro) laudas;
- b) Parecer assinado por um profissional um profissional Assistente Social.
- c) O Ministério Público fez referência favorável ao relatório técnico psicossocial e oficiou pelo pedido de adoção.

Trata-se de pedido de adoção formulado pelos Requerentes à adoção de uma menina com 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de idade. A guarda provisória foi deferida em 2012 quando a criança tinha dois anos e três meses.

O relatório técnico/estudo psicossocial constou dos autos, em parecer de quatro laudas, assinado por um servidor da área de Psicologia. O documento denominado relatório técnico qualificou a Adotanda, os requerentes, baseando-se na leitura da análise dos autos, visita domiciliar, entrevista e questionário. O casal não tem filhos. O cônjuge conta com 29 (vinte e nove) anos e a esposa com 27 (vinte e sete) anos.

Procedeu-se à entrevista com a Genitora e visita domiciliar. Informou a Genitora que procurou saber de “pessoa boa”, a fim de entregar a criança aos cuidados dessa pessoa. Relatou ter sondado casais, prováveis adotantes, no intuito de permitir que ela, genitora, pudesse ver a criança após entregá-la.

Conheceu o casal em encontro religioso e iniciou as tratativas da entrega da criança após o nascimento. Quatro meses após o nascimento da Adotanda, entregou-a ao casal postulante à adoção.

Ficou registrado que a Genitora trabalha em empresa terceirizada no setor de serviços gerais. Disse não ter condições de criar a criança. Possui 4 (quatro) filhos, dos quais 2 (dois) vivem com parentes. O filho mais velho, de 8 (oito) anos de idade, é deficiente físico e mental. Encontra-se separada do companheiro, pai biológico da criança, desde quando estava grávida. Não tem notícias dele há 5 (cinco) anos e não mantinha contato com a família do genitor.

Relatou ainda que no início – quando entregou a criança para o casal – ia ver a menina uma vez por mês. Agora vai quando tem tempo. Nesse particular, percebeu-se que a Genitora, inicialmente, queria se certificar do estado da menina e se estava em ‘boas mãos’.

Passados dois anos que a genitora entregou a criança ao casal postulante, não demonstra sentimento de arrependimento ou de tristeza. Verbalizou a concordância com o processo de adoção, principalmente, pela razão de ser a criança bem cuidada e ela não poder tratá-la como os Adotantes a tratam.

O postulante é funcionário público, apresenta um rendimento médio em torno de 10 salários mínimos. Possui casa própria em Região Administrativa do DF. A esposa é dona de casa e prepara-se para prestar concurso público.

Verificou-se estarem preservados os vínculos afetivos. A criança apresenta perfeita sintonia com os familiares. Demonstração por parte da Adotanda de afinidade e de afetividade para com o casal postulante à adoção.

No relatório técnico/estudo psicossocial familiar restaram constatadas as condições de amparo e acolhimento da criança por parte dos postulantes e familiares avós paternos e maternos da família Adotante no dia da visita à residência da família. Pelo exposto o relatório técnico indicou a adoção da criança, entendendo ser a medida para o melhor interesse da criança. Conforme desejo dos postulantes o nome da Adotanda deveria ser alterado, passando a se chamar ..., .

O Juízo concedeu a guarda provisória em favor dos Requerentes.

O Ministério Público firmou posição no sentido de que a criança estria engajada na rotina dessa família e se auto-reconhece como membro do núcleo familiar na qualidade de filha. Presentes no relatório técnico a verificação de que a medida pleiteada de fato é a mais eficiente visando garantia do direito à convivência familiar e o melhor interesse da criança.

Ressaltou-se que o caso se se insere em hipótese de cabimento expresso no Estatuto da Criança e do Adolescente, ao dispor que só poderia ser deferida a adoção a candidato não inscrito previamente no cadastro de adotantes, quando se tratasse de adoção unilateral, quando fosse formulada por parente com o qual a criança mantenha vínculos de afinidade e afetividade ou quando fosse pleiteada por quem detém a tutela ou guarda de criança maior de 3 anos, desde que o lapso de tempo de convivência comprovasse a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não fosse constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos artigos 237 ou 238 da lei especial. E o caso concreto, de fato,

perfaz a exceção legais do 50, §13, inciso III. Outrossim, deveriam ser preenchidos os requisitos legais conforme previsão legal:

Art. 50 § 13 do ECA - Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando: (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 14. Nas hipóteses previstas no § 13 deste artigo, o candidato deverá comprovar, no curso do procedimento, que preenche os requisitos necessários à adoção, conforme previsto nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Pelo exposto o agente ministerial entendeu pela viabilidade da medida de adoção.

Caso VIII –

- a) Relatório técnico contendo 3 (três) laudas;
- b) Parecer assinado por um profissional um profissional Psicólogo.
- c) O Ministério Público fez referência favorável ao relatório técnico psicossocial e oficiou pelo pedido de adoção.

Trata-se de pedido de adoção formulado pelo Requerente à adoção da enteada de 7 (sete) anos.

Constata-se por meio da leitura dos autos, que, inicialmente, o Requerente expressou, sem vícios, a vontade de conferir a Adotanda o reconhecimento judicial da situação fática já consolidada de posse de estado de filiação e responsabilidade em relação a menor desde, pelo menos, julho de 2010, consoante documento cartorial de União Estável. O Requerente convive em união estável há 3 (três) anos com a Genitora/mãe da infante.

Em visita domiciliar verificou-se que a menor, nascida em 2003, tem no requerente o referencial paterno, pois lhe chama de pai. A Adotanda mostrou fotos de evento na escola em que estuda e aponta o Requerente e a Genitora como papai e mamãe.

O postulante à adoção unilateral por sua vez, assumiu os encargos inerentes ao poder familiar.

Restou demonstrado que o direito a uma família deveria ser resguardado em face dos interesses do menor, uma vez que vulnerável na relação familiar, de modo que lhe fosse propiciadas condições para o bom desenvolvimento físico, afetivo, moral e psicológico,

elementos integrantes da dignidade da pessoa humana, princípio fundamental do ordenamento jurídico pátrio, ao qual se atribui o caráter personalíssimo, indisponível e imprescritível.

O *parquet* solicitou novo estudo psicossocial com o requerente, a criança e a Genitora, bem como a coleta de dados relativos à paternidade biológica. O juiz acatou o requerimento do Ministério Público, mesmo sem entrever a necessidade da realização de novo estudo social ou coleta de dados relativos à paternidade biológica da criança que, atualmente com anos 7 anos de idade, não teve a paternidade biológica reconhecida.

No relato às fls. 29-31, o segundo relatório do estudo social demonstrou o completo distanciamento do pai biológico da menor, após diversas tentativas de se comunicar com o ele, sem ter havido sucesso. Não ficou comprovado o menor envolvimento do pai biológico com a criança.

O envolvimento do postulante com a criança é percebido mediante consistente e consolidado vínculo paterno-filial, beneficiando a Adotanda no seu desenvolvimento educacional, físico e emocional, haja vista o progresso saudável que apresenta a criança.

Assim, sabendo-se que existiu absoluta prioridade na proteção integral da menor, e que já se estabeleceu um vínculo familiar salutar, consoante as provas colacionadas aos autos, assim, *verificou-se o fundamento jurídico-constitucional do pedido de adoção do princípio do melhor interesse da criança.*

Conclui-se, o representante ministerial, sob o pálio constitucional, que a afetividade existente entre o requerente e o adotando avulta a importância de se conservar a situação fática consolidada, de modo a favorecer o desenvolvimento saudável do menor. Forte em tais razões, o Ministério Público oficia pela adoção. O juiz deferiu o pedido de adoção.

Este foi o último relato de caso descrito a partir da identificação do cenário situacional. Cabe ressaltar que a maioria dos processos, até o momento deste estudo, não tinha sido concluído juridicamente.

Findo os casos relatados, o estudo focou-se nos elementos típicos caracterizadores importantes para a construção do conhecimento monográfico mediante análise dos dados.

Os relatos descritos de acordo com as situações típicas, como indicadas no capítulo anterior, consubstanciaram-se em eixo norteador para se configurar categorias analíticas, e, por conseguinte, o arquétipo interpretativo do estudo dos casos de adoção no trabalho em tela.

4. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo procede-se à discussão de carácter analítico, visando elucidar os excertos extraídos dos casos estudados.

Os dados coletados e inventariados foram analisados tomando-se por referência os elementos característicos e determinantes, ou, no dizer de Quivy e Van Campenhoudt⁵⁵ “alguns componentes muito típicos estritamente representativos da população em foco”, os quais incidiram de forma recorrente nos relatórios técnicos ou estudos psicossociais.

Elegeram-se os componentes típicos ou elementos característicos, por meio da sistemática menção a determinados itens, de forma recorrente, nos relatórios técnicos. A partir da classificação dos casos nos cenários situacionais (ver página 37), os componentes típicos foram organizados em categorias e subcategorias analíticas, aspecto significativo para a interpretação do trabalho monográfico a que se propôs.⁵⁶

4.1 Primeiras Análises

Os dados obtidos com o preenchimento dos quadros analíticos foram analisados com base na frequência regular em que eram citados nos relatórios técnicos e no parecer do Ministério Público.

Principiou-se, nesse sentido, com as informações diretas, indiretas, expressas ou mesmo omitidas no relatório técnico/estudo psicossocial, as quais possibilitaram a construção dos seguintes descritores:

- a) Registro no cadastro de adoção;
- b) Modalidade(s) de adoção;
- c) Situação fática e situação legalmente reconhecida;
- d) Idade e caracterização etária do(a) adotando(a);
- e) Estado civil do(s) adotantes(s);

⁵⁵ QUIVY, Raymond e VAN CAMPENHOUDT, Luc. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005. p. 160.

⁵⁶ Identificar os elementos objetivos e subjetivos constitutivos do relatório técnico psicossocial, condizentes com os requisitos legais inscritos nos Estatuto da Criança e do Adolescente como componente jurídico relevante à decisão processual, questionando-se em que medida a metodologia utilizada no relatório técnico ou estudo psicossocial, verifica os requisitos da norma e se mostra relevante no contexto jurídico nos casos de adoção.

- f) Sexo do(a) adotando(a);
- g) Tempo de convivência entre adotantes e adotados;
- h) Contato entre adotandos e genitores;
- i) Adotantes com filhos;
- j) Requisitos objetivos e subjetivos estabelecidos no ECA;
- k) Manifestação do MP.

Percebe-se que os descritores acima apontados são componentes típicos, ou seja, aqueles que recorrentemente são mencionados nos relatórios /estudos psicossociais dos autos processuais inventariados, correspondendo, assim, à substancialidade informacional para o trabalho monográfico.

Destarte, os itens acima elencados foram organizados em cinco quadros, nos quais se inseriram os dados obtidos nos relatórios técnicos, e catalogados como componentes típicos, acompanhados dos respectivos correspondentes, variáveis e subcategorias analíticas, com o objetivo de extrair de tais quadros as informações necessárias à análise.

A partir da classificação explanada nos cenários situacionais (ver p.38), organizaram-se subcategorias analíticas que retratam as justificativas da contestação ou acolhimento apresentadas pelo MP quanto ao relatório técnico/estudo psicossocial.

4.1.1 A primeira subcategoria

A primeira subcategoria analítica, mostrada no Quadro 2, retrata a presença dos requisitos legais objetivos: prévio cadastramento, estágio de convivência, destituição do poder familiar, consentimento do genitor ou responsável legal e consentimento do adotando, parentesco impeditivo, oitiva do adotando; idade e ambiente inadequado.

O quadro abaixo apresenta os componentes típicos em uma coluna e os descritores em outra. Conforme se verifica, os componentes nem sempre foram expressamente mencionados, percebendo-se, contudo, a sua regularidade em todos os relatórios técnicos/estudos psicossociais.

No mesmo quadro estão dispostos os componentes típicos presentes em cada caso de cada cenário descrito nos relatórios técnicos/estudos psicossociais. É possível visualizar o quadro relativo a cada cenário nos Anexos A de A1 a A15.

Quadro 1

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DA ADOÇÃO
Cenário Situacional / Caso	- itens presentes relatório assinado por profissional
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção () Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral () Bilateral () <i>Intuitio Personae</i> () <i>Post-mortem</i> () Conjunta () Singular
Situação Legal	() Tutela () Guarda
Suporte fático	() posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	() criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	
Sexo do Adotando	() Feminino () Masculino
Tempo de Convivência	Anos
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
genitor feminino	() há contato () não há contato com a criança /adolescente
genitor masculino	() há contato () não há contato com a criança /adolescente

Os dados consubstanciados no Quadro 1 permitem a análise relativa à modalidade de adoção representada pelos gráficos de números 08 e 09 (ver p. 86). Quanto à faixa etária, a análise pode ser lida conforme os gráficos de número 10 e 11.

Os componentes típicos insertos no quadro abaixo retratam os requisitos legais objetivos, consubstanciados nas seguintes variáveis: cadastramento prévio; estágio de convivência; destituição do poder familiar; consentimento do representante legal e/ou do adotando; parentesco impeditivo; oitiva do adotando; idade; e ambiente inadequado.

Quadro 2

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
Verificado				Rep. L.	Adotando				
relatório técnico									
parecer do MP									

*Entende-se por ambiente inadequado aquele definido pelo ECA, em seu art. 19.

A construção do Quadro 2 e o seu preenchimento referem-se à análise dos requisitos citados os no relatório técnico e no parecer do MP.

4.1.2 Segunda subcategoria analítica

A segunda subcategoria analítica, mostrada no Quadro 3, retrata a presença dos requisitos legais subjetivos, quais seja: motivos legítimos; reais vantagens para o adotando;

idoneidade do adotante; princípio do melhor interesse de filiação; princípio da afetividade e do vínculo; e convivência familiar e comunitária.

Quadro 3

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se no	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
relatório técnico						
parecer do MP						
INDICA ADOÇÃO	() Relatório Técnico () Parecer do Ministério Público					

A construção do Quadro 3 e o seu preenchimento referem-se à análise dos requisitos subjetivos determinados em lei citados no relatório técnico e no parecer do MP e, ainda, a indicação da adoção de acordo com os documentos estudados.

4.1.3 Prescrição legal caracterizadora da fundamentação jurídica

Os dispositivos legais do ECA⁵⁷ verificados na fundamentação tanto do relatório técnico/estudo psicossocial quanto do parecer do Ministério Público, estão indicados no Quadro 4.

⁵⁷ Os dispositivos legais versam sobre os requisitos expressos no ECA: Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

§ 1º Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 2º Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 29. Não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado.

Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

§ 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 3º O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

§ 4º Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente

§ 5º Nos casos do § 4º deste artigo, desde que demonstrado efetivo benefício ao adotando, será assegurada a guarda compartilhada, conforme previsto no art. 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 43. A adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos

Art. 45. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.

§ 1º. O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do ~~pátrio poder~~ poder familiar. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009)

Quadro 4

PRESCRIÇÃO LEGAL TÍPICA DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA						
DISPOSITIVO Legal	Relatório Técnico Psicossocial			Parecer do MP		
	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar
Art. 28§§1º e 2º	X			X		
Art. 29		X	X			
Art. 42	X			X		
Art. 43		X			X	
Art. 45	X			X		
Art. 46			X			
Art. 48	X			X		
Art. 150 e 151				X		
155- 157						X
169						X
197-C			X			

O Quadro 4 permite verificar os dispositivos do Estatuto que foram citados ou não no relatório técnico e no parecer do MP.

As variáveis constantes da caracterização típica das modalidades de adoção foram sintetizadas no Quadro 5 (ver p.81), no qual se verificam as modalidades de adoção presentes nos casos estudados: modalidade de adoção unilateral tardia; monoparental; bilateral conjunta *intuitu personae*; bilateral singular tardia; bilateral singular.

§ 2º. Em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento.

Art. 46. A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso

Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos

Art. 155. O procedimento para a perda ou a suspensão do ~~pátrio poder~~ poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 156. A petição inicial indicará:

I - a autoridade judiciária a que for dirigida;

II - o nome, o estado civil, a profissão e a residência do requerente e do requerido, dispensada a qualificação em se tratando de pedido formulado por representante do Ministério Público;

III - a exposição sumária do fato e o pedido;

IV - as provas que serão produzidas, oferecendo, desde logo, o rol de testemunhas e documentos.

Art. 157. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do ~~pátrio poder~~ poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 169. Nas hipóteses em que a destituição da tutela, a perda ou a suspensão do ~~pátrio poder~~ poder familiar constituir pressuposto lógico da medida principal de colocação em família substituta, será observado o procedimento contraditório previsto nas Seções II e III deste Capítulo. (Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 197-C. Intervirá no feito, obrigatoriamente, equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, que deverá elaborar estudo psicossocial, que contere subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos requisitos e princípios desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

§ 1º É obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Quadro 5

COMPONENTE TÍPICA: MODALIDADES DE ADOÇÃO									
VARIÁVEIS	Unilateral Monoparental	Bilateral	<i>Intuito personae ou Pronta</i>	Singular	Conjunta	<i>Post-mortem</i>	Tardia	Cadastrado	
								S	N
Cen. Situacional 1- Caso I									
Cen. Situacional 2- Caso I									
Caso II									
Caso III									
Caso IV									
Caso V									
Cen. Situacional 3- Caso I									
Caso II									
Caso III									
Caso IV									
Caso V									
Caso VI									
Caso VII									
Caso VIII									

Verifica-se, pois, que os Quadros evidenciam o conjunto de informações atinentes à presença dos requisitos legais em cada caso particularizado. Todos os quadros documentam os componentes típicos caracterizadores dos requisitos impostos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, os quais deveriam constar nos relatórios técnicos/estudos psicossociais. Os quadros encontram-se devidamente preenchidos nos anexos de A.

4.2 Quantificação dos casos

Na sequência, procedeu-se à quantificação dos casos classificados de acordo com os cenários situacionais descritos à página 34, no item 3.3, do Capítulo 3:

- a) A1. No *cenário situacional 1* houve o registro de dois casos.
- b) A2. No *cenário situacional 2* houve o registro de cinco casos.
- c) A3. No *cenário situacional 3* se evidenciou o registro de oito casos.

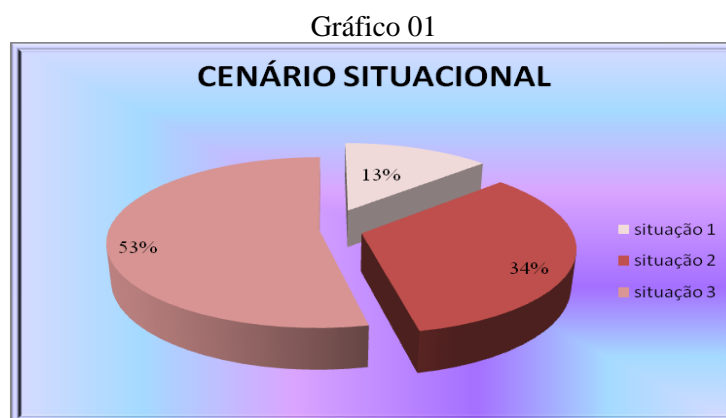
A representação gráfica dos dados expressa na tabela abaixo demonstra que o cenário situacional 3 detém o maior quantitativo de casos, via de consequência, o maior percentual. Significa dizer que o relatório técnico/estudo psicossocial conclusivo pela adoção, acolhido pelo MP representou 53% dos casos analisados.

Tabela 1- quantitativo dos casos classificados de acordo com o cenário situacional.

Cenário Situacional	Quantitativo	Percentual
3	8	53%
2	5	34%
1	2	13%
Total	15	100%

O cenário situacional 1 tratou do relatório técnico/estudo psicossocial inserido em processo de adoção contestado por terceiro interessado e por suposto genitor. Vale destacar que nesse caso o relatório técnico/estudo psicossocial foi favorável à adoção e o Ministério Público acordou com a orientação do relatório pela adoção pós-morte em um dos casos.

Diante dessa constatação temos que no total de 15 (quinze) processos de adoção estudados, 53% se encaixam na *descrição identificada no cenário situacional 3, ou seja, em 8* (oito) casos o relatório técnico/estudo psicossocial conclui pela adoção, o que foi ratificado e respaldado pelo parecer do Ministério Público. O gráfico 01 retrata os casos identificados no cenário situacional.



Por fim, registra-se o percentual de 13% no cenário situacional 1, contabilizando 2 (dois) casos contestados por terceiros no processo de adoção. Nesses dois casos o MP foi favorável ao posicionamento assumido pelo relatório técnico/estudo psicossocial.

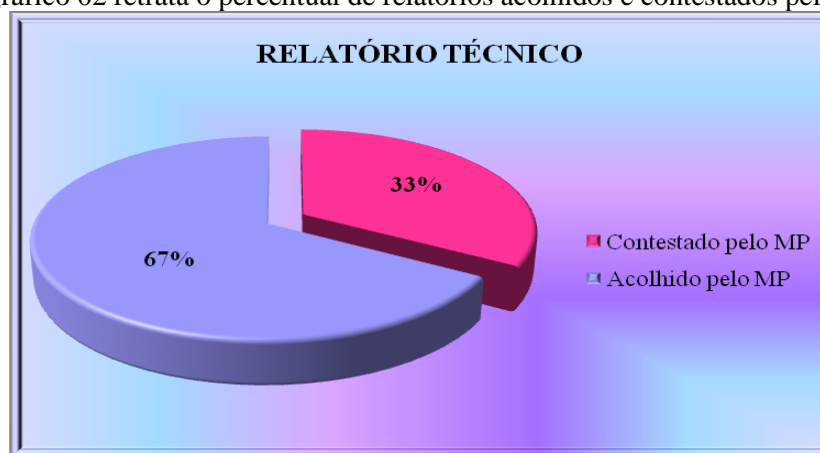
4.2.1 Avaliação dos relatórios técnicos/estudos psicossociais pelo Ministério Público.

O contexto analítico ora apresentado pauta-se nos relatórios técnicos contestados e os acolhidos pelo Ministério Público.

Cinco casos do cenário situacional 2, isto é, relatórios técnicos contestados, representam 34% do total dos casos classificados e estudados, como visto no gráfico 01, enquanto 33% representam a rejeição dos relatórios técnicos/estudos psicossociais.

Do total de 15 (quinze) casos estudados, 10 (dez) relatórios técnicos/estudos psicossociais foram acolhidos pelo Ministério Público, o que representa 67% do total, contra 33% de aceitação, percentual correspondente a cinco relatórios.

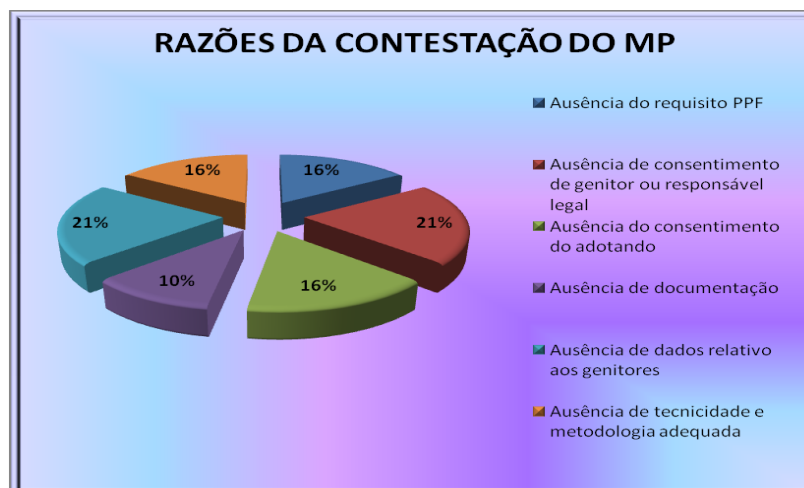
O gráfico 02 retrata o percentual de relatórios acolhidos e contestados pelo MP



O percentual de 33% permite concluir que o MP fiscaliza a observância de todos os requisitos estatuídos em lei, a fim de resguardar o devido processo legal, acompanhando todos os procedimentos, inclusive, a atuação da equipe interprofissional responsável por elaborar o relatório técnico/estudo psicossocial.

Analisando o resultado no gráfico abaixo, visualiza-se o embasamento da componente típica, manifestação do MP, no tocante à contestação do relatório técnico/estudo psicossocial, conclusivo pela adoção, primordialmente, pela inobservância aos requisitos da **perda do poder familiar**, do **consentimento do genitor** ou responsável legal, do **consentimento do/a adotando/a**, bem como pela **ausência de documentação probatória** do que se afirmou pelos adotantes, **ausência ou insuficiência de dados relativos aos genitores** e **ausência de tecnicidade e metodologia** adequada para a feitura do relatório pela equipe interprofissional com características técnicas.

Gráfico 03 retrata as justificativas de contestação do relatório técnico por parte do MP.



Percebe-se que é significativo o posicionamento do MP contrário aos relatórios técnicos/estudos psicossociais conclusivos pela adoção, seja pela falta de informações suficientes, seja por não ser esclarecedor de determinadas questões.

Com efeitos, constatou-se nos relatórios a presença de critérios subjetivos que impossibilitavam, muitas vezes, objetivar questões necessárias à tomada de decisão pelo juiz.

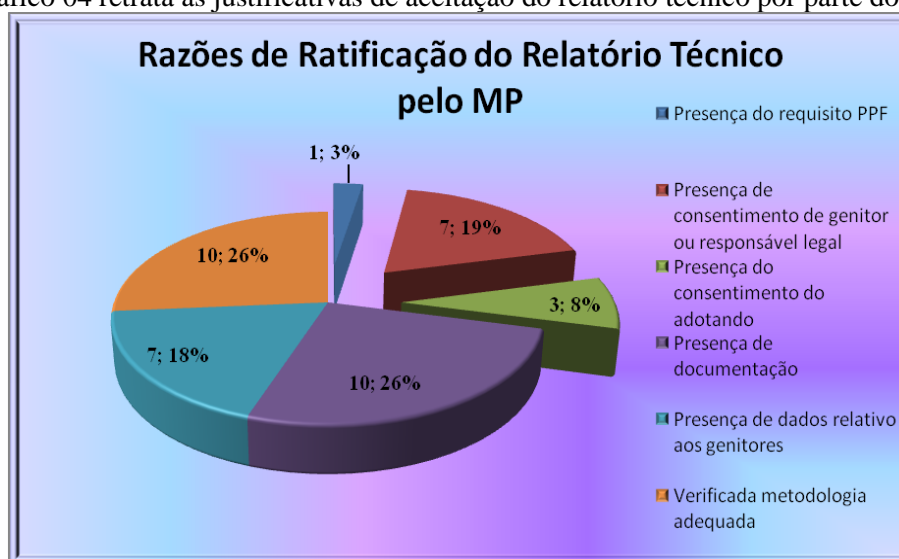
Ficou clara tal constatação em trecho do parecer do representante do Ministério Público (ver páginas 50 e 51), no qual afirma que “natureza técnica” de um estudo social propugna por metodologias que traduzam os aspectos subjetivos em indicativos capazes de serem aferidos.

Percebe-se, assim, que não há uma sistematização metodológica para a coleta de informação nem existe um padrão de relatório a ser observado pelos profissionais que proferem o relatório técnico/estudo psicossocial.

Há, porém, como representado no Gráfico 04, casos conclusivos pela adoção relatados pela equipe interprofissional, os quais foram acolhidos e ratificados pelo MP. Os relatórios técnicos nesse sentido são ao todo 10 (dez), sendo 8 (oito) relativos a casos do cenário situacional 3, e dois casos pertinentes ao cenário situacional 1.

No gráfico abaixo, de número 04, estão representadas as razões elencadas pelo MP ao concordar com o relatório técnico/estudo psicossocial.

Gráfico 04 retrata as justificativas de aceitação do relatório técnico por parte do MP.



Dos dez casos relatados apenas um referenciou o requisito da perda do poder familiar designado pelo juízo. Isso se deve à ocorrência de consentimento ou de dispensa deste, quando os pais da criança ou adolescente adotando forem desconhecidos ou se desconhece o paradeiro dos genitores; quando houver destituição do poder familiar ou quando o adotando for órfão e não tiver sido reclamado por qualquer parente por mais de um ano. Nos casos relatados verificaram-se as três hipóteses.

Em todos os casos em que houve consentimento, um dos genitores pelo menos foi ouvido em juízo e perante o Ministério Público, aderindo expressamente ao pedido de colocação em família substituta, consoante determinação do ECA, como se lê nos artigos 45 e 166.⁵⁸

⁵⁸ Art. 45. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.

§ 1º. O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar.

Art. 166. Se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou houverem aderido expressamente ao pedido de colocação em família substituta, este poderá ser formulado diretamente em cartório, em petição assinada pelos próprios requerentes, dispensada a assistência de advogado.

§ 1º Na hipótese de concordância dos pais, esses serão ouvidos pela autoridade judiciária e pelo representante do Ministério Público, tomando-se por termo as declarações.

§ 2º O consentimento dos titulares do poder familiar será precedido de orientações e esclarecimentos prestados pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, em especial, no caso de adoção, sobre a irrevogabilidade da medida.

§ 3º O consentimento dos titulares do poder familiar será colhido pela autoridade judiciária competente em audiência, presente o Ministério Público, garantida a livre manifestação de vontade e esgotados os esforços para manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa.

§ 4º O consentimento prestado por escrito não terá validade se não for ratificado na audiência a que se refere o § 3º deste artigo.

§ 5º O consentimento é retratável até a data da publicação da sentença constitutiva da adoção.

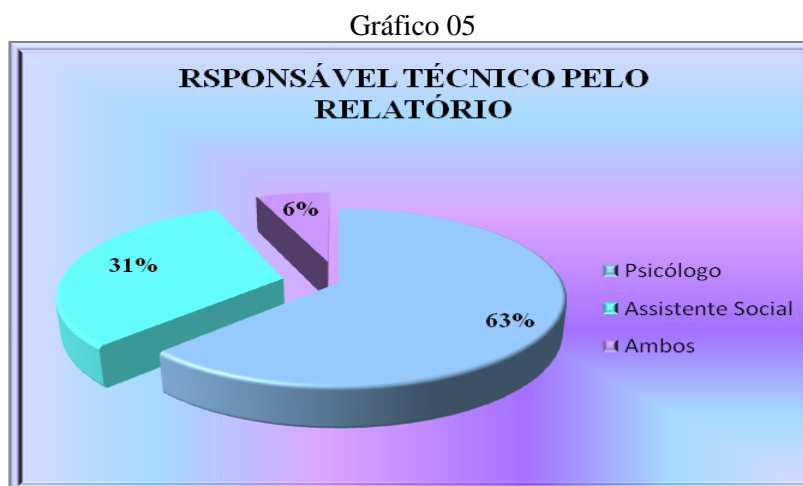
§ 6º O consentimento somente terá valor se for dado após o nascimento da criança.

§ 7º A família substituta receberá a devida orientação por intermédio de equipe técnica interprofissional a

Infere-se que o acolhimento do relatório técnico/estudo psicossocial por parte do MP ocorreu devido à técnica e sistematização das informações em conformidade com a objetividade devida a esse tipo de registro técnico, mesmo diante de informações de caráter subjetivo.

4.2.2 Análise do resultado da subcategoria perfil do responsável técnico.

O conteúdo e forma como é elaborado o relatório técnico/estudo psicossocial pelo MP parecem estar relacionados ao perfil do profissional responsável técnico que subscreve o relatório técnico/estudo psicossocial. Os relatórios nos casos estudados foram subscritos por profissional psicólogo, assistente social ou ambos, conforme percentuais demonstrados no Gráfico 05, retratando o percentual de profissionais responsáveis pelos relatórios analisados.



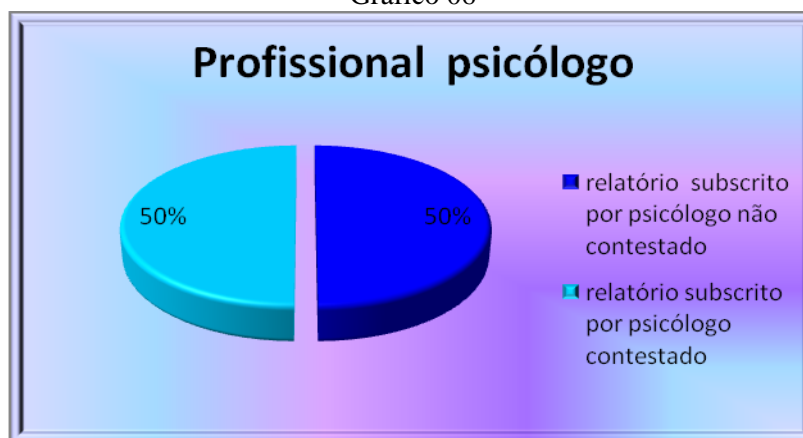
Dos 15 (quinze) relatórios, 10 (dez) foram assinados por psicólogos, sendo um assinado concomitantemente por psicólogo e assistente social, e 5 (cinco) somente foram subscritos por assistentes sociais.

A categoria manifestação do MP cruzada com a subcategoria analítica – responsável técnico pelo relatório técnico/estudo psicossocial –, correlacionam-se ao percentual de 33%, correspondente a 5 (cinco) casos de rejeição dos relatórios indicados no gráfico 02. Isso quer dizer que a contestação pelo MP ocorreu apenas nos relatórios assinados por psicólogos. Do total de 10 (dez) relatórios subscritos por psicólogos, 5 (cinco) foram contestados, inclusive, alegando-se imperícia (ver p. 51).

serviço do Poder Judiciário, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (Redação dada ao artigo pela Lei nº 12.010, de 03.08.2009, DOU 04.08.2009).

No Gráfico 06 verifica-se que 50% dos relatórios elaborados por psicólogos foram contestados pelo MP.

Gráfico 06



Comparando-se os relatórios subscritos por profissional psicólogo e assistente social, na tabela abaixo, verifica-se que o profissional psicólogo subscreveu aproximadamente 67% dos relatórios técnicos/estudos psicossociais (Gráfico 02 e Gráfico 05).

Tabela 2

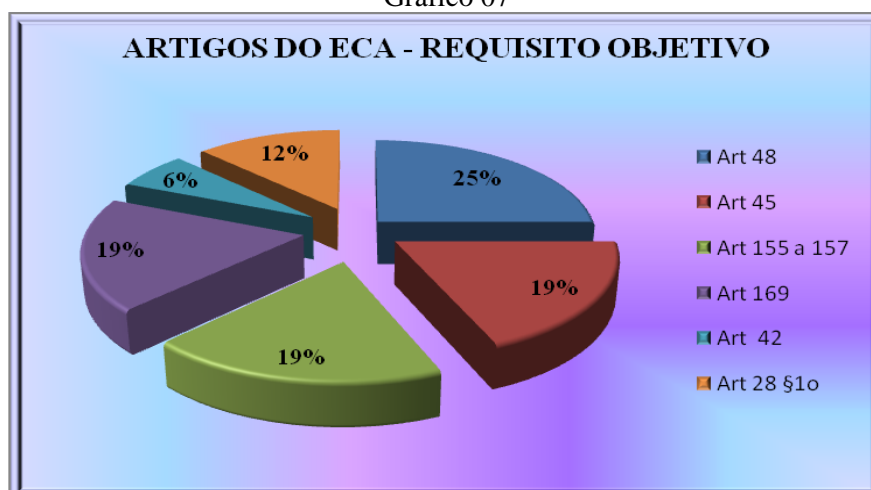
Profissional	Relatórios contestados	Relatórios não contestados
Psicólogo	5	5
Assistente Social	5	0

Percebe-se, portanto, que a contestação do MP se concentra no relatório elaborado pelo psicólogo, sendo preocupante o fato de ser esse profissional responsável pela maior parte dos relatórios técnicos/estudos psicossociais.

4.2.3 Análise do resultado da categoria manifestação do MP relacionada à subcategoria requisitos objetivos.

O Gráfico 07 retrata o quantitativo dos dispositivos do ECA relativos aos requisitos objetivos da adoção, que não foram citados no relatório técnico, conforme comentado no parecer do MP, no cenário situacional 2.

Gráfico 07



Destacou-se na representação gráfica acima o indicativo corresponde à supressão dos requisitos objetivos descritos nos artigos indicados.

Do total de 5(cinco) relatórios técnicos/estudo psicossocial, 4(quatro) não fizeram referência ao art. 48 do ECA, o que representa o percentual de 25% de ausência do quesito relativo à origem biológica do (a) adotando (a).

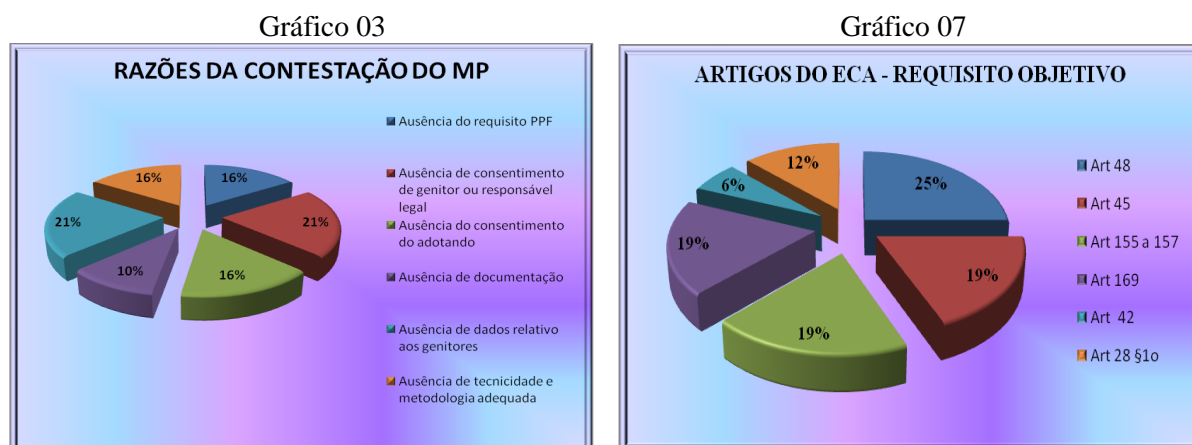
A não observância do devido processo legal descrito no art. 169, combinado com os artigos 155 e 157 representa 38% *do total de observações elencadas pelo MP de não conformidade com os artigos inscritos no ECA*, e diz respeito à manifestação do MP em relação aos requisitos objetivos de perda do poder familiar, cuja observância constitui pressuposto lógico para a medida da adoção, ao lado do requisito procedimental de destituição do poder familiar. Em 3 (três) relatórios não foi observado o art. 169, e em outros três não foram atendidas as disposições dos artigos 155 e 157.

A falta da observância do requisito do consentimento dos genitores ou do representante legal do adotando, contido no art. 45 do ECA, foi mencionada em 3 (três) casos pelo MP, representando 19% do requisito objetivo ausente no relatório técnico. Em um dos casos contestado pelo MP, houve a conjugação do art. 45 com o art. 42.

A não observância no relatório técnico dos requisitos inscritos no art. 28, §§1º e 2º, relativos ao consentimento do adotando perante a equipe interprofissional se maior de 12 anos, concedido em audiência, perante o juiz, foi apontada pelo MP em 12% de suas manifestações.

4.2.4 Análise do resultado da categoria manifestação do MP – razões da contestação – relacionada à subcategoria ausência dos requisitos objetivos.

Ao cruzar os dados representados no Gráfico 03 com aquelas do Gráfico 07, verifica-se que o Ministério Público ao contestar os relatórios técnicos/estudos psicossociais, referiu-se a não observância dos requisitos inscritos na lei pelo próprio profissional psicólogo.



É possível visualizar na tabela 3 que razão assiste ao MP para contestar o relatório técnico/estudo psicossocial no tocante à ausência de requisitos legais.

Tabela 3

RAZÕES DA CONTESTAÇÃO	%	REQUISITO OBJETIVO	%
Ausência do requisito da perda do poder familiar	16%	Art. 169	19%
Ausência de consentimento do genitor ou responsável legal	21%	Art. 45 - depende de consentimento legal	19%
Ausência do consentimento do adotando	16%	Art. 28 - adotando deve ser ouvido	12%
Ausência de documentação	10%	Art. 155- 157 observância do devido processo legal	19%
		Art. 42 observar requisito etário e estado civil	6%
Ausência dos dados relativos aos genitores	21%	Art. 48 direito ao conhecimento da origem genética	25%
Ausência de técnica e metodologia adequada	16%		

Pode-se concluir a partir do exame dos dados analisados, que o relatório técnico/estudo psicossocial nem sempre considera os requisitos legais, sobretudo quando elaborado por profissional psicólogo. Infere-se a pouca habilidade do profissional com a exigência estipulada em lei.

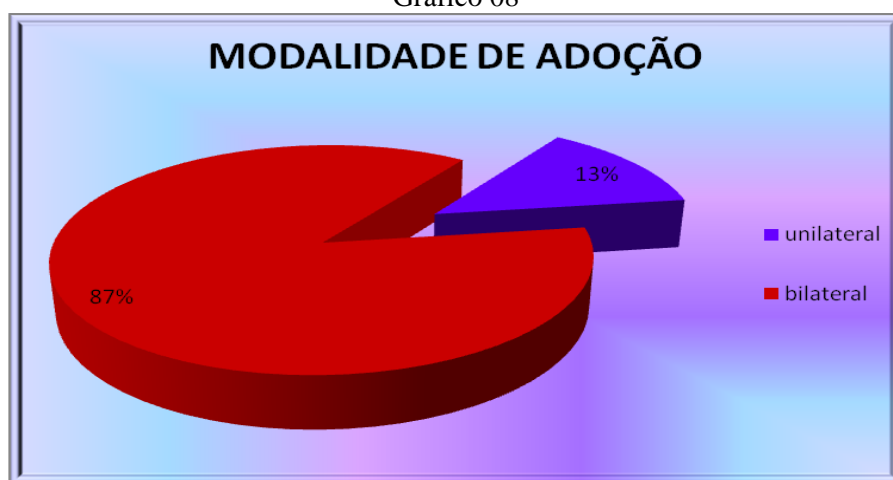
Os gráficos apontam para a relação direta entre a manifestação do MP no caso de contestação do relatório técnico/estudo psicossocial e da não observância dos requisitos legais e de ausência de metodologia sistematizada por profissional psicólogo.

Em contrapartida, todas as vezes que houve observância dos requisitos por parte do profissional que subscreveu o relatório técnico/estudo psicossocial, o Ministério Público não só anuiu como acolheu e fez referência as informações contidas no relatório em questão.

4.3 Outras análises.

Quanto à modalidade de adoção, como se verifica do gráfico 8, 87% dos 13 casos estudados, referem-se à adoção bilateral, em suas diversas particularidades, sendo que a modalidade unilateral representou apenas 13%.

Gráfico 08



O quadro abaixo registra o quantitativo de casos estudados que se encaixaram nas diversas modalidades de adoção.

Quadro 5

COMPONENTE TÍPICA: MODALIDADE DE ADOÇÃO									
VARIÁVEIS	Unilateral Monoparental	Bilateral	<i>Intuito personae Pronta</i>	Singular	Conjunta	<i>Post-mortem</i>	Tardia	Cadastro	
								Sim	Não
Cen. Situacional 1- Caso I		X	X	X		X	X		X
Caso II	X								X
Cen. Situacional 2- Caso I		X	X	X		X	X		X
Caso II		X	X		X		X		X
Caso III		X	X		X				X
Caso IV		X			X				X
Caso V		X			X				X
Cen. Situacional 3- Caso I		X			X				X
Caso II		X	X		X				X
Caso III		X	X		X				X
Caso IV		X	X		X				X
Caso V		X	X		X				X
Caso VI		X	X	X					X
Caso VII		X	X		X				X
Caso VIII	X								X

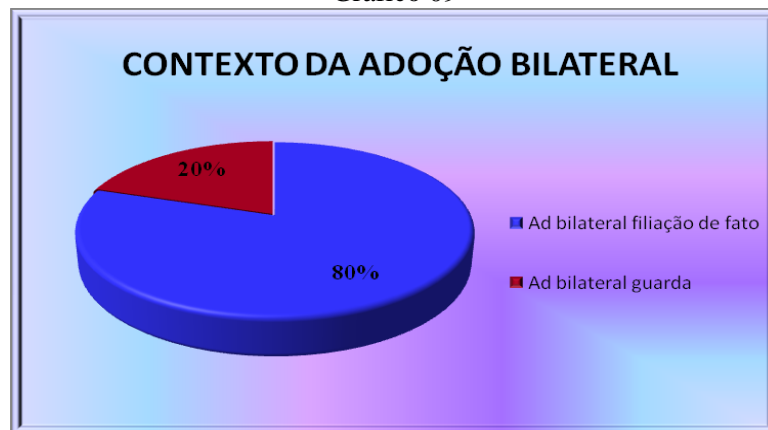
Constata-se que a categoria modalidade de adoção e as respectivas variáveis combinadas demonstram a tendência da adoção por pessoas que não têm vínculo biológico com os adotandos e, ao mesmo tempo, não passam pelo procedimento jurídico imposto pelo legislador quanto ao cadastramento, buscando-se a adoção de crianças e adolescentes em fila de espera.

Dito de outra forma, os elementos demonstrados como variáveis, no quadro acima, configuram a prevalência da adoção não formal, aquela protagonizada sem a presença do Estado nas relações adotivas.

Verifica-se tal configuração com base na *combinação das variáveis* da adoção bilateral, da adoção pronta, *primeiramente, e, ainda*, do não cadastramento de adotantes e adotandos no cadastro nacional ou regional conforme determinado em lei.

Os elementos combinados evidenciam tendências majoritárias nos casos de crianças com tenra idade entregues diretamente pela genitora aos adotantes, não se utilizado do sistema judiciário nessa intermediação. Isto significa que os postulantes à adoção procuram o Poder Judiciário apenas para regularizar a filiação de fato, situação em que adotando e adotante convivem há algum tempo, de preferência por período superior a três anos⁵⁹ e, posteriormente, solicitam a regularização da adoção.

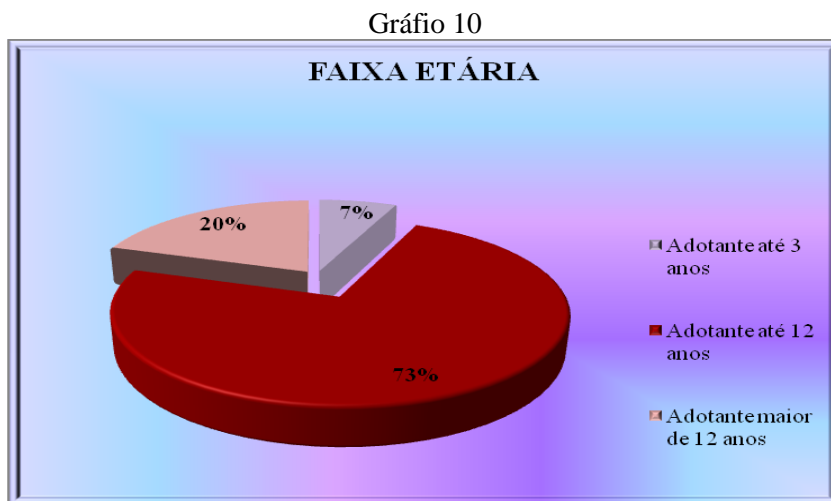
Gráfico 09



⁵⁹ Quando a filiação de fato ocorre com crianças menores de 3 anos de idade o juízo pode determinar a apreensão da criança e colocá-la em família substituta regularmente cadastrada. De acordo com a lei 8069/90, só se admite a adoção por pessoas não cadastradas em três situações: a) quando se tratar de adoção unilateral (o companheiro adotar o filho da companheira, por exemplo); b) quando for um parente da criança com o qual ela tenha afinidade e afetividade; c) quando alguém tiver a guarda ou tutela de criança maior de três anos de idade e houver, durante o período de convivência, criado vínculos de afinidade e afetividade e não houver ilicitude na obtenção da guarda (subtraída ou “negociada”) - (artigo 50, § 13º, do ECA).

O gráfico 10 corrobora a suposição inicial de que a modalidade de adoção bilateral, de forma pronta, vivenciada em estado de filiação de fato só é registrada no Judiciário após determinado tempo com vistas a sua regularização.

Em 73% dos casos estudados, as crianças apresentavam idade entre 3 (três) e 12 (doze) anos, contudo já conviviam no seio da família substituta desde o nascimento.

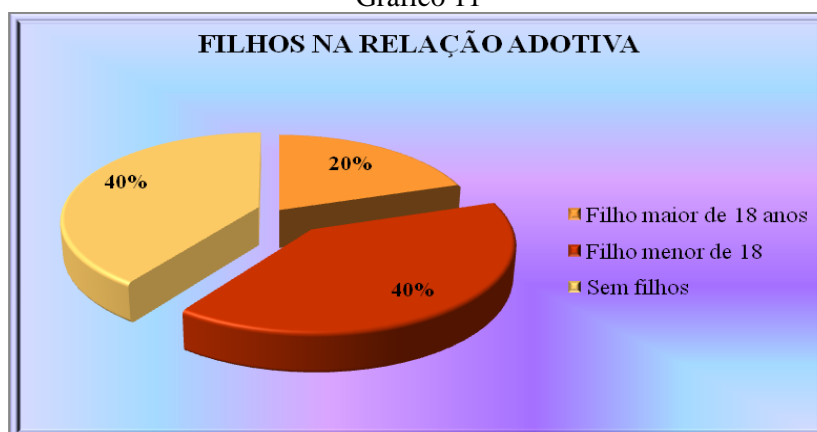


Ao se analisar conjuntamente o Quadro 5 – **componente típica: modalidade de adoção** – com o gráfico 10, percebe-se que o percentual de 20% representativo de adolescentes maiores de 12 anos, encaixa-se na modalidade de adoção bilateral e de forma pronta/*intuito personae*, os quais foram identificados no quadro acima em três casos de adoção tardia. Assim, os casos analisados registram 93% de adoção na modalidade bilateral pronta.

Mais um dado interessante pode ser constado, qual seja, o de que a maior parte dos adotantes tinha filhos biológicos quando da adoção.

O Gráfico 11 indica que 60% dos adotantes tinham filhos quando ocorreu o início da relação adotiva. Desse percentual, 20% tinham filhos maiores de 18 (dezoito) anos e 40%, filhos menores de 18 anos.

Gráfico 11



Não se relacionou o motivo da adoção por parte dos adotantes. Não obstante repara-se que a cultura imagética de que adotante se caracteriza, primordialmente, por pessoa com o problema de infertilidade, problema de saúde ou outro fator impeditivo de gerar filhos, não restou comprovado no presente estudo monográfico, porquanto se constatou nos casos estudados o percentual de 60% dos adotantes com filhos biológicos.

Considerando o relatório técnico/estudo psicossocial como fonte de dados há que se comentar a maior importância dada à caracterização dos adotantes em relação aos demais personagens no contexto da adoção. Nessa linha vale ressaltar que pouco se obteve de informação acerca da origem biológica e, mesmo, da história de vida dos adotandos.

As dimensões legais ressaltadas nos relatórios técnicos estudados revelam elementos caracterizadores das categorias analíticas discriminadas no contexto do cenário situacional em questão, revelando-se o Ministério Público como verdadeiro escudeiro dos requisitos legais inscritos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações finais descrevem breve síntese dos principais resultados da investigação.

De início, cumpre retomar o objetivo da pesquisa, qual seja, o de verificar se, no processo de adoção, o relatório técnico/estudo psicossocial aponta os requisitos legais e respectivo preenchimento como condição ao deferimento da adoção por parte do MP.

O trabalho de pesquisa demonstrou que o relatório técnico/estudo psicossocial é requisito legal integrante do levantamento de dados sobre a situação de adoção e indicação referencial no tocante à maternidade/paternidade responsável, visando minorar as situações conflituosas no contexto da adoção.

Destacou-se que, **para o presente estudo, o tema recaiu sobre o segundo momento em que é processado/produzido o relatório técnico/estudo psicossocial no processo de adoção**, quando o qual o juiz determina à equipe interprofissional do Setor de Adoção que elabore um relatório técnico/estudo psicossocial para verificação das condições atinentes aos princípios norteadores do instituto da adoção.

O magistrado decide ancorado no direito, não podendo prescindir de uma avaliação técnica para fazê-lo.

Em relação ao alcance do objetivo geral do trabalho, que é de verificar se os requisitos objetivos e subjetivos que fundamentam o relatório técnico/estudo psicossocial pautam-se nos dispositivos legais conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar que foi plenamente alcançado, por meio dos *objetivos específicos*, quando da *identificação dos requisitos legais que o relatório técnico/estudo psicossocial referencia ou, mesmo, omite*; quando do *inventário e categorização dos dados coletados* no relatório técnico e no parecer do Ministério Público; quando *identificados os casos em que o Ministério Público recomenda ou não a adoção* tomando por base o relatório técnico/estudo psicossocial; e quando *identificados os elementos constituintes do relatório técnico*.

Resta avaliar se a metodologia utilizada no trato dos dados delineados no relatório técnico/estudo psicossocial serviu como meio de análise quantitativa e qualitativa constante do estudo proposto. Pode-se responder afirmativamente.

O levantamento dos dados e a respectiva tabulação e análise permitiram a inferência de que é preciso haver revitalização e aprimoramento do trabalho da equipe interprofissional quanto à elaboração do relatório técnico/estudo psicossocial, como prevê os artigos 150 e 151 do ECA.

A atuação do Ministério Público, conferindo a verificação da presença dos requisitos legais para a adoção, respondeu ao *questionamento inicial da pesquisa*, ou seja, a *obediência aos requisitos legais é imprescindível para o MP*.

Também é importante registrar, já avançando para a análise empreendida a partir da tabulação dos dados coletados, que deveria ser revista a forma de realização do relatório técnico/estudo psicossocial, tomando como base a própria legislação, com vistas a realizar o procedimento mais condizente para se verificar se as condições legais para a adoção se acham presentes. Interessante perceber que a própria modalidade de adoção traz, para si, determinados requisitos inscritos em lei dentre os vários dispositivos da norma.

A equipe interprofissional deve interagir com outros profissionais, a fim de desenvolver metodologia para um trabalho técnico que necessita de objetividade, ainda que se trate de critério subjetivo.

São inúmeros os desafios na construção dialética do trabalho dos profissionais assistentes da Vara da Infância e da Juventude e do Ministério Público. Portanto, cabe sugerir a formação de equipe interprofissional articulada entre membros do Ministério Público e demais profissionais da Justiça da Infância e Juventude, visando ao aprimoramento técnico do relatório técnico/estudo psicossocial, de sorte a esclarecer as questões centrais necessárias ao convencimento do magistrado.

A existência de uma bem treinada equipe interprofissional, capaz de examinar os aspectos psicossociais relativos à adoção, certamente traria mais benefícios à sociedade do que uma decisão judicial fria, solitária, proferida com base no rigor da Lei, e, que ignora o Direito como produto da sociedade concebido que é no contexto de uma teia de relações.

Sob tal perspectiva, não se pode deixar de considerar a práxis adotiva, que independe do controle imposto pelo Estado-juiz. Na verdade, uma das formas de cidadania é o direito a estabelecer relações no âmbito da vida privada sem interferência do Estado, *razão pela qual o ato de adotar deveria fluir entre os interessados, com o mínimo de interferência*

do Estado, o que, certamente, reduziria a quantidade de processos no Judiciário, que teria mais tempo para se dedicar àqueles que ninguém quer adotar: os abandonados, os delinquentes, doentes e inválidos.

REFERÊNCIAS

ANDRIGHI, Fátima Nancy; KRÜGER, Cátia Denise Gress. Coexistência entre a socioafetividade e a identidade biológica: uma reflexão. In: BASTOS, Eliene Ferreira; LUZ, Antônio Fernandes da. (Coords.). *Família e Jurisdição II*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 83-87. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/18894>> e <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18894/Coexist%c3%aancia_Entre_Socioafetividade.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 abr. 2013.

Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - AASPTJ-SP. *O sistema de justiça da infância e da juventude nos 18 anos do estatuto da criança e do adolescente: desafios na especialização para garantia de direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: AASPTJ, 2008. p. 9.

BASTOS, Eliene Ferreira; LUZ, Antônio Fernandes da (Coord.). *Família e Jurisdição II*. Belo Horizonte: IBDFAM e Del Rey, 2008, p.83-84. Disponível em: <<http://migre.me/fn5WT>> Acessado em: 5 abr. 2013.

BERNARDI, Dayse César Franco. Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – AASPTJ-SP. *O sistema de justiça da infância e da juventude nos 18 anos do estatuto da criança e do adolescente: desafios na especialização para garantia de direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: AASPTJ, 2008. p. 10

BRASIL. *Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 06 ago. 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Guia para o Exercício da Profissional – Psicologia: legislação, orientação, ética, compromisso social. 3. ed. Belo Horizonte – MG: CRP – MG, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Legislação. Disponível em <<http://www.cfp.org.br>> e <<http://www.crp.org.br/portal/orientacao/resolucoes.aspx>>. Acessado em 2 de ago. de 2013.

COSTA, Liana Fortunato; CAMPOS, Nivia Maria Vasques. A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 19, n.3, p. 221-230, Set.-Dez. 2003.

_____. A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Brasília – DF, UCB, n. 17 (1), 2004.

CURY, Munir (org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado*: comentários jurídicos e sociais. 10 ed., São Paulo: Malheiros, 2010.

DIAS, Maria Berenice. *O lar que não chegou*. IBDFAM. Belo Horizonte - MG, 2009. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/novosite/artigos/detalhe/527>>. Acesso em 15 mar. 2013.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 8 ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DIDONET, Vital (Coordenador de elaboração). *Plano Nacional pela Primeira Infância*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/PPNI-resumido.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2013.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio Ferraz. *Introdução ao estudo do direito: técnica decisão, dominação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, Luiz A.M. et al. Grupo de orientação à adoção: Uma experiência Interdisciplinar. In: FRANCO Abigail Aparecida de Paiva; MELÃO Magda Jorge Ribeiro (org.). *Diálogos Interdisciplinares: a psicologia e o serviço social nas práticas judiciais*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, pág. 39-61.

FIORELLI, José Osmir e MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. *Psicologia Jurídica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. *Adoção: doutrina e prática*. Curitiba: Juruá, 2005.

GHESTI-GALVÃO, Ivania. *Intervenções psicossociais e jurídicas no percurso da adoção: a mediação entre o afeto e a lei*. Brasília, DF: UNB, 2008. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2008.

MAY, Tim. *Pesquisa social*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MACHADO, Martha de Toledo. *A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos*. Barueri-SP: Manole, 2003.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. Adoção – Algumas contribuições psicanalíticas. In: *Direito de Família e Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2000.

_____. Adoção pronta x adoção pelo cadastro. In: LEITE, Eduardo de Oliveira. *Grandes temas da atualidade: adoção – aspectos jurídicos e metajurídicos*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

PENSO, Maria Aparecida e ALMEIDA, Tânia Mara Campos de (org.). *Direitos e conflitos psicossociais: ações e interfaces disciplinares*. São Paulo: Roca, 2012.

QUIVY, Raymond e VAN CAMPENHOUDT, Luc. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo e CUNHA, Rogério Sanches. *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA, Denise Maria Perissini da. *Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com direitos nas questões de família e infância*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SILVA FILHO, Artur Marques da. *Adoção: regime jurídico, requisitos, efeitos, inexistência, anulação*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SOUSA, Everaldo Sebastião de (coord.). Comentários à lei nº 12.010/2009. *Escola Superior do Ministério Público Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação*. Goiás, 2009. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Dout_rina_abrigos>. Acesso em: 28 ago. 2012.

UNICEF - *Regras de Beijing* - Tradução em português de Maria Josefina Becker. FUNABEM, 1988. Disponível em: <<http://www.tjse.jus.br/infanciaejuventude/documentos/acervo-juridico/constituicao-e-tratados-internacionais/regras-minimas-infancia-e-juventude.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2013.

ANEXOS A – Quadros preenchidos

ANEXO A.1

CENÁRIO SITUACIONAL 1 - Caso I: Contestação do processo de Adoção pelo filho natural

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
Verifica				Rep. L	Adotando				
relatório técnico					X		X 28 §1º	X 42	
parecer do MP			Não houve		X		X	X	

*O ECA define como critério objetivo do que seja um ambiente familiar (não) adequado para a adoção um “ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (art. 19).

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
verifica-se no relatório técnico	X	X			X	X
verifica-se no parecer do MP	X	X		X	X	
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico (X) Parecer do Ministério Público					

DISPOSITIVO Legal	COMPONENTES TÍPICOS							
	Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
Art. 28§§1º e 2º	Adotando/a ser ouvido ECA Art. 28 §1º	Convivência: foi “criada” pelos adotantes	Entrevista Visitas inclusive ao hospital	X	Art. 40 Idade da Adotanda	Princípio do melhor interesse do estado de filiação	Não destituição	X
Art. 29	Idade idosos ECA- Art.42		Presença de vínculos familiares		-Relatório técnico	Caracterização socioafetiva		
Art. 42	- Art. 40 Idade da Adotanda		Significativas ligações afetivas			Princípio da afetividade		
Art. 43			Importante oficializar a condição de filha					
Art. 45								
Art. 46								
Art. 48								
Art. 150 e 151								
155- 157								
169								
197-C								

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS ADOÇÃO
Cenário Situacional 1 / Caso I	itens presentes no relatório assinado por assistente social
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral (X) Intuitu Personae (X) Post-mortem do Adotante (X) Singular

Situação Legal	() Tutela (X) Guarda
Suporte fático	() posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	() criança (até 12 anos) (X) Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	17
Sexo do Adotando	(X) Feminino () Masculino
Tempo de Convivência	17 anos
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos (X) maior de 18 anos
Família biológica genitora	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	O relatório técnico recomenda a adoção pós-morte por parte do Cônjuge falecido somente, não incluindo a adoção pela esposa. A adoção por parte do Cônjuge poderá representar sofrimento, pelo motivo de o seu único filho biológico não aceitar a situação da adoção. O MP ratifica o parecer psicossocial. O processo está em andamento e corre em segredo de justiça. O parecer do MP foi contrário ao provimento do apelo pelo filho natural contra a adoção sob o argumento do art. 42, § 6º do Estatuto

ANEXO A.2

CENÁRIO SITUACIONAL 1 Caso II: - Contestação ao processo de adoção por parte de suposto genitor

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando				
relatório técnico				X			X 28 §1º	X	
parecer do MP							X	X	

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
verifica-se no relatório técnico	X	X	X	X	X	X
verifica-se no parecer do MP	X	X	X	X	X	X
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico (X) Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Crítérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
-Estado civil do Adotante	Art.19 motivo legítimo	Entrevista Visitas à casa da Adotanda	X	-Relatório técnico	Princípio do melhor interesse do estado de filiação		X
	Convivência familiar saudável	Vínculo de filiação e parentalidade			Caracterização socioafetiva		
	-afetividade, acolhimento por parte de presentes				Princípio da afetividade		

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 1 / Caso II	presentes os itens no relatório assinado por assistente social
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	(X) Unilateral () Bilateral () <i>Intuito Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante (X) Singular
Situação Legal	() Tutela () Guarda
Suporte fático	() posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (de 12 anos completos a 18 incompletos)
Idade do adotando	10

Sexo do Adotando	(X) Feminino () Masculino
Tempo de Convivência	9 anos
Adotante/s com filhos	(X) menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	Sentença favorável à adoção pelo padrasto/adotante. A Adotanda possui dois irmãos fruto da união entre a genitora e o adotante.

ANEXO A.3

CENÁRIO SITUACIONAL 2 - relatório técnico contestado por parte do Ministério Público no processo de adoção.

Caso I: Contestação pelo MP da decisão favorável à adoção porquanto não se observou o art. 157 do ECA e contesta o relatório técnico psicossocial pela Falta de formatação técnica e documental do Relatório

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
Verifica				Rep. L	Adotando				
relatório técnico									
parecer do MP			Não houve	Não houve					

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
Verifica-se			X			X
no relatório técnico						
no parecer do MP						
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico () Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP Verificação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
	Convivência familiar: foi "criada" pelos adotantes com todo carinho	Impressões sobre o vínculo familiar	X	Ausência do consentimento da genitora art. 45	Contesta o relatório técnico	Não houve destituição Art. 169 do ECA	Não indica
		Impressões sobre a estabilidade familiar	Única medida indicada e desejada	Não se respeitou o art. 48 do ECA	Princípio do melhor interesse do estado de filiação	Não se observou o art. 157 do ECA	Falta de formatação técnica e documental do Relatório

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 2/ Caso I	presentes os itens relatório assinado por psicólogo
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção () Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral ou monoparental (X) Bilateral () Intuito Personae ou direta () Post-mortem do Adotante
Situação Legal	() Tutela () Guarda
Suporte fático	() posse de estado de filho (X) Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	2 anos e 11 meses
Sexo do Adotando	(X) Feminino () Masculino
Tempo de Convivência	Desde o nascimento
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	() há contato () não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato () não há contato com a criança /adolescente

OBSERVAÇÃO	O MP não anuiu o pedido de adoção principalmente por não estarem claras as circunstâncias em que ocorreu a acolhida da criança na família substituta. Também por não cumprir o requisito legal etário no caso da criança ainda não ter completado 3 anos de idade.
------------	--

ANEXO A.4

CENÁRIO SITUACIONAL 2 Caso II: Contestação pelo MP da decisão favorável à adoção porquanto não se observou o art. 157 do ECA e contesta o relatório técnico psicossocial pela falta de formatação técnica e documental do Relatório

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastra- mento	Estágio de convivência	Destitui- ção do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotan- do/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
Verifica				Rep. L	Adotando				
relatório técnico								X	
parecer do MP			Não houve	Não	Não houve				

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
Verifica-se						
no relatório técnico		X	X	X	X	X
no parecer do MP						
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico () Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP Verificação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
Faixa etária dos Adotantes ECA- art.42	Convivência familiar: foi “criada” pelos adotantes com todo carinho	Impressões sobre o vínculo familiar	X	Ausência do consentimento da genitora art. 45	Contesta o relatório técnico	Não houve destituição Art. 169 do ECA	Não indica
		Afetividade: O semblante da Adotanda significa afeto	Única medida indicada e desejada	Não se respeitou o art. 48 do ECA	Princípio do melhor interesse do estado de filiação	Não se observou o art. 157 do ECA	Falta de formatação técnica e documental do Relatório
		Vínculo de filiação e parentalidade					

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 2 Caso II	presentes os itens relatório assinado por psicólogo
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral ou monoparental (X) Bilateral (X) <i>Intuito Personae</i> ou direta () <i>Post-mortem</i> do Adotante
Situação Legal	() Tutela (X) Guarda
Suporte fático	() posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	() criança (até 12 anos) (X) Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	12 anos e um mês
Sexo do Adotando	(X) Feminino () Masculino
Tempo de Convivência	Mais de 10 anos
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	

ANEXO A.5

CENÁRIO SITUACIONAL 2 Caso III: Ministério Público contesta a decisão de mérito do pedido de adoção e contesta o parecer psicossocial descrito no relatório técnico.

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
Verifica				Rep. L	Adotando				
relatório técnico								X	
parecer do MP			Não houve	Não					

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
verifica-se						
no relatório técnico	X	X		X		X
no parecer do MP						
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico () Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Crítérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
Faixa etária dos Adotantes ECA- art.42	reais vantagens para o infante	Adotantes possuem residência própria e mais 2 imóveis	X	Ausência de dados biológicos paternos art. 48 do ECA		Não houve destituição Art. 169 do ECA	Não indica
	Convivência familiar saudável	Visita domiciliar	Adoção funda-se em motivos legítimos			Não se observou o art. 155 e s/s do ECA	Relatório Técnico não questionou as circunstâncias do afastamento da mãe biológica
		Entrevistas					
		Adotando demonstra plenamente adaptado					
		Estudo social sobre a situação marital do casal					

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 2/ Caso III	presentes os itens relatório assinado por psicólogo
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral (X) <i>Intuitio Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante () conjunta () singular
Situação Legal	() Tutela () Guarda
Suporte fático	(X) posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	6 anos
Sexo do Adotando	() Feminino (X) Masculino
Tempo de Convivência	A partir dos 2 meses de vida
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	O Ministério Público postulou novo estudo psicossocial em que sejam verificados os requisitos legais segundo o art. 42 da Lei n. 8.069/1990 e o art. 1618 do Código Civil; os requisitos subjetivos de afinidade, afetividade, vínculo parental, além de consignar o melhor interesse da criança, os quais se destinam verificar se os requerentes reúnem ou não condições sociais e psicológicas para assumirem a filiação nos moldes legais.

ANEXO A.6

CENÁRIO SITUACIONAL 2 Caso IV: Ministério Público contestou a ausência da citação pessoal do genitor/requerido e contestou o relatório técnico psicossocial.

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando				
relatório técnico		X			X		X	X	
parecer do MP			Não houve	Não					

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
no relatório técnico	X	X	X		X	X
no parecer do MP						
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico () Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
Art. 42 ECA	- a criança demonstra relação de afinidade e de afetividade	-a convivência marital é pacífica. - Convivem como casal há 29 anos	X	o parecer técnico desconsidera informações e dados genéticos do pai biológico art. 48 do ECA	Novo estudo psicossocial familiar, verificando as condições de amparo e acolhimento dessa criança		
a criança, inicialmente, demonstrou certa insegurança diante do pedido de adoção	Funda-se em motivos legítimos o pedido de adoção	- entrevista		art. 45	Verificar se a criança se auto-reconhece como membro do núcleo familiar na qualidade de filha.		

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 2/Caso IV	presentes os itens relatório assinado por psicólogo
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral () <i>Intuitu Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante () conjunta () singular
Situação Legal	() Tutela (X) Guarda () Curatela
Suporte fático	() posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	11 anos
Sexo do Adotando	(X) Feminino () Masculino
Tempo de Convivência	Há 4 anos
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora feminino	(X) há contato () não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	O Requerente é parente biológico colateral por parte de mãe – tio da infante

ANEXO A.7

CENÁRIO SITUACIONAL II Caso V: Ministério Público contestou a ausência de oitiva da adolescente, bem como a oitiva da genitora

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando				
relatório técnico									
parecer do MP			Não houve	Não	Não houve		Art. 28		

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
no relatório técnico					X	X
no parecer do MP						
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico () Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
	* inserção em preparação psicossocial e jurídica dos requerentes		X	Adolescente não foi ouvida separadamente - falta de consentimento art. 45§ 2º. Em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento			
	visível a relação afetiva entre Requerentes e Adotanda			Art. 28 §2º			Não houve a técnica de visita domiciliar

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 2 / Caso V	presentes os itens no relatório assinado por psicólogo
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral (X) <i>Intuito Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante (X) conjunta () singular
Situação Legal	() Tutela (X) Guarda
Suporte fático	() posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	() criança (até 12 anos) (X) Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	14 anos
Sexo do Adotando	(X) Feminino () Masculino
Tempo de Convivência	11 Anos
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato () não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	Não houve visita domiciliar. A adolescente não foi ouvida separadamente

	Art. 45 § 2º c/c Art. 28 § 2º Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
--	--

ANEXO A.8

CENÁRIO SITUACIONAL 3 Caso I: O MP ratifica o relatório técnico psicossocial sem contestação a princípio.

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando				
relatório técnico							X Em audiência	X	
parecer do MP									

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
no relatório técnico	X	X	X		X	X
no parecer do MP						
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico (X) Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
	pertencimento socioafetivo nuclear e extenso do adotando no seio da família substituta.	-análise dos autos, -visita domiciliar, - entrevista com adotante, - observação do comportamento e da interação entre adotante/adotando					
		Estudo psicossocial análise técnica, que apresenta a descrição das relações familiares e de sua residência.					

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 3 / Caso I	presentes os itens no relatório assinado por psicólogo
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral () <i>Intuitio Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante
Situação Legal	() Tutela () Guarda
Suporte fático	(X) posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	11 anos e 11 meses
Sexo do Adotando	() Feminino (X) Masculino
Tempo de Convivência	11 Anos e 11 meses
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente

Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	O relatório técnico/estudo psicossocial foi subscrito pelo Ministério Público, tendo o juiz deferido o pedido, <i>sem fazer qualquer menção ao parecer.</i>

ANEXO A.9

CENÁRIO SITUACIONAL 3 Caso II: O MP faz referência ao relatório técnico psicossocial sem contestação.

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)								
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	*Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando			
relatório técnico				X				X
parecer do MP				X				

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
no relatório técnico		X		X	X	X
no parecer do MP		X		X	X	X
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico (X) Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
-autorização da mãe biológica	-princípio do melhor interesse da criança	-leitura da análise dos autos - entrevista		- autorização da mãe biológica	princípio do melhor interesse da criança		
		- visitas - prontidão emocional responsável na manutenção dos laços de parentalidade	X	--relatório psicossocial			X
		-análise técnica que apresenta a descrição do núcleo familiar dos Adotantes					

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 3/Caso II	presentes os itens no relatório assinado por psicólogo e assistente social
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral (X) <i>Intuito Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante () conjunta () singular
Situação Legal	() Tutela () Guarda
Suporte fático	(X) posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	3 anos e 10 meses

Sexo do Adotando	() Feminino (X) Masculino
Tempo de Convivência	3 anos e 10 meses - Desde o nascimento
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	(X) há contato () não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	

ANEXO A.10

CENÁRIO SITUACIONAL 3 Caso III: O Parecer do Ministério Público incorpora o relatório técnico psicossocial e fez referência favorável ao relatório técnico.

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando				
relatório técnico		X informal	X	X				X	
parecer do MP				X					

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
no relatório técnico	X	X		X	X	X
no parecer do MP	X	X		X	X	X
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico (X) Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indicação	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indicação
requisitos legais exigidos no caso da adoção <i>intuitu personae</i>	- Motivos legítimos	-ouviu-se a genitora	X	-Ouviu-se a genitora	-Motivação legítima	destituição	X
	- casal iniciou estruturação familiar para gestar a ideia da adoção	-entrevista; questionário social -orientação psicossocial.		-Destituição do poder familiar	-Relatório psicossocial		
	melhor interesse da criança	Indicativo social: desestrutura socioeconômica da genitora					
	reais vantagens para o adotando	Verificado que não possuir condições emocionais para o encargo de criar o bebê, visto que					

		entregou outros dois filhos para a adoção					
--	--	---	--	--	--	--	--

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 3/Caso III	presentes os itens no relatório assinado por psicólogo
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral (X) <i>Intuitio Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante
Situação Legal	() Tutela (X) Guarda
Suporte fático	() posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	3 ano e 3 meses de idade
Sexo do Adotando	() Feminino (X) Masculino
Tempo de Convivência	3 Anos e 3 meses de idade – desde o nascimento
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	(X) há contato () não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	O documento técnico reproduz as informações prestadas pelos Pretendentes à adoção e pela genitora de forma espontânea, em locais distintos, como por exemplo, na residência dos Pretendentes, bem como na casa da genitora e na Secretaria da 1ª Vara da Infância e da Juventude.

ANEXO A.11

CENÁRIO SITUACIONAL 3 - Caso IV: O Ministério Público fez referência favorável ao relatório técnico psicossocial e anuiu o pedido de adoção.

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando				
relatório técnico				X				X	
parecer do MP									

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
no relatório técnico	X	X		X	X	X
no parecer do MP	X	X		X	X	X
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico (X) Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
Consentimento da genitora	-reais vantagens para a criança	-entrevista	X	-assentiu a mãe	- reais vantagens para a criança	X recomendável	
	-visível a relação afetiva entre Requerentes	-					

	e Adotando						
	-direito à convivência familiar e comunitária						

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 3/Caso VI	presentes os itens no relatório assinado por psicólogo
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral (X) <i>Intuito Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante
Situação Legal	() Tutela (X) Guarda
Suporte fático	() posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	3 anos e 11 meses
Sexo do Adotando	() Feminino (X) Masculino
Tempo de Convivência	3 anos e 11 meses
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	A mãe biológica verbalizou que não quer contato com a criança.

ANEXO A.12

CENÁRIO SITUACIONAL 3 Caso V: O Ministério Público fez referência favorável ao relatório técnico psicossocial

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando				
relatório técnico								X	
parecer do MP								X	

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
no relatório técnico	X	X		X	X	X
no parecer do MP	X	X		X	X	X
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico (X) Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
-motivo legítimo	visível a relação afetiva	- condições de amparo e acolhimento presentes	X	- Adotanda é órfã e não foi reclamada por qualquer parente por mais de um ano.	A criança está engajada na rotina dessa família e se auto-reconhece como membro do núcleo familiar na qualidade de		X

					filha.		
					Presentes no relatório técnico a verificação de que a medida pleiteada de fato é a mais eficiente		

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 3/ Caso V	presentes os itens no relatório assinado por psicólogo
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral () <i>Intuitus Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante
Situação Legal	() Tutela (X) Guarda
Suporte fático	() posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	4 anos
Sexo do Adotando	(X) Feminino () Masculino
Tempo de Convivência	4 Anos
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	A mãe biológica faleceu de câncer. A Adotanda é órfã.

ANEXO A.13

CENÁRIO SITUACIONAL Caso VI: O Ministério Público se manifestou favorável ao relatório técnico psicossocial.

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando				
relatório técnico				X				X	
parecer do MP									

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
no relatório técnico	X	X	X	X	X	X
no parecer do MP	X	X	X	X	X	X
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico (X) Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Crítérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
- motivo legítimo	-condições socioeconômica favoráveis	-relatório técnico qualifica a Adotante e é baseado na leitura da análise dos autos, visita domiciliar,	X	-relatório técnico	manifesta vontade de constituição familiar com mais um membro.		X

		entrevista					
		condições socioeconômicas favoráveis,					

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 3/ Caso VI	presentes os itens no relato de assistente social
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção () Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral - (X) <i>Intuitus Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante (X) Singular
Situação Legal	() Tutela () Guarda
Suporte fático	(X) posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	3 anos
Sexo do Adotando	() Feminino (X) Masculino
Tempo de Convivência	2 Anos
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	Postulante à adoção, com 52 (cinquenta e dois) anos de idade, professora, divorciada O documento denominado relatório técnico qualifica a Adotante e é baseado na leitura da análise dos autos, visita domiciliar, entrevista com Adotante e familiares e questionário.

ANEXO A.14

CENÁRIO SITUACIONAL 3 - Caso VII : Ministério Público não contestou e oficiou pela adoção

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando				
relatório técnico				X				X	
parecer do MP									

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
no relatório técnico	X	X	X	X	X	X
no parecer do MP	X	X	X	X	X	X
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico (X) Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
- idade	-melhor interesse da criança	- Entrevista com a Genitora e Requerentes	X	Art. 50 §§13 e 14	-melhor interesse da criança	X	X
-Estado civil dos Adotantes	-garantia do direito à convivência familiar	-Visita domiciliar					
		- Informações de					

		terceiros					

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 3/Caso VII	presentes os itens no relatório assinado por assistente social
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção
Modalidade de adoção	() Unilateral (X) Bilateral (X) <i>Intuitio Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante
Situação Legal	() Tutela (X) Guarda
Suporte fático	() posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	3anos e 4 meses
Sexo do Adotando	(X) Feminino () Masculino
Tempo de Convivência	2 anos e seis meses
Adotante/s com filhos	() menor de 18 anos () maior de 18 anos
Família biológica genitora	(X) há contato () não há contato com a criança /adolescente
Família biológica genitor	() há contato (X) não há contato com a criança /adolescente
OBSERVAÇÃO	

ANEXO A.15

CENÁRIO SITUACIONAL 3 Caso VIII: O Ministério Público fez referência favorável ao relatório técnico psicossocial e oficiou pelo pedido de adoção

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL OBJETIVO ENTRE ADOTANDO(S) E ADOTANTE(S)									
Variável	Prévio Cadastramento	Estágio de convivência	Destituição do PF	Consentimento		Parentesco Impeditivo	Adotando/a foi ouvido/a	Idade	*Ambiente inadequado
				Rep. L	Adotando				
relatório técnico				X				X	
parecer do MP				X					

COMPONENTES TÍPICOS: REQUISITO LEGAL SUBJETIVO						
VARIÁVEIS verifica-se	Motivos legítimos	Reais vantagens adotando/a	Idoneidade do/a adotante	Princípio do melhor interesse e de filiação	Princípio da afetividade e do vínculo	Convivência familiar e comunitária
no relatório técnico	X	X		X	X	X
no parecer do MP	X	X			X	X
INDICA ADOÇÃO	(X) Relatório Técnico (X) Parecer do Ministério Público					

COMPONENTES TÍPICOS							
Relatório Técnico Psicossocial presentes os itens				Parecer do MP constatação dos itens			
Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Critérios técnicos	Indica adoção	Requisito legal objetivo	Requisito legal subjetivo	Poder Familiar	Indica adoção
Art. 42§ 2º -Estado civil dos Adotantes	X	X	X	X	X		X

COMPONENTES TÍPICOS	RELATÓRIO TÉCNICO PSICOSSOCIAL – DADOS DO ADOTANDO
Cenário Situacional 3/Caso VIII	presentes os itens no relatório assinado por psicólogo
Registro no CNA /CRA	() Com Cadastro de Adoção (X) Sem Cadastro de Adoção

Modalidade de adoção	(X) Unilateral () Bilateral () <i>Intuito Personae</i> () <i>Post-mortem</i> do Adotante () singular () conjunta
Situação Legal	() Tutela () Guarda
Suporte fático	(X) posse de estado de filho () Inexiste
Período etário	(X) criança (até 12 anos) () Adolescente (acima de 12 anos completos)
Idade do adotando	7anos
Sexo do Adotando	(X) Feminino () Masculino
Tempo de Convivência	3Anos